PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

VICTOR EDUARDO CHAVES E SILVA

O ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA NO MUNICÍPIO DE RAPOSA-MA: Uma transformação da consciência histórica por meio da educação patrimonial com alunos da escola Jarbas Passarinho.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

Março / 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA

Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória/UFMA

Victor Eduardo Chaves e Silva

O ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA NO MUNICÍPIO DE RAPOSA-MA: Uma transformação da consciência histórica por meio da educação patrimonial com alunos da escola Jarbas Passarinho.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.ª. Dra. Júlia Constança Pereira Câmelo.

São Luís – Maranhão

Março de 2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Victor Eduardo Chaves e.
O ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA NO MUNICÍPIO DE RAPOSA-MA: uma transformação da consciência histórica por meio da educação patrimonial com alunos da escola Jarbas Passarinho / Victor Eduardo Chaves e Silva. - 2025.
180 f.

Orientador(a): Julia Constança Pereira Câmelo. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Rede - Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Educação Patrimonial. 2. Ensino de História. 3. Consciência Histórica. 4. Raposa-ma. I. Câmelo, Julia Constança Pereira. II. Título.

VICTOR EDUARDO CHAVES E SILVA

O ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA NO MUNICÍPIO DE RAPOSA-MA: Uma transformação da consciência histórica por meio da educação patrimonial com alunos da escola Jarbas Passarinho.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação Profissional em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: ___/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Dra. Júlia Constança Pereira Câmelo (Orientadora)

PROFHISTÓRIA – UFMA

_____

Prof. Dr. Raimundo Inácio Souza Araujo (Arguidor)

PROFHISTÓRIA – UFMA

_____

Profª. Dra. Raissa Gabrielle Vieira Cirino (Arguidora)

PPGHIST - UEMA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, pela graça da vida e por permitir que fizesse com êxito toda essa trajetória rumo ao título de mestre com as perdas e as vitórias, claramente, encontrei descanso e força nele quando eu precisei.

A minha mãe, Silvana Chaves, que me permitiu viver a trajetória da pós graduação, respaldando-me com o seu cuidado e compreensão e sendo grande incentivadora dessa jornada, sem seu apoio, nada disso seria possível.

Agradeço também aos meus avôs maternos, Luiz Chaves e Maria Chaves por inúmeras vezes estarem ao meu lado dando palavras de apoio e levantando minha cabeça quando precisei, sendo protagonistas da minha criação e dos sucessos que obtive em vida.

À minha namorada, Ana Luiza Mendes de Vilhena Frazão, companheira de perto dessa jornada, encorajando-me nos momentos de tristeza e colaborando frequentemente com comentários e opiniões positivas sobre eu estar no caminho certo na produção da dissertação. Aos seus pais, Elizangela Mendes e Enéas Frazão pela ajuda e palavras de incentivo durante o processo de produção do trabalho.

Dedico um agradecimento especial às minhas amigas Antônia Gleiciane e Mônica Sousa, companheiras inseparáveis de pós graduação, desejo levar essa amizade para o resto da vida. A minha amiga Cecilia Perri e a sua mãe Maria das Dores Perri pela inestimável ajuda que me fizeram chegar até aqui. Sem a ajuda de vocês, talvez esse sonho não fosse possível.

A minha amiga Gabrielle Dias Damasceno (*in memorian)*, meu muito obrigado, suas palavras, conselhos, ajudas e dicas para eu continuar no caminho da história foram fundamentais para eu chegar até aqui, você foi lembrada em todos os momentos de produção desse trabalho. Tenho certeza que você estaria muito feliz neste momento com essa minha conquista, privilégio o meu de ter dividido a vida contigo, guardo-te em memórias.

Agradeço a minha orientadora Profª. Dra. Julia Constança que me acompanha desde a graduação, sendo grande incentivadora do meu trabalho, me ajudando nos momentos de dificuldades com seu carisma e seu modo leve de viver a vida.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos amigos da terceira turma do Profhistória UFMA, as aulas, os debates, produções de trabalho com vocês foram inesquecíveis.

Nada na vida deve ser temido, somente compreendido. Agora é hora de compreender mais para temer menos.

Marie Currie

RESUMO

O presente trabalho emerge da necessidade de reflexão sobre o ensino de história e memória no município de Raposa-MA, uma vez que questões como a falta de uma metodologia que leve ao despertar de uma consciência histórica, percepção de uma memória local e material didático não estão inseridas no ensino de história sobre a cidade. Esse fato torna os alunos e a sociedade local carente de conhecimentos importantes sobre o patrimônio material e imaterial. A pesquisa é direcionada principalmente aos professores e alunos do Ensino Fundamental II da educação básica. A metodologia apoia-se na pesquisa qualitativa, exploratória e aplicada, discussão bibliográfica, história oral e educação patrimonial. O produto proposto é um roteiro de atividades para docentes de história e alunos, a fim de promover um ensino de história mais comprometido com o local e a formação de uma consciência histórica.

Palavra-chave: Educação Patrimonial; Ensino de História; Consciência histórica; Raposa-MA.

ABSTRACT

This study emerges from the need to reflect on the teaching of history and memory in the city of Raposa-MA, since issues such as the lack of a methodology that leads to the awakening of historical consciousness, perception of local memory and teaching materials are not included in the teaching of history about the city. This fact leaves students and local society lacking important knowledge about material and immaterial heritage. The research is mainly aimed at teachers and students of Elementary School II of basic education. The methodology is based on qualitative, exploratory and applied research, bibliographical discussion, oral history and heritage education. The proposed product is a guide of activities for history teachers and students, in order to promote a history teaching more committed to the place and the formation of a historical consciousness.

Keywords: Heritage Education; History teaching; Historical awareness; Cultural heritage.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAT – Centro de Atendimento ao Turista

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB – Lei de Diretrizes e bases

MA – Maranhão

MPF – Ministério Público Federal

ONU – Organização das Nações Unidas

PCNS – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIB – Produto Interno Bruto

PNDE – Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação

PPGPC - Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural

PROFHISTÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História

RMGSL – Região Metropolitana da Grande São Luís

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TICS - Tecnologias da Informação e Comunicação

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Livro didático sobre Raposa 31
Figura 2 - Compreensão da teoria de acordo com José D'Assunção Barros 37
Figura 3 - Mapa da Região Metropolitana da Grande São Luís 47
Figura 4 - Mapa da cidade de Raposa/MA 48
Figura 5 - Mapa das bacias hidrográficas da ilha de Upaon-Açu, MA 51
Figura 6 - Ecossistema manguezal no Município de Raposa – MA. 53
Figura 7 - Fronhas Maranhenses em Raposa-Ma 54
Figura 8 - Fragmento do "Mapa Etno-histórico" de Curt Nimuendajú 56
Figura 9 - Zé Martins e Antônio Pucal 63
Figura 10 - Curral de pesca na praia de Raposa (1971) 67
Figura 11 - Primeiros tipos de moradias em Raposa-ma 68
Figura 12 - A esquerda, a rodovia ainda em processo de construção, a direita ela já asfaltada. 70
Figura 13 - Alunos da escola Jarbas Passarinho em frente a estátua de São Pedro, Raposa-MA 75
Figura 14 - Registro fotográfico de Dona Mari Véia. 79
Figura 15 - Materiais utilizados pelas rendeiras 80
Figura 16 - Almofada montada com os materiais usados pelas rendeiras. 80
Figura 17 - Almofada mais larga com mais de 100 bilros 81
Figura 18 - Blusa feita com ponto Trança 82
Figura 19 - Ponto trança 83
Figura 20 - Blusa "saída de praia" confeccionada com ponto traça 83
Figura 21 - Associação das rendeiras de Raposa. 84
Figura 22 - Frente da escola Jarbas Passarinho 90
Figura 23 - A direita, visão interna da escola. A direita, refeitório e cozinha ao fundo 90
Figura 24 - Aula teórica sobre educação patrimonial para os alunos. 95
Figura 25 - Print google maps Porto do Braga, Raposa-MA 97
Figura 26 - Alunos no porto do Braga pós reforma ocorrida no Cais 97
Figura 27 - Trajeto feito com os alunos, mapeado no google earth 99
Figura 28 - Alunos e professores que foram ao passeio 100
Figura 29 - Momento de explicação da dinâmica parar os alunos no porto do Braga 100
Figura 30 - Visita dos alunos ao Centro de Atendimento ao Turista 102

Figura 31 - Aluno no viva Raposa 103
Figura 32 - Aluno à frente da estátua de São Pedro 104
Figura 33 - Visitação ao porto do fim de Raposa. 105
Figura 34 - Corredor das rendeiras 106
Figura 35 - Loja de rendas no corredor das rendeiras 107
Figura 36 - Visitação a loja de rendas 107
Figura 37 - Profª Marilene explicando sobre as oficinas de renda. 109
Figura 38 - Pátio adaptado para oficina de renda na escola Sarney Filho. 110
Figura 39 - Aluna da oficina praticando renda de bilro 110
Figura 40- Peças de renda feitas por alunos da escola Sarney Filho. 111
Figura 41 - Interior da paroquia São Pedro apóstolo 112
Figura 42- Alunos à frente da paroquia São Pedro Apóstolo 112
Figura 43 - Apresentação de grupo de alunos sobre renda de bilro 115
Figura 44 - Apresentação de alunos sobre patrimônios materiais e imateriais do município 116
Figura 45 - Cartaz sobre patrimônio material e imaterial feito pela equipe 116
Figura 46 - Apresentação de alunos sobre a história da cidade 117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantitativo de escolas e alunos matriculados no município de Raposa. 90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **13**

1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, CONSCIÊNCIA HISTÓRICA PARA PENSAR O ENSINO DE HISTÓRIA HOJE. **20**

1.1 HISTORICIZANDO O CONCEITO DE PATRIMÔNIO NO BRASIL 23

1.2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA 33

1.3 DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL 45

2 ENTRE ROTEIROS, FIOS E CORES: A HISTÓRIA DE RAPOSA-MA E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DOS ALUNOS. **53**

2.1 A GEOGRAFIA DE RAPOSA: UM MUNICÍPIO MOLDADO PELA NATUREZA 55

2.1.1 Situação socioeconômica 57

2.1.2 Clima 59

2.1.3 Hidrografia 60

2.1.4 Vegetação 61

2.2 DOS PRIMEIROS HABITANTES À MIGRAÇÃO CEARENSE: A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE RAPOSA 64

2.2.1 DO CEARÁ À RAPOSA: A MIGRAÇÃO NORDESTINA E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE 70

2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIAL: AS TRADIÇÕES VIVAS DE RAPOSA 83

2.3.1 Práticas religiosas e culturais na cidade de Raposa 84

3 DA TEORIA À PRÁTICA: O ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DO ROTEIRO DE ATIVIDADES NA CIDADE DE RAPOSA. **96**

3.1 A METODOLOGIA PARA A APLICAÇÃO DA ATIVIDADE. 101

3.2 O PLANO DE AULA 102

3.3 O ROTEIRO DE ATIVIDADE POR MEIO DO PROJETO “CONHECENDO O MEU MUNICÍPIO” 104

3.3.1 Aulas teóricas 105

3.3.2 Aula Prática 108

3.3.3 Atividade avaliativa 125

CONSIDERAÇÕES FINAIS **133**

REFERÊNCIAS **135**

APÊNDICES **145**

ANEXOS **174**

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como o título: O ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA NO MUNICÍPIO DE RAPOSA-MA: *Uma formação da consciência histórica por meio da educação patrimonial com alunos da escola Jarbas Passarinho*. Ela se insere na linha de pesquisa do Mestrado Profissional em Ensino de História: "Saberes Históricos em diferentes espaços de memória", uma vez que busca ampliar o ensino de história do município de Raposa, no Estado do Maranhão, com a educação patrimonial e o ensino de história local.

É mister pontuar, que a ciência histórica desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento e na formação da identidade coletiva, pois permite a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais que moldaram a humanidade ao longo do tempo. Ao investigar o passado, a História possibilita reflexões críticas sobre o presente e auxilia na projeção do futuro, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e engajada.

O estudo da História não se limita à simples narração de fatos, mas envolve a análise crítica das fontes, a interpretação de múltiplas perspectivas e a reconstrução dos contextos históricos. Como destaca Marc Bloch (2001), a História é uma ciência dos homens no tempo, e seu objetivo é compreender as continuidades e rupturas que estruturam as sociedades. Dessa forma, a ciência histórica não apenas registra eventos, mas também analisa suas causas e consequências, permitindo a problematização dos discursos e das narrativas existentes.

No campo da educação, a História desempenha um papel essencial na formação da consciência histórica dos indivíduos, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico e da cidadania. Ao estudar diferentes períodos históricos e contextos culturais, os alunos são incentivados a questionar as estruturas sociais, reconhecer a diversidade e valorizar o patrimônio cultural. Como aponta Jörn Rüsen (2001), a consciência histórica é um instrumento indispensável para que os indivíduos compreendam sua inserção na sociedade e atuem de forma reflexiva e transformadora.

No contexto da educação patrimonial, a ciência histórica assume um papel ainda mais significativo, pois permite que as comunidades reconheçam o valor de seu próprio passado e se apropriem de sua memória coletiva. Através da análise e valorização do patrimônio material e imaterial, os sujeitos passam a compreender a importância da preservação cultural e o impacto

da História em suas vidas cotidianas. Dessa maneira, a História deixa de ser apenas um conteúdo escolar e se torna um instrumento de empoderamento e pertencimento social.

Assim, a ciência histórica não apenas amplia o entendimento sobre o passado, mas também fortalece a capacidade de interpretação do presente e a construção de um futuro mais consciente e plural. Seu papel na educação é essencial para a formação de cidadãos críticos, capazes de reconhecer a complexidade das relações humanas e atuar na sociedade de maneira informada e responsável.

Sendo assim, este estudo destaca a importância de utilizar metodologias que explorem o patrimônio histórico de Raposa, demonstrando como esses lugares podem ser valiosos recursos educativos para a sala de aula. É crucial que os conteúdos sejam apresentados de maneira problematizadora, contextualizada e relacionada à experiencia dos alunos, tornando-os mais acessíveis e integrados ao contexto social. Isso não só valoriza os conhecimentos prévios dos alunos, mas também torna as aulas de história mais cativantes e eficazes, permitindo que os estudantes assumam um papel ativo como agentes históricos por meio de reflexões e discussões críticas.

O local onde acontece a pesquisa é na cidade de Raposa. Ela integra o conglomerado urbano de São Luís que inclui quatro municípios, sendo eles: Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís. A urbe teve seu povoamento iniciado em meados da década de 50 por pescadores cearenses migrantes da cidade de Acaraú, sendo dois deles, o senhor Antônio Pocal e José Baiaco. Localizado a 47 km de São Luís, tem sua origem com famílias de pescadores que vieram da cidade de Acaraú, próxima do litoral cearense. No desencadeamento do processo de povoamento da região, os migrantes foram se estabilizando e cimentando o que hoje conhecemos como a cidade de Raposa. Vasconcelos (2020) afirma que, a priori, a área ocupada pelos migrantes e fazia parte do município de São José de Ribamar (final da década de 1940 - 1959) posteriormente a Paço do Lumiar (1959 - 1994) e por meio da Lei Orgânica 6.132/94 a região de Raposa foi reconhecida como município.

Este trabalho possui como seu objetivo central fazer os alunos da escola Jarbas Passarinho conhecerem e compreenderem o surgimento da cidade a qual habitam e os seus espaços de lazer, trabalho, comércio, cultura materiais e imateriais como parte de um importante processo de consciência histórica. É mister salientar que, apesar do município de Raposa ser independente desde o ano de 1994, fazer parte da grande ilha de São Luís e ter sua importância cultural, regional e econômica para o Estado do Maranhão, poucas são as obras que versam

sobre o seu processo de emancipação, sua origem, como iniciou os costumes, atividades de pesca e modos de agricultura na região.

A produção deste trabalho enfrentou desafios significativos devido à escassez de fontes e obras específicas sobre a cidade de Raposa. O município, apesar de sua relevância cultural e histórica, ainda carece de estudos aprofundados e sistematizados que documentem sua trajetória e seus aspectos patrimoniais. Essa falta de materiais especializados dificultou a coleta de informações precisas e o embasamento teórico necessário para uma análise mais aprofundada.

Diante desse cenário, torna-se evidente a importância de abordagens metodológicas diversificadas na reconstrução de processos históricos. Na atualidade, percebe-se um olhar mais atento às diversas metodologias utilizadas para reconstruir processos históricos. Tornar acessível à sociedade a trajetória de comunidades, figuras emblemáticas ou movimentos sociais é imprescindível, pois oferece às novas gerações ferramentas para relacionar experiências passadas com os desafios do presente. Nesse contexto, inserir no ensino a história de grupos como a comunidade Raposa — frequentemente invisibilizada ou reduzida a narrativas simplistas — revela-se crucial. Ao estudar suas lutas, tradições e modos de resistência, os alunos ampliam sua consciência histórica, compreendendo não apenas eventos isolados, mas a complexidade das relações sociais ao longo do tempo.

Essa abordagem permite que os estudantes reconheçam como o passado influencia estruturas de poder, identidades coletivas e até conflitos contemporâneos. No caso da Raposa, por exemplo, explorar sua história possibilita discutir temas como territorialidade, preservação cultural e diálogo intercultural. Mais do que memorizar datas, os jovens desenvolvem a capacidade de questionar estereótipos e enxergar a história como um mosaico de vozes múltiplas, incluindo aquelas, por vezes, marginalizadas pelos curriculos educacionais dominantes. Assim, a educação histórica transforma-se em um instrumento de empatia e pensamento crítico, preparando cidadãos para intervir de forma reflexiva na construção do futuro.

A metodologia adotada para a pesquisa segue as diretrizes propostas por Antônio Carlos Gil (2002) sobre a estruturação de um trabalho científico. A priori, é mister esclarecer que metodologia é compreendida aqui como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades (Demo, 1989). O estudo se classifica como uma pesquisa de caráter bibliográfica, exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito e construir hipóteses iniciais. Segundo Gil, esse tipo de pesquisa tem planejamento flexível,

permitindo o uso de diversas fontes e abordagens, incluindo entrevistas, análise de exemplos e levantamento bibliográfico e qualitativa, porque se preocupa em entender os fenômenos a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, priorizando a compreensão dos significados, contextos e experiências, ao invés da quantificação dos dados. utilizando três principais abordagens metodológicas: a revisão bibliográfica, a análise documental e a pesquisa de campo. Sobre a pesquisa bibliográfica o Antônio Carlos Gil afirma o seguinte:

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (Gil, 2002, p.44).

A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em autores que discutem a consciência histórica e a educação patrimonial como Rusen (2010), Barros (2014) e Horta, Grunberg e Monteiro (1999), permitindo o embasamento teórico do trabalho. A análise documental foi utilizada para compreender registros históricos e institucionais sobre o município de Raposa e sua relação com a memória coletiva local. Já a pesquisa de campo envolveu entrevistas com moradores antigos, um método essencial para a valorização da história oral e da memória social, para que conhecimentos históricos que estão longes dos livros possam ganhar notoriedade, possibilitando o resgate de narrativas que complementam os registros históricos formais. Para a realização da entrevista foi assinado um termo de consentimento autorizando a transcrição e a publicação nestre trabalho conforme está descrito no Anexo – A.

Além da revisão bibliográfica, conforme já mencionado, este estudo também adota uma abordagem exploratória, cujo objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema pesquisado, permitindo um aprofundamento inicial sobre o tema. Esse tipo de pesquisa é caracterizado pela flexibilidade em seu planejamento, o que possibilita a consideração de diferentes aspectos do fenômeno estudado. Dessa maneira, a investigação se estrutura a partir de um levantamento bibliográfico detalhado, da realização de entrevistas com sujeitos que possuem conhecimento e experiência sobre o objeto de estudo e da análise de documentos que contextualizam historicamente o município de Raposa.

> Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (Selltiz et al., 1967, apud Gil, 2002, p. 41)

Por outro lado, a metodologia qualitativa, conforme destacada por Martins (2004), prioriza a investigação de micro processos sociais, centrando-se nas dinâmicas de ações individuais e coletivas. Esse enfoque demanda um rigoroso exame dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, tratando as unidades sociais estudadas como totalidades complexas que exigem do pesquisador uma postura analítica flexível e criativa. A autora ressalta que, nessa abordagem, o objetivo central é a imersão nas informações coletadas, buscando extrair delas significados plenos e representativos da realidade social. Para isso, o pesquisador deve adotar estratégias heterodoxas durante a interpretação, permitindo que os dados "falem" de maneira orgânica e multifacetada, o que facilita uma compreensão mais autêntica dos fenômenos investigados

O presente trabalho é composto por três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Educação patrimonial, consciência histórica para pensar o ensino de história hoje”, tem como objetivo discutir a relação entre educação patrimonial e a formação da consciência histórica, estabelecendo um embasamento teórico para a pesquisa. Para isso, são abordados os conceitos fundamentais que sustentam a educação patrimonial como ferramenta pedagógica, destacando seu papel no ensino de História e sua importância para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos.

Inicialmente, o capítulo apresenta um panorama sobre a evolução do conceito de patrimônio no Brasil, contextualizando os marcos históricos e legais que contribuíram para a sua consolidação enquanto elemento essencial na preservação da memória e identidade cultural. A análise inclui a atuação de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e as políticas públicas voltadas para a salvaguarda do patrimônio material e imaterial.

Em seguida, discute-se a educação patrimonial como uma metodologia voltada para o ensino de História, enfatizando sua relevância na construção de conhecimentos significativos. O capítulo explora como essa abordagem pode aproximar os alunos da história local, tornando o aprendizado mais dinâmico e conectado com suas realidades. São considerados os aportes teóricos de autores como Scifone (2016), Horta, Grunberg e Monteiro (1999) e Fonesca (2010), que refletem sobre a importância da memória e da consciência histórica na formação do indivíduo.

Por fim, o capítulo aprofunda a discussão sobre o desenvolvimento da consciência histórica por meio da educação patrimonial, destacando a necessidade de práticas pedagógicas

que incentivem a problematização, a investigação e o protagonismo dos alunos. Com base nas reflexões apresentadas, busca-se demonstrar como a valorização do patrimônio local pode ser um caminho eficaz para o fortalecimento do senso de pertencimento e da identidade cultural dos estudantes, permitindo que eles compreendam a História de forma mais contextualizada e significativa.

No segundo capítulo propõe-se a reconstruir a trajetória histórico-geográfica e sociocultural do município maranhense de Raposa, articulando-a à reflexão sobre como esses elementos configuram a identidade local e podem subsidiar práticas pedagógicas em História. Destaca-se a influência de seus aspectos naturais na configuração socioeconômica. Ademais, o capítulo investiga o povoamento de Raposa, com ênfase na migração de cearenses no século XX, cujas práticas culturais e técnicas tradicionais deixaram marcas profundas na identidade local. A pesca artesanal, herdada desses migrantes, e o artesanato de renda de bilro – técnica têxtil que se tornou símbolo cultural – são analisados como expressões de uma memória coletiva em constante ressignificação. Essas atividades não apenas sustentam economicamente parte da população, mas também funcionam como vetores de transmissão intergeracional, vinculando passado e presente através de saberes práticos e simbólicos.

O objetivo central desse capitulo é demonstrar que o estudo da formação social, das tradições e do patrimônio imaterial da região não apenas ilumina o passado coletivo, mas também serve como alicerce para a construção de uma consciência histórica crítica entre os estudantes, conectando memória, território e educação.

O último capitulo deste trabalho tem como objetivo apresentar a pesquisa empírica realizada, detalhando a metodologia adotada, as atividades aplicadas com os alunos e a análise dos resultados obtidos. Esse capítulo busca demonstrar, na prática, como a educação patrimonial pode contribuir para o despertar da consciência histórica dos estudantes, promovendo uma conexão entre o ensino de História e a valorização da memória local.

Por fim, o capítulo apresenta a análise dos resultados obtidos, evidenciando o impacto da atividade na formação da consciência histórica dos alunos. Os relatos demonstraram que a aproximação com o patrimônio local gerou um maior senso de pertencimento e uma nova percepção sobre a importância da preservação da memória coletiva. Além disso, a experiência possibilitou que os estudantes compreendessem a História de maneira mais concreta e significativa, indo além dos conteúdos tradicionalmente abordados em sala de aula.

O produto educacional desenvolvido a partir desta pesquisa consiste em um roteiro de atividades voltado para o ensino de História no município de Raposa-MA, utilizando a educação patrimonial como ferramenta pedagógica, servindo para o despertar da consciência histórica dos alunos. Esse roteiro foi estruturado de forma a possibilitar sua aplicação por professores da rede municipal de ensino, oferecendo um suporte didático acessível e alinhado com as especificidades da realidade local.

O material foi elaborado com base nos princípios da aprendizagem significativa, priorizando a relação entre os conteúdos históricos e a vivência dos estudantes. O roteiro está dividido em duas etapas complementares: A primeira etapa, de caráter teórico, foi realizada em sala de aula e envolveu a introdução dos conceitos de patrimônio, memória e identidade. Durante essa fase, os alunos foram incentivados a refletir sobre a história local e participaram da construção de um roteiro de passeio patrimonial, utilizando ferramentas digitais como Google Maps e Google Earth para identificar e planejar a visita a locais históricos de Raposa. Já a segunda etapa, de caráter lúdico e exploratório, consistiu na realização do passeio patrimonial previamente planejado, permitindo que os alunos vivenciassem diretamente o contato com o patrimônio cultural do município. Durante a atividade, foram promovidas observações, registros fotográficos e relatos dos estudantes, incentivando uma aprendizagem baseada na experiência e na interação com o meio.

1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, CONSCIÊNCIA HISTÓRICA PARA PENSAR O ENSINO DE HISTÓRIA HOJE.

Hodiernamente, as técnicas educativas que incorporam a educação patrimonial são componentes essenciais do currículo de história, se utilizadas de modo certo, elas tornar-se-ão importantes aliadas no desenvolvimento da consciência histórica e no processo de formação da identidade dos alunos. A dificuldade envolvida no ensino de história nos leva a considerar diferentes perspectivas que são essenciais para uma compreensão mais ampla, não somente do processo de ensino dessa disciplina, mas também da própria natureza do conhecimento histórico.

A história, como área disciplinar, tem a responsabilidade de produzir formas de conhecimento sobre o passado e problematiza-los tendo como alicerce uma memória social que pode ser proporcionada pelos patrimônios, pois eles, em suas múltiplas formas, são considerados fontes ricas e diversificadas de conhecimento histórico. Objetos, documentos, fotografias, construções, manifestações culturais, paisagens, lugares de memória – todos esses elementos contam histórias, revelam perspectivas e nos convidam a refletir sobre o passado. Com isso, a educação patrimonial promove contato direto com essas fontes, estimulando a curiosidade dos alunos, a pesquisa e o pensamento criticando, criando uma situação que nos permite alcançar uma lembrança que o ciclo social mantém vivo sobre o passado, proporcionando o reconhecimento da identidade dos sujeitos.

Mas afinal o que é educação patrimonial? Segundo o trabalho das pesquisadoras Horta, Grunberg e Monteiro, intitulado *Guia Básico da Educação Patrimonial,* a educação patrimonial:

> Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (1999, p.4)

Essa abordagem nos permite vislumbrar um universo de possibilidades, onde a educação patrimonial se destaca como uma ferramenta crucial para o ensino de história. Sob essa ótica, ela nos permite conectar os alunos de maneira significativa com o passado, enriquecendo seu entendimento e valorizando a diversidade de experiências e narrativas históricas. Esse tema que

sempre foi assunto de constantes debates entre os mais diversos pesquisadores de variadas áreas de conhecimento, principalmente nas questões preservacionistas, começou a ganhar força no Brasil a partir dos anos 1980, mas já tinha órgãos governamentais que tratavam do assunto bem antes disso.

Nesse viés, a educação patrimonial é um conceito que envolve o ensino e a valorização dos bens culturais, históricos e naturais, promovendo uma compreensão mais profunda e crítica do patrimônio como um elemento fundamental na construção da identidade coletiva e individual. Sendo assim, ela é mister para o entendimento dos elementos que formam patrimônio cultural, que normalmente envolve diferentes fatores sociais e culturais. A educação patrimonial vai servir como ferramenta para envolver esses itens no processo educativo, com o fito de se conseguir um alicerce para uma formação de identidade.

Nesse entendimento, o tortuoso caminho da prática pedagógica no domínio da educação patrimonial nos motiva a refletir a sobre métodos indispensáveis para o entendimento do ensino de história e da amplitude do conhecimento histórico para que assim, possamos considerar a relação entre educação patrimonial e o ensino de história como necessária para trabalhar o município de Raposa, abrindo novos caminhos e perspectivas para a educação, conforme destaca Teixeira.

> A Educação Patrimonial no ensino de História viabiliza a formação de indivíduos capazes de reconhecer a sua própria história cultural. Ao trabalharmos questões referentes ao patrimônio no ambiente escolar, estamos oferecendo subsídios para a construção do conhecimento e da valorização e preservação desses bens culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos. Ações educativas nesse sentido são importantes na medida em que os indivíduos precisam, para se reconhecerem e se diferenciarem de outros, de um "espelho" onde seja possível ver a própria vida, a própria cultura, a própria história e as próprias práticas e, com isso, construir a sua memória afetiva e sua identidade cultural. (Teixeira, 2008, p.206)

Além disso, Segundo Scifoni (2016), a educação patrimonial deve ser um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Histórico-Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. Assim, por meio do conhecimento e do contato direto com as evidências e mais diversas manifestações do que denominamos cultura, o papel da educação patrimonial é de desenvolver um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da nossa herança cultural, mostrando para as pessoas uma melhor forma de se tirar proveito dos patrimônios existentes e preparando conhecimento para as gerações que estão por vir, esse processo desencadeia um contínuo processo de criação cultural.

Ademais, ao utilizar o patrimônio como meio educacional de ensino-aprendizagem com os alunos, de modo a promover uma solidariedade no meio social, podemos ocasionar o nascimento na consciência dos alunos de um dever de memória.

Sob essa ótica, a educação patrimonial entra como importante ferramenta no ensino de história e de como fazer os alunos se enxergarem sujeitos da sua própria história, visto que a didática de patrimônio nos permite trabalhar com, de acordo com Hobsbawm (2012), com as tradições inventadas. Além disso, Horta, Grunberg e Monteiro (1999), vão nos demonstrar o passo a passo de quem deseja trabalhar com a didática de sala de aula e auxiliar os docentes nesse processo, alegando que a metodologia específica da educação patrimonial pode ser aplicada a qualquer evento material ou imaterial, e ainda serve como auxílio para fazer o aluno se enxergar sujeito da própria história.

> O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial é um instrumento de "alfabetização cultural" que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999, p.4).

Seguindo a linha desses pensadores, entendemos que é possível entrelaçar o ensino de história com a educação patrimonial para fazer os alunos alcançarem a compreensão da sua realidade e entenderem a sua importância como sujeito histórico da sua região, uma vez que ela favorece as interpretações dos bens culturais existentes, fazendo dela um meio fundamental de favorecimento e vivência da cidadania.

No contexto do ensino de história, a educação patrimonial assume um papel central fornecendo ferramentas que permitem aos alunos não apenas conhecer, mas também se apropriar de seu passado, compreendendo a continuidade e as transformações sociais ao longo do tempo. A importância da educação patrimonial reside na sua capacidade de formar uma consciência histórica, permitindo que os indivíduos reconheçam e valorizem as experiências e narrativas que compõem a memória coletiva, além de fomentar um senso de responsabilidade na preservação desse patrimônio para as gerações futuras.

A relação entre educação patrimonial e o ensino de história é intrínseca, pois ambas as áreas compartilham o objetivo de desenvolver nos indivíduos uma consciência histórica e cultural crítica, capacitando-os a reconhecer a importância da preservação do patrimônio para a identidade coletiva e para a memória social. Dessa forma, a educação patrimonial, quando

efetivamente integrada ao ensino de história, potencializa a formação de cidadãos conscientes e engajados na preservação do patrimônio cultural, fortalecendo assim a identidade cultural e a cidadania ativa nos demonstrando como a educação patrimonial pode ser incorporada ao ensino de história.

Sendo assim, a incorporação sistemática da educação patrimonial nos currículos escolares é essencial para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e crítica, capaz de interpretar e questionar as diferentes camadas da história. a interação entre a educação patrimonial e o ensino de história nos mostra como essa prática pedagógica pode enriquecer o processo educacional, tornando-o mais significativo e engajado. Um aspecto crucial a ser considerado é a interdisciplinaridade inerente à educação patrimonial, que ao ser conectada com a história, permite uma abordagem holística, integrando conhecimentos de história, arqueologia, antropologia, sociologia e outras disciplinas afins.

Sobre a interdisciplinaridade, Selva Guimarães Fonseca, no seu artigo "A História na Educação Básica: conteúdo, abordagens e metodologias" (2010) relata que o trabalho pedagógico por meio de projetos de ensinos que articulem a história com outros componentes curriculares se mostra, na prática, algo muito exitoso como forma de aprendizagem e construção de saberes. Ademais, Circe Bittencourt (2004) reconhece a importância da interdisciplinaridade, da compreensão complexa do mundo e nos chama atenção para uma preservação de um conhecimento escolar sem superficialidade, que aborda temas interdisciplinares em profundidade.

Dessa maneira, essa integração promove uma aprendizagem mais rica e significativa, onde os alunos não apenas assimilam fatos históricos, mas também compreendem o valor simbólico e cultural dos elementos patrimoniais, desenvolvendo habilidades de análise crítica e reflexão, visto que a interdisciplinaridade no ensino de história enriquece a aprendizagem ao promover uma visão integrada do conhecimento, desenvolvendo habilidades críticas e preparando os alunos para compreender a complexidade do mundo em que vivem. Essa abordagem é essencial para formação de cidadão mais conscientes e informados.

1.1 HISTORICIZANDO O CONCEITO DE PATRIMÔNIO NO BRASIL

Para Françoise Choay, no livro: A Alegoria do Patrimônio (2001), o conceito de patrimônio é compreendido de maneira crítica e reflexiva. A autora explora a evolução histórica

do conceito e como ele se transformou ao longo do tempo, desde a antiguidade até os dias atuais. Para ela, o patrimônio não é apenas um conjunto de bens materiais e imateriais que são preservados por seu valor histórico, artístico ou cultural, mas também uma construção ideológica que reflete as preocupações, os valores e as necessidades de uma sociedade em determinado momento. Essa concepção de patrimônio coletivo inicia no século XVIII. De acordo com Diniz (2022), mais precisamente na revolução francesa, onde todo aquele contexto de guerra e destruição instigava as pessoas a destruírem os bens materiais e os símbolos do alto regime francês. Todavia, alguns pensadores vão ser contra esses acontecimentos, defendendo a ideia de que o patrimônio era símbolo da história e cultura francesa.

> Alguns intelectuais se manifestaram contra essa atitude, argumentando que, além do valor econômico e artístico, aqueles monumentos e objetos também contavam a história do povo da França, dos camponeses, dos comerciantes, dos pobres. Ou seja, o valor histórico daqueles bens ia além da história dos reis, do clero, dos nobres e de toda a corte francesa. Dessa forma, esses bens deveriam ser preservados no interesse de um conjunto maior de pessoas: para a população que compunha a nação francesa (Diniz, 2022, p.19)

Somado a isso, Alexandre Correa, na sua tese de doutorado, *Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís* vai discutir que a concepção moderna de patrimônio, que emergiu no contexto da Revolução Francesa, está intimamente ligada ao processo de construção de uma identidade nacional. Durante a Revolução, houve uma transformação significativa na forma como os bens culturais e históricos eram percebidos.

O patrimônio, que até então, estava majoritariamente associado à nobreza e à igreja, começou a ser visto como um bem coletivo, pertencente ao povo e à nação. Essa mudança foi simbolizada pela apropriação e preservação dos bens que antes pertenciam à aristocracia e ao clero, que passaram a ser considerados tesouros nacionais, fato que ocorreu quando a assembleia constituinte francesa decidiu confiscar as terras da igreja.

Assim, a revolução francesa marcou o início de uma nova era onde o patrimônio cultural começou a ser visto como um elemento central na formação da identidade nacional e na construção de uma memória coletiva. Esse processo envolveu a nacionalização e “musealização” de bens culturais, estabelecendo as bases para as políticas de preservação patrimonial modernas. Sob essa ótica, a ideia de patrimônio se estabelece como uma "invenção" moderna, que posteriormente, ganhará mais força no contexto da sociedade industrial e das transformações sociais e culturais que ocorreram a partir do século XIX.

Esse conceito se expandiu progressivamente, passando de uma preocupação limitada à preservação de monumentos históricos para uma noção mais ampla que inclui paisagens, tradições, práticas culturais e até mesmo elementos do cotidiano. Dessa forma, o patrimônio desempenha um papel central na construção da identidade coletiva e na preservação da memória social, mas também pode ser instrumentalizado para fins políticos e econômicos, refletindo assim tensões e contradições inerentes à sua natureza.

Esse patrimônio, ao ser institucionalizado, acaba por criar uma certa "museificação" da cultura, onde os bens culturais são isolados de seu contexto original e transformados em objetos de contemplação, muitas vezes perdendo seu significado social e funcional original. Portanto, ela nos convida a refletir sobre os desafios e as responsabilidades associadas à preservação do patrimônio e como ele deve ser abordado de maneira crítica para evitar sua banalização ou mercantilização, mas enquanto no velho continente o patrimônio já era discutido desde o século das luzes, no Brasil ele vai demorar um pouco mais para fazer parte do imaginário social e começar a ser importante para o Estado brasileiro, apesar das primeiras preocupações como patrimônio começarem ainda no período colonial.

De acordo com o Iphan (1980), na obra: Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma trajetória, o primeiro vestígio que se sabe de alguma iniciativa vislumbrando a defesa de monumentos históricos ocorreu por volta do século XVIII, quando D. André de Melo e Castro[1], Conde das Galveias, Vice Rei do Brasil, ao saber das intenções do governador de Pernambuco sobre as construções deixadas pelos holandeses enviou uma carta demonstrando preocupações com a proteção das estruturas históricas.

> Pelo que respeita aos quartéis que se pretendem mudar para o palácio das duas Torres, obra do conde Maurício de Nassau, em que os governadores fazem a sua assistência, me lastimo muito que se haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados, que em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda me lastima mais que, com ela, se arruinará também uma memória que mudamente estava recomendado à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania, de que se seguiu livrar-se do jugo das fábricas em que se incluem as estimáveis circunstâncias (referidas)... são livros que falam, sem que seja necessário o lê-los...; se necessitasse absolutamente, para defesa dessa praça, que se demolisse o Palácio, e com ele uma memória tão ilustre, paciência, porque está mesma desgraça tem experimentado outros edifícios igualmente famosos; mas por nos pouparmos a despesa de dez ou doze mil cruzados, é cousa indigna que se saiba que, por um preço tão vil, nos exponhamos a que se sepulte, na ruína dessas quatro paredes, a glória de toda uma Nação[...] (Iphan, 1980, p.9)

[1] André de Melo e Castro, Conde das Galveias, sucedeu, no governo de Minas Gerais, a Dom Lourenço de Almeida e tomou posso na igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica no primeiro de setembro de 1732.

Após tal acontecimento, apenas séculos depois, o patrimônio volta a ser item de preocupação, quando, no início do século XX, Bruno Lobo, presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, pediu ao professor Alberto Childe, servidor do Museu Nacional, para iniciar a elaboração de um anteprojeto de lei de defesa do patrimônio artístico nacional. Esse acontecimento representa um marco significativo na trajetória da proteção do patrimônio cultural no Brasil, sendo um dos primeiros esforços sistemáticos para instituir um arcabouço legal que preservasse os bens artísticos e históricos do país. Esse documento, concebido no contexto das primeiras décadas do século XX, reflete as preocupações de uma elite intelectual e política comprometida com a construção de uma identidade nacional através da valorização e preservação dos testemunhos materiais da história brasileira.

A importância desse item reside não apenas em seu conteúdo normativo, mas também em sua capacidade de influenciar as políticas patrimoniais subsequentes, ele foi um ponto de inflexão na institucionalização da proteção patrimonial no Brasil, inaugurando uma nova era na relação do Estado com o patrimônio cultural e definindo parâmetros que ainda ecoam nas legislações contemporâneas.

Nesse contexto, na segunda década do século XX, teremos o primeiro projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados visando organizar a defesa dos monumentos históricos e artísticos no Brasil que foi um marco significativo na trajetória da preservação do patrimônio cultural do país. Essa proposta, apresentada em 3 de dezembro de 1923 pelo deputado pernambucano Luiz Cedro, refletia uma crescente conscientização sobre a importância de proteger e preservar o legado cultural e histórico do Brasil, em um período de profundas transformações sociais, econômicas e culturais.

Nesse período, o Brasil tinha uma política patrimonial incipiente, com poucas iniciativas sistemáticas voltadas para a preservação de seu vasto e diversificado acervo histórico e artístico. A industrialização, a urbanização e as mudanças nos hábitos culturais impunham desafios crescentes à conservação desse patrimônio, que frequentemente se via ameaçado pelas mudanças sociais aceleradas das cidades. A proposta do parlamentar, pioneira nesse quesito, pode ser vista como precursora do que, anos mais tarde, se concretizaria na criação de instituições que teriam como função defender o patrimônio cultural do País. O político, ao propor o projeto, reconheceu a urgência de criar mecanismos legais que assegurassem a proteção dos monumentos históricos e artísticos, tanto em termos de patrimônio material quanto imaterial, conforme veremos no seu artigo 1º e 2º:

> O congresso nacional resolve:
>
> Art. 1º Fica criada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, a Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, para o fim de conservar os imóveis públicos ou particulares, que no ponto de vista da história ou da arte revistam um interesse nacional. Art. 2º A administração da Inspetoria dos Monumentos Históricos compor-se-á de um inspetor nomeado pelo Presidente da República, entre cidadãos brasileiros de reconhecida capacidade em conhecimentos de arte e de história, e de um arquiteto, auxiliados por um secretário e um contínuo, podendo provisoriamente funcionar em uma das dependências da Escola de Belas Artes, ou do Museu Histórico[...] (Iphan, 1980, p.33).

Ainda assim, após todos esses acontecimentos, o patrimônio cultural no Brasil ainda era algo fragilizado, pois apesar dos pedidos de criação de leis e pessoas começando a se movimentar para chamar a atenção para a causa, o patrimônio continuava sem uma luta efetiva. Nessa perspectiva, em julho de 1933, o decreto nº 22.928 foi promulgado, representando um momento crucial na história da preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao declarar a cidade de Ouro Preto como Monumento Nacional. Esse acontecimento foi um dos primeiros atos formais do Estado brasileiro reconhecendo o valor histórico e artístico de um conjunto urbano, estabelecendo um precedente importante para a proteção de outras cidades e sítios históricos no País.

Segundo o Iphan (1980), o decreto de 1933 foi uma resposta à crescente consciência da importância de proteger esse patrimônio singular. Em seu texto, o governo justificava a medida destacando "o valor histórico, artístico e cultural da antiga capital de Minas Gerais, cujas tradições e monumentos representam uma das fases mais gloriosas da civilização brasileira". Ao reconhecer Ouro Preto como monumento nacional, o decreto visava não apenas preservar seus edifícios e ruas, mas também garantir que sua história fosse transmitida às futuras gerações como um testemunho do passado colonial do Brasil.

Esse acontecimento pode ser visto como parte de um movimento mais amplo de valorização do patrimônio cultural no Brasil, que ganhava força na década de 1930. Após o ocorrido, a defesa efetiva do Patrimônio histórico e artístico nacional inicia-se com a constituição de 1934, promulgada em 16 de julho do referido ano. Nela, no seu capítulo II, que fala sobre educação e cultura, consta um artigo, nº 148, segundo o qual:

> “Cabe a União, aos Estados e aos Munícipios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual” (Brasil, 1934, Art. 148).

Nessa ótica, a defesa ao patrimônio histórico brasileiro estava caminhando rumo a consolidação, faltava, entretanto, órgãos que fizessem essa defesa sair do papel e ir para a prática. Esses movimentos vão culminar três anos depois com a criação de uma instituição

importantíssima que vai estabelecer um marco legal abrangente para a proteção dos bens culturais no país.

Ademais, ainda no ano de 1934, por meio do decreto nº 24.735, assinado pelo então presidente da época, Getúlio Vargas, foi criado a Inspetoria de Monumentos Nacionais[2] que tinha como função as inspeções das edificações de valor histórico e artístico e ter controle sobre a comercialização de objetos de arte. Todavia, apesar da criação da inspetoria, os patrimônios ainda não serão tão importantes para as pessoas naquele período, tal situação só começa a mudar somente dois anos depois, quando os patrimônios culturais vão ganhar importância na comunidade política.

Em 1936 foi apresentado um anteprojeto idealizado por Mario Raul de Morais Andrade, por convite do então ministro da Educação e Saúde do Governo Vargas, Gustavo Capanema, para a criação de órgão de preservação, que resultou, em 1937, por meio do decreto lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, na criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

É mister abordar que, de acordo com Sala (1990), quando Vargas estava prestes a iniciar seu governo ditatorial, Mario de Andrade foi convidado a desenvolver um projeto para preservar o patrimônio histórico e artístico brasileiro, mas a proposta dele não serviu como base de lei que regulou a matéria a nível federal. Anos depois o SPHAN passou a ser chamado de IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que desde a sua criação teve como principal função ser responsável pelas condutas de cuidar e preservar o patrimônio no Brasil[3], consolidando políticas e ações voltadas à valorização e proteção desse legado no País.

Fonseca (2005) vai chamar esse período de acontecimentos de fase heroica, uma vez que, com a criação do SPHAN, vamos ter a ideia de conservação de patrimônio sendo consolidada no Brasil, influenciando, dessa forma, a preservação dos monumentos. O processo acontecia de uma única forma, por meio dos tombamentos, onde os monumentos que deveriam

---

[2] A Inspetoria de Monumentos Nacionais foi um departamento do Museu Nacional criado pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, que tinha entre as atribuições a inspeção das edificações de valor histórico e artístico e o controle do comércio de objetos de arte e antiguidades, sendo substituída, em 1937, pelo SPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspetoria-de-monumentos-nacionais-1934-1937. Acesso em 01 de agosto de 2024.

[3] Teve sua consolidação por meio da lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, onde no seu capítulo III, na seção III, no artigo 46: Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo seu País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do Patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uplods/legislacao/Lei_n_378_de_13_janeiro_de_1937.pdf. Acesso em 02 de agosto de 2024.

ter cuidados eram inscritos no livro do tombo. Os agentes do SPHAN davam prioridades ao que sobrou da arte colonial brasileira, primeiro que, por conta da influência barroca, todos achavam belo, segundo que tinha enorme valor para os estrangeiros e a elite do País não fazia questão de ter itens como esse por aqui, uma vez que esses objetos significavam um passado atrasado, que lembrava o período colonial, extrativista, onde o Brasil era colônia de Portugal. Uma vez que a cultura portuguesa fora substituída pela francesa, com grande influência do século das luzes, e tempos depois pela inglesa e americana por conta do processo industrial, o povo brasileiro começou a assimilar a ideia de progresso com os acontecimentos dessas nações e a querer imitar esses modelos, mentalizando que somente dessa forma seriamos capaz de alcançar essas civilizações.

Todo esse processo tinha um problema, os agentes do SPHAN eram, em sua grande maioria, arquitetos de formação. Sendo assim, eles priorizavam como forma de avaliação do patrimônio a estética e beleza, resumidamente falando a "pedra e cal". Fonseca relata que

> Os critérios adotados pelo SPHAN eram sustentados não tanto por estudos e pesquisas, pouco acessíveis à opinião pública, mas pela autoridade dos agentes da instituição que respondia pelos tombamentos [...] o que se questionava não era o tombamento de determinados tipos de bens em detrimento de outros – ou a concentração de tombamentos, deixando de lado outras atividades – mas os critérios de seleção, autenticação e restauração, ou seja, o estabelecimento de padrões que, por se aterem a exigências consideradas pelo SPHAN como científicas, no entender dos críticos do SPHAN, deixariam de atender a interesses da população (2005, p.120).

Nesse viés, a influência da formação em arquitetura dos agentes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi determinante para a maneira como o patrimônio foi concebido e preservado no Brasil, especialmente em seus primórdios. Esses servidores, majoritariamente arquitetos e restauradores, baseavam-se em critérios essencialmente estéticos e artísticos para definir quais bens deveriam ser protegidos, deixando em segundo plano a dimensão histórica, social e cultural dessas construções. Esse viés reducionista contribuiu para a consolidação da chamada mentalidade de "pedra e cal", que priorizava a conservação de monumentos e edificações imponentes, em detrimento de manifestações culturais imateriais ou de bens associados a camadas populares (Fonseca, 2005).

Esse modelo patrimonialista resultou em uma elitização do patrimônio, pois as edificações selecionadas para proteção, em grande parte, estavam associadas à trajetória das elites coloniais, imperiais e republicanas. A ênfase na preservação do que era considerado belo, grandioso e bem conservado levou à valorização de igrejas barrocas, casarões senhoriais, palácios e outros edifícios ligados às classes dominantes, enquanto os modos de vida, os espaços de sociabilidade e as práticas culturais das camadas populares foram, muitas vezes, ignorados

ou subalternizados, ocasionando uma história oficial onde seus monumentos sempre refletiram os interesses dos grupos hegemônicos, apagando a diversidade de experiências históricas do país.

Essa seletividade patrimonial contribuiu para uma espécie de homogeneização cultural, na medida em que buscava um padrão estético idealizado, muitas vezes inspirado no modelo europeu de preservação. Tal processo desconsiderava a pluralidade das expressões culturais brasileiras, principalmente aquelas ligadas às culturas indígenas, afro-brasileiras e camadas populares urbanas e rurais. Assim, o patrimônio, quando reduzido a um conjunto estático de bens materiais, pode se transformar em uma representação congelada do passado, desconectada das dinâmicas sociais que lhe deram origem. No Brasil, esse congelamento cultural reforçou a ideia de que o patrimônio pertencia a uma elite letrada e distante da realidade das maiorias sociais.

Além disso, ao privilegiar uma visão monumentalizada da história, o IPHAN, durante grande parte do século XX, acabou contribuindo para a museificação da cultura, ou seja, a transformação de determinados bens e espaços em objetos cristalizados, desvinculados de seu uso e significado originais. Esse fenômeno distanciou ainda mais a população dos bens patrimonializados, tornando-os elementos do imaginário social muitas vezes incompreendidos pelas comunidades que deveriam se reconhecer neles. Essa lógica explica, em parte, o desinteresse ou desconhecimento de grande parte da população sobre o patrimônio tombado, pois ele não dialogava diretamente com sua vivência cotidiana.

Todavia, nas últimas décadas, esse modelo patrimonial tem sido contestado e ampliado. A partir dos anos 1980 e 1990, com a ascensão de novos paradigmas teóricos, o conceito de patrimônio passou a incorporar elementos imateriais e manifestações culturais populares, reconhecendo sua importância para a identidade nacional. O próprio IPHAN, influenciado por debates contemporâneos e documentos internacionais, como a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003), expandiu suas diretrizes, valorizando práticas culturais, festividades, saberes tradicionais e modos de vida das comunidades. Essa mudança de perspectiva permitiu um maior envolvimento das populações locais no processo de patrimonialização, promovendo uma visão mais democrática e plural do que deve ser preservado.

Nessa ótica, podemos compreender que uma educação patrimonial crítica e reflexiva desempenha um papel fundamental na desconstrução de visões eurocêntricas e na construção

de uma compreensão mais inclusiva e democrática do patrimônio cultural. Visto que ao problematizar as narrativas dominantes e dar voz às histórias marginalizadas, a educação patrimonial contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e engajados na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse viés, apesar desses acontecimentos, o processo de fortificação do patrimônio no Brasil foi ganhando notoriedade, ainda mais depois dos eventos da segunda guerra, que trouxe a destruição e o medo para diversos países no mundo. De acordo com Costa (2010), depois de toda a aniquilação causada pelo combate, as nações vão ter um maior desejo de preservar o que sobrou de um passado materializado dentro de seus países e que não foram devastados, como prova disso, diversas instituições foram criadas a exemplo do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o que demonstra que a comunidade internacional estava construindo mecanismo de proteção e conscientização do patrimônio.

À luz desse acontecimentos, teremos, em Paris, entre 17 de outubro e 21 de novembro de 1972, uma conferência geral na UNESCO, visando uma proteção aos patrimônios do mundo todo, visto que, eles se encontravam ameaçados de destruição devido aos causas naturais de destruição e o desinteresse de repará-los, e o crescimento populacional, que por conta da demanda de moradias, obras antigas precisavam ser destruídas, tendo o sumiço desses patrimônios culturais como danos irreparáveis para o mundo todo. Com isso, nos primeiros artigos do documento dessa convenção, a UNESCO decide definir patrimônio cultural e natural como:

> ARTIGO 1
>
> Para os fins da presente Convenção, são considerados “patrimônio cultural”:
>
> - Os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
>
> - Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
>
> - Os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.
>
> ARTIGO 2
>
> Para os fins da presente Convenção, são considerados “patrimônio natural”:

> - Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
>
> - As formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico,
>
> - Os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (Unesco, 1972, p.2)

No Brasil, somado a essa reformulação do significado de patrimônio cultural, teremos a criação do CNRC (Conselho Nacional de Referência Cultural) que seria um banco de dados sobre a cultura brasileira. Nesse viés, já no governo Figueiredo, a área cultural passa por mudanças tão impactantes que seria criada a secretaria de cultura, onde todos os órgãos culturais do Brasil estariam sob a administração de Aloísio Magalhães (Fonseca, 2010).

Anos depois, já no governo Sarney, o ministério da cultura surge para direcionar o que seria extremamente relevante para a sociedade brasileira, apesar de não receber a devida atenção, a cultura. Como os anos 80 foram marcados pelo fim do período militar brasileiro, e o início da redemocratização, a ideia de preservar as manifestações culturais vai ganhar grande apoio político, mostrando para as massas a ideia de que a diversidade se sobrepunha à desigualdade, com isso, o movimento da constituinte do final da década de 80 que vai resultar na criação da constituição cidadã de 1988 que traz no seu artigo 216 a definição do patrimônio cultural brasileiro como:

> “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
>
> I - as formas de expressão;
>
> II - os modos de criar, fazer e viver;
>
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
>
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
>
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.” (Brasil, 1988, art.216)

Essa ampliação trouxe avanços significativos, pois reconheceu não apenas monumentos e edificações como patrimônio, mas também práticas culturais, manifestações artísticas e tradições. Nessa ótica, a constituição fortaleceu o papel do Estado na proteção da diversidade cultural brasileira, consolidando a necessidade de políticas públicas voltadas às preservações dos bens culturais da Nação.

Assim, o Brasil estruturou um sistema de proteção patrimonial que busca equilibrar o desenvolvimento urbano e econômico com a conservação de bens culturais materiais e imateriais. A atuação do IPHAN e o respaldo constitucional evidenciam a relevância da memória e da identidade nacional como elementos fundamentais para a formação da consciência histórica e para o exercício da cidadania.

Conforme visto nesse tópico, buscamos traçar um panorama histórico do conceito de patrimônio e a evolução dele no contexto brasileiro, culminando na necessidade de uma educação patrimonial, destacando como esses elementos se entrelaçam no processo de preservação e valorização cultural. Com isso, temos a educação patrimonial como algo que vem despertado interesse constantemente na sociedade acadêmica, a exemplo dos mestrados acadêmicos como o ProfHistória e o PPGGPC (Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural) da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), onde teremos algumas dissertações que vão dialogar com esse conceito somado ao ensino de história, a exemplo de (Souza, 2023; Souza, 2021; Diniz, 2022; Moraes, 2024; José, 2020). Esses trabalhos mostram como a educação patrimonial pode ser uma grande aliada no resgate da memória de grupos sociais esquecidos pelos currículos escolares.

1.2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

A gênese da Educação Patrimonial no Brasil é marcada por um debate historiográfico plural, que reflete as complexidades da construção de políticas culturais em um País de heranças coloniais e diversidade sociocultural. Como pontua Mario Chagas (2006), a tentativa de se estabelecer uma “data zero” para o campo – frequentemente associada ao primeiro seminário sobre o uso educacional de museus e monumentos, realizados em 1983 pelo Museu Imperial – revela uma busca por legitimação institucional, mas obscurece processos anteriores de articulação entre educação e patrimônio.

Ainda de acordo com Chagas (apud Diniz 2022, p.38) a relação entre educação e patrimônio faz parte da realidade tupiniquim desde trabalhos museológicos ocorridos no século XIX e do serviço educativo do Museu Nacional, instituído formalmente em 1926. Sendo assim, a Educação Patrimonial surge na Inglaterra e vem para o Brasil, sendo amplamente divulgada

e trabalhada por intelectuais, nas décadas finais do século XX, como uma abordagem educativa focada em ensinar sobre a importância do patrimônio cultural e histórico.

A ideia principal é conectar as pessoas, especialmente os jovens, com o patrimônio ao seu redor, como edifícios antigos, monumentos, tradições, formas de fazer algo e objetos de valor histórico, ajudando-os a entender, valorizar e preservar esses elementos.

Nos anos 1980, havia uma crescente preocupação na Inglaterra com a preservação do patrimônio cultural, que estava ameaçado pela acelerada urbanização e também as mudanças que ocorriam na sociedade. Como resposta a essa situação, a Educação Patrimonial começou a ser vista como uma ferramenta importante para promover a conscientização sobre a herança cultural e para envolver as comunidades locais, principalmente nas escolas.

Segundo Iphan (2014), em 1983, enquanto acontecia o 1º seminário sobre o uso educacional de museus e monumentos, a educação patrimonial era introduzida no Brasil a partir da metodologia inglesa chamada *heritage education*[4], buscando ampliar a compreensão de patrimônio cultural além dos monumentos e sítios históricos, incorporando práticas, saberes, tradições populares e outros elementos imateriais que compõem a herança cultural de uma comunidade (Cury e Virgínio, 2009).

No contexto brasileiro, o crescimento deste campo vem acompanhado de uma expansão do entendimento do que deve ser preservado, incluindo elementos que vão além das construções físicas para englobar aspectos mais amplos da cultura e da memória coletiva.

Essa abordagem não se limita apenas ao aprendizado teórico, mas inclui experiências práticas, como visitas a museus, sítios arqueológicos, e centros históricos, além de atividades que envolvem o contato direto com objetos e lugares históricos. O objetivo é fazer com que o aprendizado seja mais envolvente e significativo, permitindo que as pessoas façam uma conexão emocional com o patrimônio. Ela busca desenvolver um senso de identidade e pertencimento na sociedade, mostrando como a história e a cultura são partes importantes da vida cotidiana, também incentiva o respeito e a valorização de diferentes culturas e tradições,

[4] A educação patrimonial (Heritage Education), enquanto modalidade de intervenção pedagógica, surgiu inicialmente na Europa e acompanhou a tendência supracitada, uma vez que se comprometeu com políticas de conservação e administração de patrimônios históricos edificados, de interesse estatal. No Brasil, embora práticas similares sejam identificadas já na década de 1930, o termo emerge no fim dos anos de 1980 objetivando a conservação do patrimônio remanescente do período colonial e do caráter nacionalista da cultura brasileira. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/download/38374/25593. Acesso em 25 de ago. 2024

promovendo a diversidade cultural e a compreensão de que o patrimônio é algo que todos devem cuidar e preservar.

Com isso, esse tema se tornou um importante assunto a ser tratado por diversos ramos educacionais tanto na academia, quanto fora dela. Isso ocorreu por conta da crescente necessidade de debater o assunto. Além disso, um produto cultural participa diretamente na formação da identidade de um povo, as manifestações também ajudam na construção de valores e costumes da sociedade, por isso, no que diz respeito a educação patrimonial como um instrumento de ensino, ela será uma grande aliada no ensino de história como ferramenta para a conscientização histórica dos alunos.

Nesse viés, ao se falar de educação patrimonial, fala-se de trazer a comunidade, principalmente para perto da sua própria história, devido a importância de conhecer a própria história, de onde viemos, quem somos, porque vivemos dessa forma na atualidade, quais traços da nossa mentalidade estão presentes naquele local, para que possamos compreender quais personagens nós somos historicamente. Quando se trata de patrimônio, é válido saber qual bem cultural é esse se é patrimônio cultural material ou imaterial, se é móvel ou imóvel.

A compreensão da importância do acervo cultural para a nossa formação de vida é que a educação em relação ao patrimônio começa a acontecer quando somos despertados para ela, isso pode ocorrer no ensino de história e a educação em patrimônio surge para que o entendimento dos espaços sociais, visto que muitas vezes o legado cultural é externo e distante das pessoas de um local, a exemplo do que acontece com alguns alunos da escola onde leciono, que mesmo nascidos no Munícipio de Raposa, são alheios a sua própria história, não se reconhecem como sujeitos da própria história, são alheios aos acontecimentos da cidade onde vivem.

Os alunos de todo o País, inclusive da educação básica de Raposa, no Estado do Maranhão, onde é o foco deste trabalho, possuem um currículo de história voltado para fatos históricos, políticos e sociais de grande repercussão para um entendimento macro da disciplina, ou seja, com eventos de longa duração a exemplo dos períodos históricos: paleolítico, mesolítico e neolítico; média duração como como a idade média e a história das antigas civilizações. Todavia, a história de curta duração que, de acordo com Braudel (2007), é a história do “tempo breve, ao indivíduo, ao evento”, voltada a acontecimentos que cronologicamente alteraram os acontecimentos de uma sociedade é, na maioria das vezes, deixada de lado.

A obra de Fernand Braudel, especialmente sua proposta de três durações do tempo histórico (curta, média e longa), revolucionou a forma como os historiadores pensam sobre o tempo e a história, trazendo novas perspectivas sobre a noção histórica de passado, presente e futuro, levando a uma nova forma de se compreender o tempo. Esse pensamento do autor contribuiu para que a ciência histórica superasse a história factual, pois ampliava o propósito, indo além da narrativa dos eventos e incorporando as estruturas e conjunturas da história. O autor argumentava que a história não se limita aos eventos e acontecimentos de curta duração, mas também abrange as estruturas de média duração e as permanências de longa duração.

Todavia, quando falamos da história de curta duração, com seu foco em eventos, personagens e datas, ela vai ocupar um lugar importante na historiografia e no ensino de história. Isso ocorre porque ela atende à necessidade humana de organizar o tempo, compreender as origens e se situar no fluxo histórico. A curta duração trata sobre o "tempo breve, ao indivíduo, ao evento" (Braudel, 2007, p.44). Ela está relacionada com os eventos que marcaram cronologicamente os percursos de uma sociedade. É o tempo do cronista, do jornalista (Braudel, 2007, p.45).

Para uma noção temporal, a história de curta duração pode ser observada entre um dia e alguns anos, como a história de adesão do Estado do Maranhão ao movimento de independência do Brasil, o segundo reinado, período pombalino no Maranhão e o início do povoamento da localidade que hoje é o município de Raposa, e da emancipação da cidade, e a sua formação como município.

Esses conteúdos acabam sendo deixados de lado por conta de um currículo elitista existente na nossa educação, onde é mais importante aprender, por exemplo, sobre o que aconteceu durante o ciclo do ouro com as revoltas nativistas do que aprender sobre a sua história local, até porque como alguns alunos afirmam, a história do município de Raposa não é cobrada no ENEM, tampouco no vestibular da UEMA (Universidade Estadual do Maranhão). Logo, por que devemos aprender sobre ela?

Essas situações de uma história completamente distante da nossa realidade são retratadas na dissertação de mestrado do aluno Marcos Tadeu Nascimento Silva, com o título "Educação Patrimonial: A arqueologia de uma história antiga da ilha de Upaon-Açu", que segundo ele:

> Desde pequeno, nos primeiros anos da vida escolar, nunca me contentei com as histórias que ouvia em sala de aula, sempre tinha a impressão de que se tratava de uma história alheia, sobre terrenos distantes e trajetórias de gente que não pareciam em

> nada comigo e com o meu universo. Nos exemplos de narrativas da dita "história geral", nunca enxerguei as práticas cotidianas do meu avô, assim como: práticas de pesca, a feitura de farinha nas casas de forno, dietas alimentares, o manejo da mata, a arquitetura da floresta, a confecção de embarcações, o bumba-meu-boi e o tambor de crioula, tampouco percebi qualquer enunciado sobre a trajetória de resistência milenar de mulheres como minha vó, "quebradeira de côco", que da semente fazia o azeite, da casca fazia o carvão, da polpa tirava o leite, da folha fazia de telhado para casa, côfo pra guardar de tudo e a piaçaba virava porta. Ouvia muito mais sobre o avô Germânico de algum alemão ou da avó Romana de algum italiano [...] seria meu território vazio de uma história na longa duração? Sem uma raiz profunda? Como ter equidade em relação a história de sociedades e deuses que ganhavam templos, escolas, espaço na televisão? (Silva, 2021, p.11)

Tal situação nos remete a uma certa dúvida. Não deveríamos estudar nossa história local? A inclusão da história local nos currículos escolares da educação básica é essencial para uma educação mais inclusiva. Pois ao estudar a história da sua rua, do seu bairro, da sua cidade, os alunos desenvolvem um senso de pertencimento, enxergando-se como participantes da história.

Mas antes de tudo, o que seria uma história local? De acordo com o dicionário online da língua portuguesa, a palavra "local" é um substantivo masculino sinônimo de localidade. De modo mais abrangente, o primeiro significado é "qualquer lugar; localidade: qual será o lugar da festa?", em um segundo momento temos a definição de "área limitada que pertence a uma parte do todo".

Percebemos uma concepção de local ligada geograficamente a um lugar, visto que ao se falar de local, fala-se de um espaço físico, esse espaço, que nos meios virtuais de GPS, está determinado pelo eixo X e Y, fazendo com que as pessoas que utilizam o dispositivo, consigam chegar com precisão ao destino desejado. Segundo o sociólogo francês Alain Bourdin, "o local é um lugar de sociabilidades, marcado pela proximidade e pela contiguidade das relações entre os sujeitos que a estabelecem" (Bourdin, apud Cavalcanti, 2018, p.274).

Essa citação nos convida a refletir sobre a importância de uma história local como um caminho para a compreensão de dinâmicas sociais e relações que acontecem num determinado espaço. Ao tratar o "local" como um ambiente de sociabilidades, marcado pela proximidade e pela interação cotidiana, o autor nos estimula a olhar para a história sob uma perspectiva mais próxima e pessoal, onde se tornam visíveis as experiências e vivências das pessoas que constroem o dia a dia de um determinado lugar. É nesse espaço que nos comunicamos, compartilhamos valores culturais, construímos laços de solidariedade e estabelecemos relações que moldam a identidade coletiva. Assim, noção de "local" pode variar conforme a perspectiva adotada.

Do ponto de vista geopolítico e histórico, uma cidade pode ser considerada pequena, enquanto um país pode ser visto como vasto ou, em alguns casos, até mesmo limitado. No cotidiano, uma casa pode parecer grande ou pequena, dependendo das percepções individuais, assim como um shopping pode ser visto como um espaço amplo e movimentado. Para os fins deste trabalho, o "local" será entendido em uma escala municipal, tomando como objeto de análise o município de Raposa, situado abaixo do nível de um Estado nacional ou de um país na hierarquia territorial.

José D'Assunção Barros vai afirmar que a história local também pode representar a totalidade uma vez que nos ajuda a enxergar uma parte da história que fica fora das grandes narrativas que são trabalhadas cotidianamente nos currículos escolares que existem nas escolas do País.

> Uma história, entre outros adjetivos, será uma história local no momento em que o "local" torna-se central para a análise, não no sentido de que toda história deve fazer uma análise do local e tempo que contextualiza seus objetos (o que é pressuposto de toda História), mas no sentido de que o 'local' implica aqui uma referência a uma cultura ou política local, a uma singularidade regional, a uma prática que só se encontra aqui ou que aqui adquire conotações especiais a serem examinadas em primeiro plano. Pode-se dar ainda que, na História Local, o local se mostre como próprio objeto de análise, ou então que se tenha em vista algum fator transversal à luz deste 'local' desta 'singularidade local'. [..] O fato de que uma história possa ser compreendida como "história local" não exclui a possibilidade de que esta mesma história se refira a uma totalidade. (Barros, 2022, p.5)

Nessa ótica, temos uma história local que apesar de focar num espaço específico, não se limita a uma "história em migalhas". O "local" é o centro da análise, nos permitindo investigar acontecimentos regionais, praticas culturais, políticas locais, mas sem perder de vista a conexão com a totalidade histórica. Esse tipo de análise histórica não se opõe a busca por uma compreensão mais ampla do passado. Ao contrário, como já dito, ela pode ser um meio para alcançar essa totalidade, nos mostrando características que muitas vezes ficam fora das grandes narrativas históricas.

Assim, temos uma educação onde a teoria diz uma coisa, mas infelizmente a prática é completamente diferente. Durante a disciplina de história do ensino de história no mestrado, tivemos a oportunidade de debater sobre esse currículo excludente e que ao mesmo tempo prega a interdisciplinaridade educacional. Aprendemos que a BNCC, dentre as suas competências gerais da educação básica, diz que devemos valorizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural, exercitar a curiosidade intelectual, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, ademais, na competência de número seis, fala que devemos:

> Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (Brasil, 2018, p.6)

O mesmo documento defende que deve haver uma igualdade educacional que vale para as oportunidades de permanência e aprendizagem na educação básica e que o aluno, na unidade temática da disciplina de história: As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município, devem aprender sobre os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou município em que vive (Brasil, 2018, p.410). Ademais, os PCNs (Parâmetro Curriculares Nacionais) de história já destacam a importância da educação patrimonial e a sua necessidade para uma reflexão da sociedade, com isso, evidencia também a ideia do patrimônio cultural, falando sobre as concepções das propriedades culturais e que atualmente ela é dividida em três grandes dimensões:

> [...] natural ou ecológico, histórico-artístico e documental. Nesse sentido, há o esforço de preservar, como patrimônio: o meio ambiente; os conjuntos urbanos; os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico; as obras, os objetos, os documentos, as edificações, as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as formas de expressão; e os modos de criar, fazer e viver. Por sua vez, há o esforço de preservar, como patrimônio histórico, o patrimônio arquitetônico, arqueológico, documental, arquivístico, bibliográfico, hemerográfico, iconográfico, oral, visual, museológico e todos os outros bens que documentam a História de uma sociedade (Brasil, 1998, p.90).

Conforme visto, apesar desses dois documentos basilares do ensino brasileiro mencionarem o patrimônio sociocultural, eles não citam a Educação Patrimonial como meio pedagógico do ensino de história e isso pode ser visto na prática. Ao questionar sobre o que era Educação Patrimonial para as turmas do 9º da escola onde leciono, obtive como resposta de 100% dos alunos: “Não sei”.

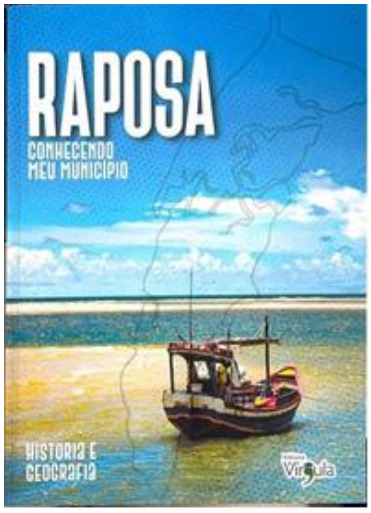
É importante questionar o porquê de alunos chegarem ao último ano do ensino fundamental sem saber o que é Educação Patrimonial, se desde o 3º ano da educação básica deveria ser trabalhada a questão patrimonial com eles. Além disso, alguns terminam o ensino fundamental alheios a sua própria história, por conta de um, conforme ja mencionado, currículo elitista e um caminho educacional direcionado a uma prova considerada importante para maioria dos discentes, o vestibular. A educação no Brasil caminha entre a teoria e a prática. A teoria dos documentos educacionais, das normativas, exigem uma educação holistica e libertadora para os alunos. Na prática, o ensino é reduzido a apostilas e a prova do vestibular, entre o que cai ou nao de conteúdo no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Esse questionamento torna-se ainda mais pertinente quando consideramos a existência de um livro didático produzido por professores de Raposa, sobre a história da cidade, mas que,

não é utilizado na rede escolar do Município. A obra [5] - *Raposa, conhecendo meu município* - produzida pelos professores Ana Valéria, Marcus Antônio, Doralete Farias, Rosinelia Machado e Juliana Duarte, representa um material excelente para ser trabalhado no fundamental II, uma vez que aborda elementos pertinentes da Urbe, com uma linguagem de fácil compreensão e acessível a todos os alunos, pois a SEMED distribui gratuitamente o documento para os discentes.

No entanto, a disciplina de História, ainda presa a um currículo que privilegia narrativas generalistas em detrimento das histórias locais, acaba negligenciando a formação da consciência histórica dos jovens raposenses. Esse distanciamento entre teoria e prática reforça um modelo de ensino que desconsidera as especificidades do município, privando os estudantes de um conhecimento mais próximo de sua realidade e identidade cultural.

Figura 1 - Livro didático sobre Raposa



Fonte: Raposa, conhecendo o meu município: história e geografia / Ana Valeria dos Santos... [et al]. Fortaleza, Ceará. Editora Vírgula, 2023.

Circe Bittencourt (2010) critica a perspectiva elitista da história brasileira, argumentando que ela não reflete a realidade social nem promove um entendimento verdadeiro do povo brasileiro. Sob essa perspectiva, essa forma de ensinar a história vai de encontro ao que Thompson (1998) defende ao destacar a significância histórica das pessoas que vivem à margem da sociedade, uma vez que a história, com uma ótica vista de baixo para cima, se preocupa com as pessoas comuns, que não são consideradas referências para nada, pois não são importantes para a sociedade.

[5] Único livro paradidático sobre a história e geografia da cidade de Raposa, feito por professores do município, com a participação de pesquisadores da área da história e geografia.

Para isso é levado em conta os seus modos de vida, formas de resistência e de luta, suas atividades culturais e as suas identidades, engajando-se nas questões e nos problemas do seu tempo. Esses sujeitos começaram a ganhar voz com o movimento dos Annales que, segundo Burke (2011), na sua terceira geração, encabeçado por nomes como: Jacques Le Goff, Georges Duby, entre outros, começou a tratar sobre a história social, aspectos da cultura popular, as práticas sociais e como isso era importante para conhecimento histórico.

Hoje podemos construir uma narrativa histórica das vivências e experiências de sujeitos que foram invisibilizados. Indivíduos considerados de classes inferiores puderam ser protagonistas na História, algo que antes não teve tanta aceitação. Portanto, "a História Social é extremamente importante para o estudo, por fornecer o instrumental necessário ao conhecimento do contexto social, cultural, econômico, político e suas relações com os sistemas de valores e as formas institucionais" (Santana, 2008, p.11-12).

De modo pontual, Circe Bittencourt (2010) critica a perspectiva elitista da história do Brasil, argumentando que ela não reflete a realidade social nem promove um entendimento verdadeiro do povo brasileiro.

> O ensino de História do Brasil está associado, inegavelmente, à constituição da identidade nacional. Nacionalismo patriótico, cultos a heróis nacionais e festas cívicas são alguns dos valores que, na escola, se integram ao ensino da História do Brasil ou, ao menos, na de uma certa História do Brasil. E contra essa história patriótica, existe uma série de críticas que buscam desmascarar seu caráter dogmático e muito distante de um conhecimento sobre o país e seu povo. (Bittencourt, 2010, p.185)

Infelizmente, quando essa ótica historiográfica é perpetuada entre as gerações, ela vira referência didática em relação a outras formas de ensinar a história, gerando até questionamento entre os alunos quando outra maneira de ensino é abordada em sala de aula. Como, para Bloch (2001), a história é um problema, e o historiador é o responsável por decifrar e solucionar as problemáticas apresentadas pela história, o cientista histórico é incumbido de afastar da ótica política e social uma história positivista, como crônica de acontecimentos ou *événementielle*[6] de trabalhar apenas os grandes nomes e heróis.

Sendo assim, no hodierno, o processo de concretar novos alicerces no âmbito de ensino-aprendizagem no campo da história é imperado por uma ampla urgência de se preservar o patrimônio histórico material e imaterial, das memórias de pessoas de determinadas regiões, que ao passar dos anos foram deixadas de lado ou, sequer, incluídas no conhecimento histórico

[6] Sobre eventos do dia-a-dia. Eventos atuais

brasileiro trabalhado nas escolas por mero interesse de uma parcela social. Uma vez que, segundo Barros (2014), toda disciplina que é trabalhada é envolvida por interesses.

> Toda disciplina é constituída, antes de mais nada, por um certo "campo de interesses", o que inclui desde um interesse mais amplo que define esse campo como um todo, até um conjunto mais privilegiado de objetos de estudo e de temáticas a serem percorridas por seus praticantes [...] (Barros, 2014, p. 19).

Nessa ótica, à luz do pensamento de Horta; Grunberg e Monteiro (1999) a educação patrimonial definida como um processo pedagógico permanente e sistemático de trabalho educacional voltado para o patrimônio cultural que visa a valorização da cultura e da memória de uma comunidade, permitindo que as pessoas, por meio da experiência e do contato direto, reconheçam e participem ativamente da preservação dos bens culturais, tanto materiais quanto imateriais. Assim, as autoras defendem que a educação patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural, possibilitando o indivíduo a enxergar o mundo em sua volta e formar uma consciência histórica, fazendo-o compreender o meio o qual ele faz parte, tendo como ponto de partida uma proposta metodológica baseada em quatro fases de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais:

1. Observação: Os alunos devem observar o objeto ou local, fazendo perguntas sobre sua forma, função e significado.

2. Registro: Desenhos, descrições, e fotografias ajudam a fixar o que foi observado e analisado

3. Exploração: Os alunos levantam hipóteses e buscam fontes complementares para aprofundar a análise.

4. Apropriação: A recriação do objeto ou monumento em outras formas artísticas (pintura, escultura, dramatização) promove o envolvimento afetivo e a valorização do bem cultural.

Toda essa metodologia é aplicada a:

> [...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 6).

Aplicando esse ponto de vista na cidade de Raposa, a educação patrimonial vai ajudar os alunos a perceberem que patrimônios culturais não são apenas aqueles conhecidos

mundialmente, ou os que são tombados pela UNESCO ou IPHAN, e sim um modo de fazer uma renda de bilro – que eles tanto conhecem, modo de pescaria, o manejo da agricultura do local onde eles vivem, um jeito de se fazer um prato culinário, um costume que só existe no local onde eles moram.

Esses elementos representam o reconhecimento local dessas pessoas e devem ser usadas como ferramentas pedagógicas no ensino de história. Essa abordagem visa fortalecer a identidade cultural e o senso de pertencimento dos estudantes, fazendo com que compreendam a importância da preservação do patrimônio. Através do contato com o patrimônio local, os discentes são levados a refletir sobre a continuidade histórica e a importância de sua herança cultural para as gerações futuras, desenvolvendo a consciência histórica e o senso de pertencimento à sua comunidade. Ao trazer a realidade local para o centro das discussões, a educação patrimonial favorece a construção de um aprendizado mais significativo e conectado ao cotidiano dos educandos, incentivando sua participação ativa na preservação e valorização da história de sua localidade.

Esse processo promove um conhecimento cultural, em que o patrimônio é interpretado como um recurso educativo valioso, permitindo que os alunos compreendam os processos históricos de forma vivencial e participativa, ajudando-os a formar uma visão crítica sobre o passado e seu impacto no presente e no futuro. Com isso, a educação patrimonial e o ensino de história podem ajudar o aluno nesse processo, uma vez que ambas compartilham um objetivo central: a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Ambas as abordagens buscam fazer com que os estudantes compreendam a importância do passado para o presente, reconhecendo o valor do patrimônio histórico-cultural como uma herança coletiva que deve ser preservada e valorizada.

A escolha da didática sobre o ensino de história ajuda por ser uma prática pedagógica que busca não apenas transmitir conhecimento, mas também desenvolver a consciência histórica dos educandos, ou seja, a capacidade de se relacionar com o passado, o presente e o futuro, dando sentido à sua existência e à sua ação no mundo.

Para que isso seja efetivo, é necessário que o ensino de história não se limite à transmissão de informações ou à memorização de datas e fatos, mas que promova a reflexão crítica e a construção do conhecimento histórico, incentivando os alunos a questionarem, interpretarem e reconstruírem o conhecimento histórico a partir da análise das fontes, das narrativas, das evidências e das interpretações. Além disso, um ensino de história significativo

deve dialogar com a realidade dos estudantes, permitindo que eles percebam as conexões entre acontecimentos históricos e os desafios contemporâneos.

Assim, os benefícios da educação patrimonial no ensino de história vão desde uma aprendizagem ativa, onde os alunos podem visitar monumentos, participar de oficinas e interagir com o patrimônio de maneira prática e dinâmica, tornando o aprendizado mais interessante, até a conexão com a realidade local, onde a capacitação cultural contextualiza com o ensino de história.

Dessa forma, os alunos percebem que a história está presente em seus próprios bairros, em monumentos e tradições culturais locais, fortalecendo o sentimento de pertencimento e provando que a interdisciplinaridade entre a história e a educação patrimonial é benéfica para o ensino de história pois "[...]se evidencia como chave do processo educativo pois estimulam o desenvolvimento de habilidades que possam lidar com os diferentes conhecimentos" (Moraes, 2023, p.23).

Desta forma, a educação patrimonial pode ser vista como uma ferramenta pedagógica transdisciplinar e libertadora capaz de reestruturar o ensino de história ao substituir modelos enciclopédicos por um conhecimento baseado em lugares e culturas imateriais, aumentando as chances de aprendizagem ao proporcionar o contato dos alunos ao seu ambiente cultural e histórico de formas práticas e significativas. Ao integrar o património cultural no processo educativo, os alunos não só adquirem conhecimento sobre o passado, mas também desenvolvem uma consciência crítica e reflexiva sobre a importância de proteger e valorizar o património cultural.

Ao incorporar o patrimônio no processo educativo, não se transmite apenas conhecimento sobre o passado, mas descoloniza-se o imaginário histórico. Percebe-se que a educação patrimonial promove um ensino de história mais dinâmico, em vez de simplesmente memorizar fatos e datas. Incentiva a participação ativa dos alunos, estimulando a curiosidade, o pensamento crítico e a capacidade de construir narrativas históricas baseadas nas suas próprias experiências e percepções do património.

Este processo não só melhora a compreensão do passado, mas também contribui para uma identidade cultural mais forte e para o exercício da cidadania. Além disso, a educação patrimonial defende a adoção de múltiplas perspectivas históricas e a valorização de diversas vozes e memórias, especialmente aquelas que são frequentemente marginalizadas nas narrativas tradicionais.

Esta abordagem diversificada torna o ensino de história mais inclusivo e relevante para os alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem onde todos se veem representados e podem participar de maneira mais ampla. Portanto, a educação patrimonial não é apenas um complemento ao ensino de história, mas um método importante para estabelecer uma aprendizagem histórica mais completa, que esteja conectada com a realidade dos alunos e possa formar a consciência do indivíduo sobre o seu papel na proteção e valorização do patrimônio cultural.

Quando a usamos como ferramenta de ensino, os educadores têm a oportunidade de transformar as aulas de história em experiências significativas que promovem não só o conhecimento, mas também a compreensão e valorização do património como um recurso vivo acessível a todos.

1.3 DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Se para Bloch (2001) a história é a ciência do homem no tempo, a consciência histórica seria o despertar do ser humano para o entendimento da sua própria história, uma vez que, segundo Rusen (2010), o conhecimento histórico é um processo genérico e elementar do pensamento humano que tem como resultado os fundamentos da ciência da histórica, a consciência, que abrange todo o pensamento histórico, em todas as suas formas. Ele considera-a uma capacidade fundamental do pensamento humano, que permite aos indivíduos e às sociedades dar sentido às mudanças temporais e às transformações históricas, orientando suas ações e decisões no presente e complementa dizendo que ela é a realidade a partir da qual se pode entender o que é a história visto que resulta de um processo abstrato que caminha rumo a ciência da história.

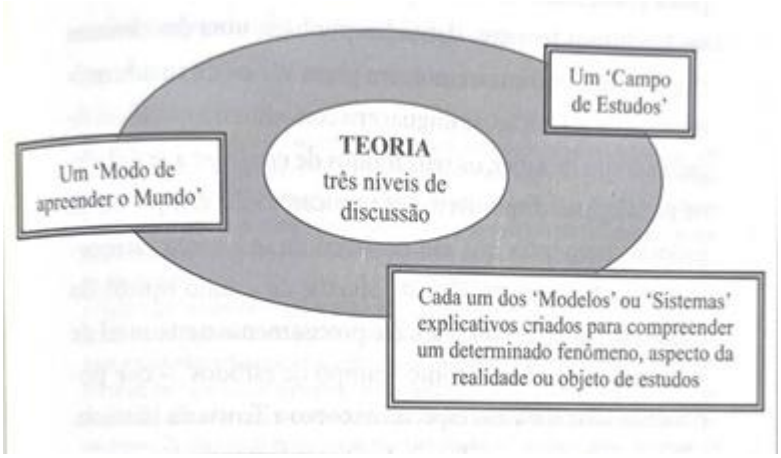
Antes de se falar sobre a formação de uma consciência histórica, é necessário compreender a importância da teoria histórica para construção dessa conscientização. A palavra tem origem na Grécia antiga, originária do grego *"Theoria"* e está ligada à ideia de observar, refletir sobre algo que se pretende adquirir conhecimento.

Dessa forma, a teoria tem raízes na ideia de observar o mundo ou fenômenos com o objetivo de melhor compreendê-los. Em suma, é uma visão de mundo, é por meio dela que os cientistas estudam e especulam o que estudam. José D'Assunção Barros, em sua obra: *Teoria*

da História: Princípios e conceitos fundamentais, vai dizer que a teoria da história não se limita a um mero conjunto de regras ou métodos para a prática historiográfica. Ela transcende essa dimensão instrumental, configurando-se como um campo de reflexão crítica e epistemológica sobre a própria natureza do conhecimento histórico. Em outras palavras, a teoria da história interroga os fundamentos, os pressupostos e os limites da produção do conhecimento sobre o passado.

Barros (2014) também destaca a importância da teoria da história para a formação do historiador, argumentando que ela fornece as ferramentas conceituais e metodológicas necessárias para a produção de um conhecimento histórico rigoroso e crítico. Nesse viés, ele vai dividir a compreensão da teoria em três níveis conforme a imagem abaixo:

Figura 2 - Compreensão da teoria de acordo com José D'Assunção Barros



Fonte: BARROS, José D'Assunção. Teoria da História. – 5. Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2014.

Em uma primeira abordagem de teoria como campo de estudos, ela vai ter características de um território. E são nesses territórios que as teorias de todas as disciplinas vão alicerçar seus conceitos únicos para compreensão do conteúdo. No segundo caso, como modelo explicativo, ela será utilizada como forma de aprendizado dos cientistas sobre os conteúdos da ciência histórica. No último nível, temos a teoria como uma forma de apreender o mundo, de acordo com o autor, ela será a forma de apreender a realidade e de enxergar o mundo. Nesse contexto, o campo histórico, somado à explicação e a forma de se enxergar o mundo, será a base da teoria do pensamento histórico e consequentemente da formação de uma consciência histórica.

Similar a Barros (2014), Heller (1991) vai relatar que a teoria da história é uma reflexão crítica e filosófica sobre a historicidade humana e o processo histórico. Diferentemente da filosofia da história, que por muitas vezes busca uma interpretação teleológica ou finalista do

curso dos eventos históricos, a teoria da história se posiciona como uma abordagem consciente de suas limitações e de sua incompletude, uma vez que ela precisa limitar a análise dos conteúdos que são elegíveis para o estudo da ciência histórica e ajudar na compreensão de como a linha temporal humana, passado e presente, se completa a ponto de possibilitar o surgimento de uma consciência histórica.

Seguindo esse pensamento, a teoria da história deve reconhecer a sua função principal: refletir sobre o presente e entender o passado através da lente da história como historicidade. Corroborando com esse pensamento, Aróstegui (2006) vai dizer que a teoria da história é fundamental para definir o objeto de estudo da ciência histórica e possui dois sentidos:

> a) [...] toda disciplina normatizada constrói... um corpo de explicações articuladas para definir o objeto ao qual dedica seu estudo. [...] um trabalho desse tipo corresponde ao nome específico de teoria da História. É a teoria que deve buscar dar uma resposta convincente à pergunta: o que é a História? Constitui um saber substantivo e empírico que trata de definir qual é o campo da realidade que o historiador aborda e que de modo algum equivale ao "desenvolvimento" da História Universal, mas sim à reflexão sobre a natureza do histórico.
> b) [...] como se conhece a História? [...] Ela trata de como se conhece a História e como os conhecimentos obtidos podem agrupar-se de forma articulada em uma disciplina de conhecimento. Seu tipo de saber é disciplinar ou formal. Normalmente, esta segunda conterá a primeira. (Aróstegui, 2006, p.21).

Assim, teremos uma ciência histórica vista como uma construção humana, onde os atores históricos agem e se compreendem dentro da lógica própria do seu tempo, praticando um exercício de autocompreensão e de responsabilidade em relação ao processo histórico, sem as pretensões de determinar uma lógica universal para o desenvolvimento histórico.

Nesse contexto, a teoria da história não oferece garantias de que o futuro seguirá uma determinada trajetória, nem promete a realização de utopias ou o cumprimento de ideais históricos. Pelo contrário, a teoria da história exige uma reflexão contínua sobre o papel dos seres humanos na construção da história, reconhecendo a pluralidade e a complexidade dos eventos históricos, pois uma vez que o homem compreende o presente por meio do passado o exercício da consciência estará sendo praticado. Consequentemente, temos a teoria da história como algo essencial para a compreensão da historicidade humana, ou seja, da maneira como o ser humano se relaciona com o tempo, a memória e a experiência do passado.

Como já visto, a teoria não é algo separado da matéria de história, ela faz parte de tudo que é ensinado nas aulas. Toda aula de história ensina um pouco sobre teoria porque todo conhecimento histórico tem suas razões de ser: as fontes que usamos, o período de tempo que escolhemos estudar, os conceitos que escolhemos, a forma como contamos a história, o significado de um patrimônio para uma sociedade. A ideia é mostrar que a teoria da história

não é uma disciplina separada, mas algo que está presente em tudo que estudamos em história. Ela nos ajuda a pensar e refletir sobre como o conhecimento histórico é construído, e isso é importante para formar alunos que entendam bem a matéria.

À luz desse pensamento, a forma como a história é apresentada influencia diretamente na maneira como as pessoas a compreendem. Para que isso ocorra de maneira benéfica com os alunos é necessário um equilíbrio entre a objetividade científica dos conteúdos trabalhados e a necessidade de comunicar a história de maneira acessível e significativa, sem a dificuldade academicista que muitas vezes acontece, ainda mais para uma história ensinada na educação básica. Assim, a história também serve como fonte de orientação moral, pois ao estudarmos o passado, somos capazes de refletir sobre as ações de indivíduos e sociedades, avaliando suas consequências e aprendendo com seus erros e acertos.

Para Rusen (2010), a teoria é o elo entre a autorreflexão do pensamento histórico e o trabalho de pesquisa, e ponto de partida para fazer uma ciência histórica. Sendo a história um conhecimento vivo, moldado e remoldado para suas formas de apresentação e funções sociais. Sendo uma das funções da teoria da história a contribuição para a formação da capacidade de reflexão, pois sem ela problema nenhum será solucionado.

Se teoria é o modo de ver uma coisa, toda a teoria da história corresponderá a uma forma de consciência histórica, visto que todos nós temos uma versão sobre um determinado acontecimento e uma consciência sobre ele. Dado que a consciência não se forma sozinha e o ser humano não desperta de modo independente, ela será um produto final de diversos acontecimentos humanos no decorrer da sua própria história de existência, como uma forma de orientação da própria existência. Sendo assim, a consciência histórica é, antes de tudo, uma consciência humana da vida cotidiana, visto que

> Se entende por consciência histórica a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo [...] o homem tem de agir intencionalmente para poder viver e de que essa intencionalidade o define como um ser que necessariamente tem de ir além do que é o caso, se quiser viver no e com que é o caso. (Rusen, 2010, p.57).

Ela terá três sentidos basilares para a compreensão histórica, o primeiro é que o ser humano é um agente histórico e a história não acontece externa a ele, pelo contrário, ela só existe por conta da atividade do homem, assim, temos uma consciência potencializadora para os seus detentores.

Ademais, ela trata sobre um passado social, econômico e político da região onde o cidadão reside, ou seja, ela envolve os acontecimentos, os porquês, as circunstâncias que levaram a ocorrência de tal feito e os patrimônios podem ajudar a responder essas questões, por fim, temos ela como dilatação temporal, algo pode ser visto de uma maneira mais física, seguindo o pensamento de Albert Einstein na sua teoria da relatividade[7], que nos mostra o espaço-tempo como pilar da existência do universo, o que nos revela que sem ele não teríamos o cosmos, nem planetas, nem vida, e sem vida, consequentemente não existiria consciência histórica.

Segundo Rusen (2010), a consciência é a forma do presente ter sentido por meio de uma conexão com o passado, pois por meio do presente e do passado é possível ter conhecimento dos dois tempos, um que já aconteceu, o passado, e um que está acontecendo, o presente, o que torna o presente, um produto final do que ocorreu no passado, e deixa em aberto possibilidades de acontecimentos para um futuro, onde a consciência não pode estar fisicamente, pois o amanhã não existe no mundo prático, mas pode estar no mundo hipotético. Dessa forma, o passado molda o presente, e depende do ser humano ter um futuro diferente do passado. Com a união desse espaço-tempo, a consciência histórica se torna um pilar da educação histórica.

Nessas condições, o acordar do homem para o autoconhecimento começa quando se relaciona com o mundo a sua volta. Ao ter contato com a sociedade, pessoas de pensamentos diferentes, em suma, quando ele é submetido ao processo de socialização, isso demonstra que como ponto de partida é necessário uma existência coletiva do homem, por isso a noção de passado e presente é algo coletivo, essa consciência de tempo, depois da convivência com a família, o seguinte passo de socialização começa na escola, e o processo de formação da consciência histórica ocorre com a intermediação do professor entre teoria e pratica, que juntas ocasionarão a práxis, ajudando o aluno nesse processo.

Além disso, sem uma consciência de si, e do tempo o qual você é resultante, e do tempo do qual você é um coautor, você não consegue saber quem você é. Somos herdeiros de um passado que nos molda e participes de um futuro que se desenha a cada escolha, sem compreender essa dualidade – ser ao mesmo tempo produto e protagonista da história -, o indivíduo perde-se em uma exigência fragmentada, desconectada das raízes que o sustentam e das asas que o projetam adiante.

[7] Albert Einstein, Relativity: The Special and General Theory (New York: Henry Holt and Company, 1920)

Um dos elementos da consciência histórica é o universo concreto de pessoas precisas que necessitam saber de quais elementos sociais elas são feitas. Depois do pessoal, há algo coletivo, vivemos em sociedade, por isso há elementos comuns que unem as pessoas, a exemplo dos patrimônios culturais. Nada disso ocorre fora do tempo, ele existe e é necessário que se tenha a ordem do ontem, hoje e amanhã. O tempo é uma realidade histórica que molda a veracidade humana do ser.

Essa reflexão histórica nos ajuda a desenvolver um senso crítico e a tomar decisões mais conscientes e responsáveis no presente. Sendo assim, a educação patrimonial, será uma prática educativa que promove a interação entre indivíduos e o seu patrimônio cultural. Ela vai desempenhar um papel fundamental no processo de formação de uma consciência histórica com os alunos, ajudando a cimentar o processo teórico do ensino de história, com a prática feita pelas aulas de educação patrimonial.

Nessa ótica, ao se analisar em vista a história do município de Raposa e seus patrimônios dos mais variados tipos, percebemos a importância dos lugares de memória para a população (Nora, 1993), a importância da praça, da igreja, o simbolismo por trás desses monumentos considerados importantes, nome de ruas, de praças, das escolas, tudo isso desperta o afeto pelo local e o caminho para o entendimento de como ocorre a construção de uma memória social.

A luz desse pensamento, Pierre Nora, no livro: Entre memória e história: a problemática dos lugares (1993) vai auxiliar na compreensão de como os lugares de memória são mais amplos do que pensamos, definindo-os como:

> São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um local de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual [...] os três aspectos coexistem sempre (Nora, 1993. p. 21-22).

O autor vai nos mostrar que mesmo algo pessoal, seja ele um objeto, um espaço ou uma lembrança, pode ser um local de memória. Sob essa ótica, a unidade escolar pode auxiliar o aluno a desenvolver uma noção de patrimônio histórico e cultural, sendo assim, os docentes necessitam trabalhá-los com grande importância para o coletivo. Pois quando se explora e valoriza a herança cultural, nas suas mais variadas formas, as ferramentas pedagógicas do ensino do patrimônio contribuem substancialmente para uma compreensão mais profunda e significativa do passado, do presente e para uma perspectiva do futuro.

Nessa ótica, a educação patrimonial será uma ferramenta da ciência histórica para que o aluno entenda como os patrimônios podem servir como um campo prático de aplicação do conhecimento histórico e podem ser entendidos como objeto próprio do pensamento histórico de determinada sociedade.

Mauad; Grunberg e Caldas vão corroborar com a importância da questão temporal para a consciência histórica

> [...] de onde viemos, quem somos e para onde vamos? Ao longo do tempo, os homens responderam de maneiras variadas a essas perguntas, porque, nas diferentes sociedades, percebiam a sua existência no mundo de maneiras variadas. [...] A nossa consciência histórica orienta a maneira como explicamos nossa história. Toda teoria da história corresponde a uma forma de consciência histórica. Todos nós possuímos uma visão sobre a história. Mesmo sem estudar muito sobre o assunto, sem ser um especialista, imaginamos que a história acontece de uma certa maneira, por determinadas razões. Uma das maiores polêmicas entre as diferentes teorias da história aconteceu entre os que acreditavam na providência divina como explicação para a história e aqueles que consideravam a ação dos homens determinante para as transformações sociais (Mauad; Grunberg e Caldas, 2010, p.10)

Por isso, o professor, ao repensar o patrimônio cultural da cidade de Raposa, e sua importância para a construção de uma consciência histórica dos alunos, deve manusear as direções que já existem, levando os alunos a pensar o seu espaço, refletir sobre as diversas formas de patrimônio, levando-os a se perceberem pertencentes a sua própria história e transformando a escola num ambiente de memórias e identidades com o que está sendo trabalhado.

Para isso, é necessário que o ensino de história não se limite à transmissão de informações ou à memorização de datas e fatos, mas que promova a reflexão crítica e a construção do conhecimento histórico, a partir da análise das fontes, das narrativas, das evidências e das interpretações. Nesse sentido, o patrimônio cultural é útil como um recurso pedagógico que pode enriquecer o ensino de história, pois oferece aos educandos a oportunidade de conhecer e valorizar os bens culturais de sua comunidade, que são testemunhos materiais ou imateriais da história humana. Ele é um produto histórico e social, que expressa as identidades, as memórias, as tradições e as resistências dos diferentes grupos sociais. Ao mesmo tempo, é um processo dinâmico e dialético, que está sujeito a transformações e conflitos ao longo do tempo.

A educação patrimonial desempenha um papel central no desenvolvimento da consciência histórica, especialmente ao proporcionar aos alunos uma compreensão profunda sobre a continuidade histórica e a preservação do patrimônio cultural. Através do contato direto

com monumentos, sítios históricos e objetos culturais, os alunos são incentivados a valorizar as heranças do passado e a reconhecê-las como partes integrantes da sua identidade.

Esse processo os ajuda a perceber que a história não é apenas algo distante e abstrato, mas um conjunto de narrativas vivas, conectadas ao presente e às suas próprias experiências cotidianas. A partir dessa interação com o patrimônio, os estudantes passam a ver a preservação da memória coletiva como uma responsabilidade que transcende gerações.

Além disso, a educação patrimonial contribui para a formação de uma consciência crítica sobre o processo histórico, ao permitir que os alunos identifiquem e questionem as narrativas dominantes e as ausências no discurso histórico oficial. A preservação de monumentos e artefatos, por exemplo, pode ser analisada como uma escolha seletiva que reflete os valores de uma época ou grupo dominante. Ao explorar essas escolhas, os alunos desenvolvem uma compreensão mais complexa e pluralista da história, aprendendo a valorizar tanto as memórias preservadas quanto as que foram esquecidas ou marginalizadas. Esse processo crítico é fundamental para a construção de uma visão de mundo que reconheça a diversidade cultural e o papel ativo de diferentes grupos sociais na construção da história.

Por fim, o desenvolvimento da consciência histórica por meio da educação patrimonial não se restringe à valorização do passado, mas também implica um compromisso com o futuro. Ao entenderem a importância da preservação do patrimônio cultural, os alunos são encorajados a participar de ações que visam proteger e manter esses bens para as gerações vindouras.

A preservação, nesse sentido, é vista como um ato de responsabilidade coletiva e cidadania, onde cada indivíduo se torna guardião de uma memória que não pertence apenas ao presente, mas que foi moldada por eventos passados e que influenciará o futuro. Assim, a educação patrimonial não apenas forma cidadãos mais conscientes historicamente, mas também os prepara para agir de maneira ética e responsável no mundo.

2 ENTRE ROTEIROS, FIOS E CORES: A HISTÓRIA DE RAPOSA-MA E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DOS ALUNOS.

> "[...] Era uma sexta-feira, lua cheia, a maré alta e eles moravam na praia de Raposa, pequena vila de pescadores na ponta da ilha de São Luís [...]".
>
> - José Sarney, 2005.

O estudo da história local tem um papel fundamental na formação da consciência histórica dos alunos, pois possibilita que eles se reconheçam como sujeitos inseridos em um processo contínuo de transformações. No município de Raposa-MA, a ciência histórica se entrelaça com o meio natural, a migração cearense e as práticas culturais, compondo um cenário rico em significados que precisa ser compreendido e valorizado.

Sendo uma cidade de relevância cultural e histórica no estado do Maranhão, carrega consigo um mosaico de narrativas que transcendem sua geografia, revelando histórias de migração, resistência e tradição. Este capítulo se propõe a explorar como o estudo dessa história local pode servir como ferramenta para fomentar a consciência histórica dos alunos, proporcionando-lhes uma compreensão mais profunda do lugar onde vivem e de sua identidade coletiva. A partir de um olhar multidimensional, que abrange aspectos geográficos, históricos e culturais, busca-se revelar como a urbe se desenvolveu como um espaço de significados.

A noção de roteiros, fios e cores, presente no título deste tópico, remete à ideia de que a história de um lugar é tecida por diferentes trajetórias, experiências e expressões culturais. Os roteiros dizem respeito aos caminhos percorridos pelos povos que moldaram a cidade ao longo do tempo, desde os primeiros ocupantes até as dinâmicas sociais contemporâneas. Os fios simbolizam a continuidade e a interconexão das histórias individuais e coletivas, que se entrelaçam e dão forma à identidade do município. Já as cores representam a riqueza cultural, expressa nas tradições, nos saberes e na forma como os habitantes da Raposa mantêm viva sua memória histórica.

Embora possua atrativos turísticos notáveis, a cidade de Raposa ainda é um tesouro escondido no cenário nacional e internacional. Aqueles que se aventuram a explorá-la, descobrem não apenas a beleza de suas dunas, praias e culinária típica, mas também a riqueza de seu povo. As histórias, os saberes e as vivências dos raposenses se entrelaçam com a própria história do lugar, criando um patrimônio cultural vivo e singular. Por conta do seu breve período de existência, ainda é possível conhecer e conversar com alguma das pessoas que desbravaram

a região enquanto ela ainda era deserta. Em Raposa a interação com a comunidade local se torna uma experiência enriquecedora, que complementa a beleza natural e oferece uma imersão na cultura e na história da região.

Compreender a história de Raposa significa analisar como sua geografia influenciou o desenvolvimento do município, como os fluxos migratórios transformaram sua configuração social e quais práticas culturais se consolidaram como parte essencial da identidade local. Para isso, este capítulo se estrutura a partir de três eixos principais.

A interação entre o ser humano e o meio ambiente, os primeiros habitantes a residirem nas terras que hoje recebem o nome de Raposa bem como a influência da migração cearense na constituição de sua comunidade será abordada para destacar como esses fatores moldaram as características peculiares do município. A questão tradicional religiosa do município, as práticas e os saberes religiosos dos migrantes e o rico patrimônio cultural de Raposa, que se manifesta em suas festas, práticas artesanais e tradições que permanecem vivas até os dias de hoje. Essas expressões, muitas vezes transmitidas de geração em geração, tornam-se importantes vetores para trabalhar o conceito de consciência histórica entre os alunos, permitindo que compreendam não apenas os eventos passados, mas também como esses influenciam o presente e moldam o futuro.

Por meio da abordagem da história de Raposa, espera-se despertar nos alunos um senso crítico sobre a importância de preservar o patrimônio histórico e cultural, reconhecendo-o como elemento essencial para a valorização da memória coletiva e para o fortalecimento do pertencimento identitário. Ao apresentar essa abordagem, busca-se evidenciar a importância da educação patrimonial como ferramenta para o ensino de História, possibilitando que os alunos não apenas conheçam os eventos e processos que moldaram sua cidade, mas também desenvolvam uma relação mais profunda com seu próprio contexto.

A valorização do patrimônio histórico e cultural deve ser vista como um meio de fortalecer o pertencimento social e de incentivar a preservação da memória local. Nesse sentido, a escola tem um papel crucial ao promover atividades que permitam aos alunos experienciar a história de maneira significativa, seja por meio de visitas a locais históricos, entrevistas com moradores antigos, análise de documentos ou projetos interdisciplinares. Dessa forma, eles não apenas aprendem sobre a cidade, mas também se tornam agentes na construção e preservação da sua identidade cultural.

A consciência histórica, conforme discutida por teóricos como Rüsen (2010); Barros (2014) não se restringe à assimilação de fatos passados, mas envolve a compreensão da historicidade das ações humanas e sua relação com o presente e o futuro. No caso de Raposa, a história não é apenas um relato do que já aconteceu, mas um campo dinâmico que continua sendo escrito pelos seus habitantes.

Ao reconhecer essa dimensão, os alunos são incentivados a refletir sobre seu papel na preservação e valorização da cultura local, tornando-se protagonistas no processo de manutenção da memória coletiva. Portanto, compreender os roteiros, fios e cores da história da cidade significa reconhecer a riqueza das suas narrativas e a importância de transmitir esse legado às gerações futuras. O ensino de História, quando articulado com a educação patrimonial, se torna um instrumento poderoso para a construção da identidade cultural e do senso de pertencimento dos alunos, fortalecendo sua relação com a cidade e incentivando um olhar crítico sobre o passado e suas implicações no presente.

2.1 A GEOGRAFIA DE RAPOSA: UM MUNICÍPIO MOLDADO PELA NATUREZA

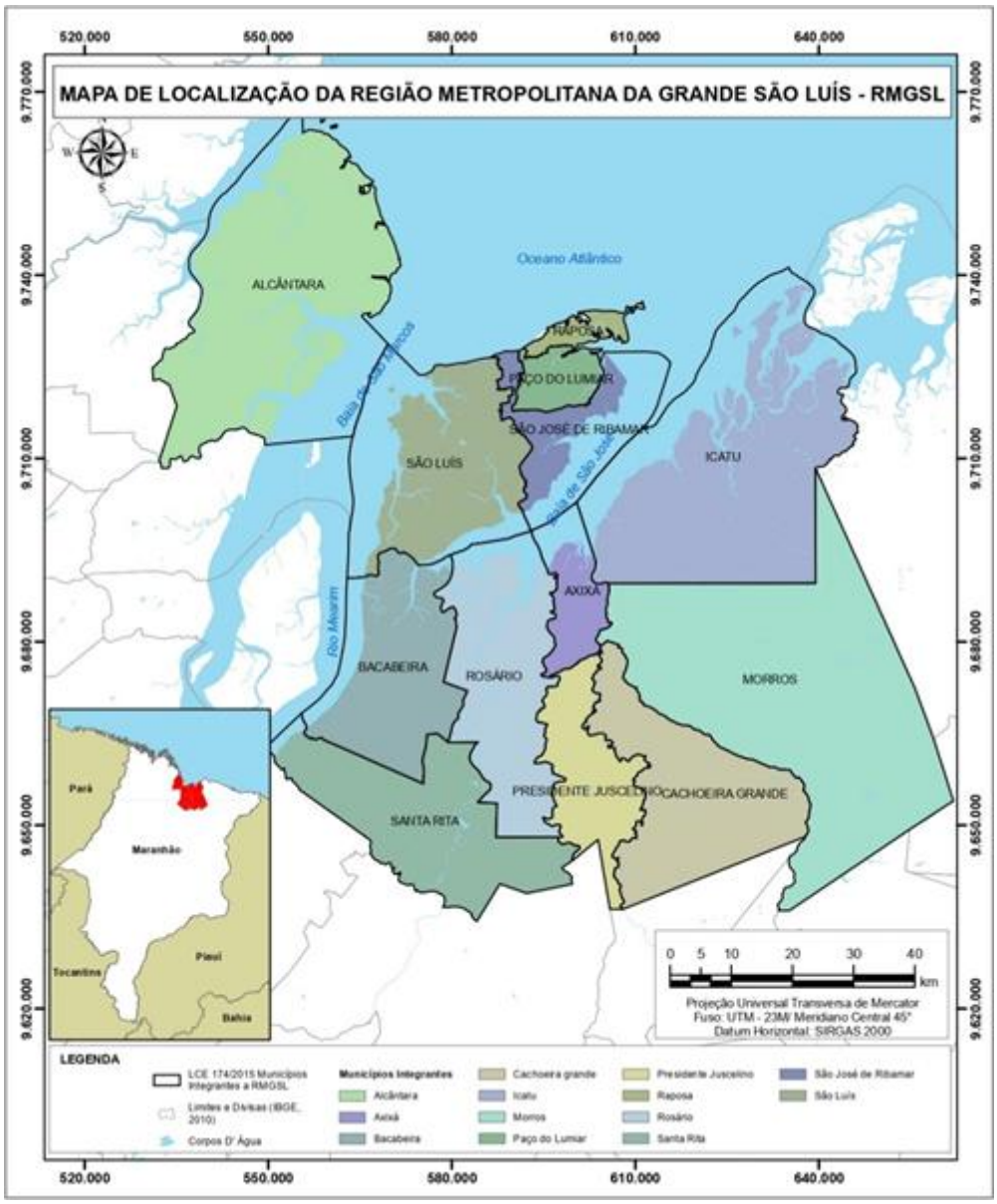
A localidade onde ocorre essa pesquisa, é no pequeno munícipio de Raposa, ao extremo norte da grande ilha de São Luís, as coordenadas geográficas da cidade de Raposa são 02º 21’ a 02º 12’S e 44º 00’ a 44º12’W. No ano de 1998, por meio de lei complementar estadual nº 38/98[8], começou a fazer parte da Região Metropolitana de São Luís (RMGSL), reforçando sua ligação política e econômica com a capital. O município também se encontra localizado na mesorregião Norte Maranhense, que faz parte de um grupo de seis microrregiões que formam várias cidades, próximo da capital do Estado do Maranhão, no nordeste brasileiro.

Desde então, a urbe tem experimentado mudanças em sua estrutura urbana e social, aplicando seu acesso a políticas públicas metropolitanas, a exemplo do planejamento de transporte intermunicipal que favorece a vida de boa parte da população que é dependente do

[8] No dia 12 de janeiro de 1998, por meio de legislação específica (Lei Complementar nº 038/1998), foi criada a Região Metropolitana da Grande São Luís. Inicialmente com quatro municípios (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), o território passou a discutir de forma conjunta as ações e políticas voltadas para o benefício comum destas populações. Atualmente, 13 municípios formam a Região Metropolitana da grande São Luís, sendo eles: Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Paço do Lumiar, Presidente Jucelino, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís. Com uma população de 1.492.370 pessoas, com uma área de 9.304 km², quase 3% do território maranhense. Disponível em: https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/12/05/regiao-metropolitana-de-sao-luis-tem-13-municipios-em-sua-atual-configuracao. Acesso em: 31 jan. 2025.

transporte público. Apesar de sua inserção na metrópole maranhense, Raposa mantém características próprias que a diferenciam dos demais municípios da Ilha de São Luís, especialmente no que diz respeito à sua forte identidade cultural ligada à pesca artesanal e ao artesanato local.

Figura 3 - Mapa da Região Metropolitana da Grande São Luís

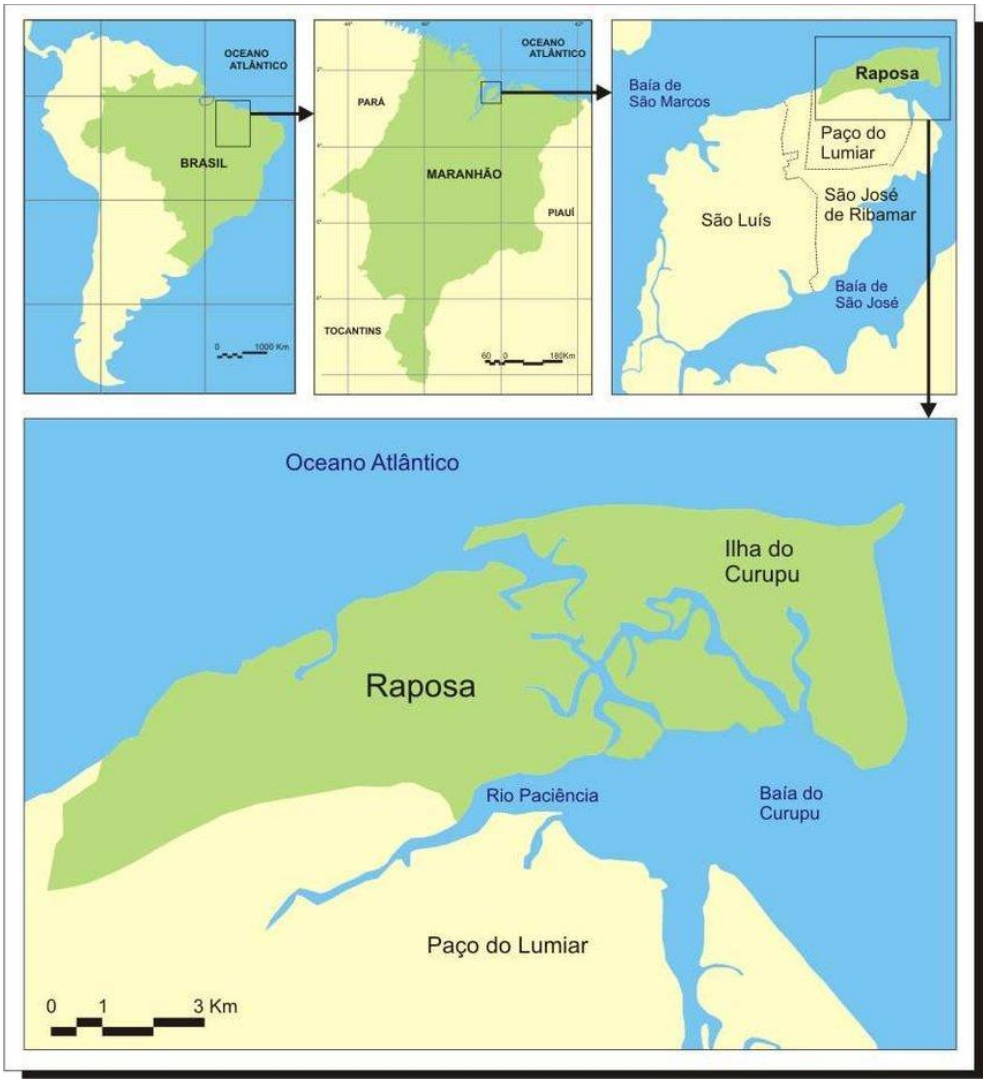


Fonte: Limites e divisas (IBGE, 2010)

A geografia de Raposa desempenha um papel central na organização do espaço urbano e na definição das atividades econômicas predominantes, como a pesca e o turismo. O povoado se desenvolveu entre as praias do Carimã e do Cocal e, segundo Reis (2007), a cidade é situada a aproximadamente 35 km da ilha de São Luís e tem como principal via de acesso a rodovia MA-203, essa curta distância facilita a mobilidade dos moradores entre os dois municípios, seja

para fins comerciais, educacionais ou de lazer, favorecendo, também, uma migração pendular – deslocamento diário de pessoas entre o local de residência e outro local, para trabalhar, estudar ou para atividades diversas - para a cidade de São Luís.

Figura 4 - Mapa da cidade de Raposa/MA



Fonte: Mapa da cidade. Disponível em: https://raposa.ma.gov.br/municipio/mapa.

2.1.1 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A cidade fica situada num trecho do litoral conhecido como “Amazonia Oriental”, ocupa, aproximadamente 1km de extensão territorial no seu litoral, limitada na sua parte norte pelo Oceano Atlântico, que começa no extremo oeste da Praia do Olho de Porco; ao sul pelos municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar; no lado oeste pela ilha de Curupu, praia

de carimã e Baia de São José, sendo uma importante área de influência no ecossistema costeiro da região e a leste pela praia do cocal.

Segundo o censo feito pelo IBGE no ano de 2022, a cidade possui uma área territorial de 79.213 km², sendo a menor dentre os 217 municípios do Estado do Maranhão, conta com uma população absoluta de 30.839 pessoas, uma densidade demográfica de 389.32 hab/km², um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,626, o FPM (Fundo de Participação do Município) de 2024, segundo Brasil (2024) foi na quantia de R$ 98.090.186 (noventa e oito milhões, noventa mil, cento e oitenta e seis reais) e um PIB[9] (Produto Interno Bruto) per capita de R$ 9.060,95.

Apesar da situação do PIB ser aparentemente boa, é válido ressaltar que o cálculo do PIB é resultante de uma média geral feita com a somatória dos que possuem maiores ganhos salariais e os que ganham pouco dividido pelo total da população do local. Em países de grande concentração de renda, o Produto Interno Bruto, ainda assim, costuma ser alto, enquanto a realidade de grande parte da população é outra, a exemplo do Brasil, que possuiu, no ano de 2023, um PIB per capita de R$ 57.851,25 (Cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), o que significa, que a média de ganho capital de cada pessoa do País é esse valor. Apesar dessa situação, a Nação teve um recorde de pessoas dependentes de programas de auxílio financeiro do Governo Federal, como o bolsa família, buscando sair de situação de extrema necessidade.

Resultado disso é que, apesar de Raposa possuir uma boa média de renda entre os habitantes, o índice de pobreza em Raposa ainda é relativamente alto. Dados recentes do Governo Federal demonstram que no ano de 2023, 3.705 (três mil, setecentos e cinco) famílias precisaram da ajuda financeira da União, sendo um total de R$ 4.764.843,00 (quatro milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e três reais) oriundos de fundos públicos. Conforme aponta Silva (2008), na região central de Raposa “os que ganham mais de um a dois salários mínimos são a maioria (53,33%). Na Vila Bom Viver, a maioria é composta pelos que ganham até um salário mínimo (40%).

[9] O PIB (produto interno bruto) per capita é um indicador econômico que permite comparar o nível de riqueza econômica entre regiões. Ele também ajuda a entender a concentração de renda, o que pode ajudar a influenciar políticas públicas e investimento para melhorar a qualidade de vida da população do local.

2.1.2 CLIMA

Conforme Thorntwaite (1948), o clima de Raposa é classificado como tropical úmido, típico de áreas como Amazônia e partes do cerrado (Silva, 2008, p.63). É caracterizado por temperaturas elevadas ao longo do ano e uma estação chuvosa bem definida, sendo a temperatura mínima já alcançada na cidade, segundo Dias (1998), 18º graus, com uma temperatura média de 27ºC, com os meses mais quentes sendo de setembro a novembro. O período de chuvas ocorre entre os meses de janeiro e junho, sendo o período com maior predominância de chuva março e abril com índices pluviométricos elevados, variando entre 1600 e 2000 mm/ano, influenciando diretamente os ecossistemas locais e as atividades econômicas, como a pesca (Silva, 2008, p.64).

Ainda segundo Silva (2008) a estação seca, que se estende de julho a dezembro, com destaque para os meses de setembro, outubro e novembro, é marcada por temperaturas mais altas e menor volume de precipitações, favorecendo o turismo na região. A umidade relativa do ar ao longo do ano mantém-se acima de 82%, com os meses de março a maio apresentando os índices mais elevados, atingindo cerca de 90% em abril. Por outro lado, novembro registra os menores valores, ficando abaixo de 80%

A cidade apresenta um crescimento urbano relativamente recente, visto que a história do local inicia na década de 50, e ela se torna independente apenas em 1994, sendo uma das cidades mais jovens do Estado do Maranhão, com 30 anos, impulsionada pelo desenvolvimento da pesca e do turismo e a produção de renda, mantendo traços de uma organização espacial baseada em comunidades tradicionais pesqueiras. A pesca artesanal é uma das principais atividades econômicas do município, sendo praticada há gerações pelas comunidades locais. A abundância de recursos pesqueiros é um reflexo da riqueza ecológica da região, garantindo sustento e sobrevivência para muitas famílias.

O turismo também vem conquistando seu espaço na economia local, impulsionado pelas belezas naturais da região, como as praias, os manguezais e as trilhas ecológicas. Aos fins de semana, muitas famílias da grande São Luís se deslocam para a cidade com o fito de experimentar a culinária e fazer passeios náuticos. No entanto, o potencial turístico de Raposa ainda é subaproveitado quando comparado a outros destinos maranhenses de grande projeção, como os lençóis maranhenses, a chapada das mesas e a cidade de Alcântara. A valorização e a promoção do turismo sustentável poderiam contribuir significativamente para a economia local,

gerando oportunidades de emprego e fortalecendo a preservação do patrimônio natural e cultural do município.

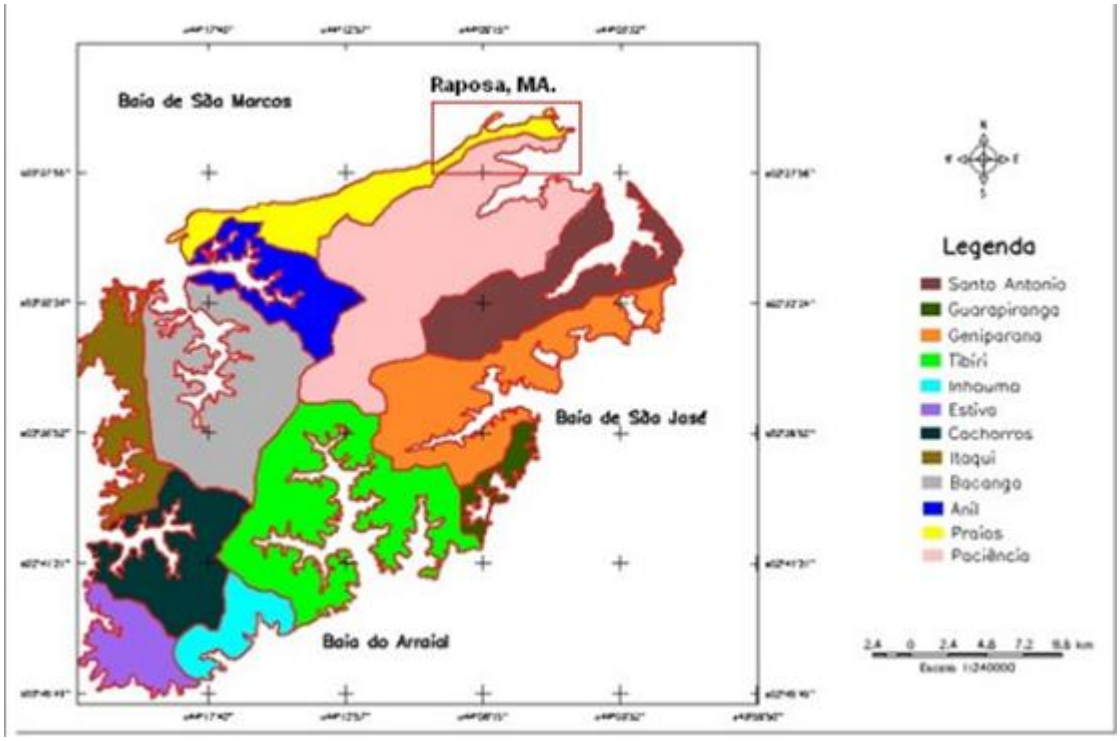
2.1.3 HIDROGRAFIA

A hidrografia de Raposa é composta por diversos igarapés, rios e estuários, que interligam os ecossistemas marinhos e terrestres. Esses corpos d'água desempenham um papel essencial na economia local, sendo utilizados para a pesca artesanal e o transporte de pequenas embarcações, temos como destaque o Rio Paciência, o qual Raposa faz parte da bacia hidrográfica, sendo um rio limítrofe entre o município de Paço do Lumiar e Raposa, que deságua na Baía de Curupu (Reis, 2007, p.06) e atualmente está em um processo de degradação e poluição, prejudicando as famílias mais carentes que ainda precisam da pesca para sua sobrevivência, conforme afirma Silva (2008):

> O paciência é um dos mais importantes rios da ilha, e o principal do município de Raposa, mas infelizmente está em processo de degradação. O desmatamento e a poluição são os problemas mais graves. O despejo do esgoto doméstico e a deposição de resíduos sólidos têm comprometido a quantidade da água e do pescado. Recentemente, pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão confirmaram as suspeitas de contaminação, a água estava com concentração de coliformes termotolerantes acima dos padrões de potabilidade, conforme portaria ANVISA 518/2004 e a resolução CONAMA 357/2005. Diversas espécies de peixes também foram consideradas improprias para o consumo. (Silva, 2008, p.63)

Apesar dessa realidade, a cidade conta com a existência de diversos outros igarapés que integram a rede hídrica do município, como o rio Olho de Porco, o rio Una e o rio Pucal, pelos quais é possível navegar e acessar os portos da cidade. Além desses, destacam-se o rio da Fazenda, o rio Facão e o rio Tapuitiua.

Figura 5 - Mapa das bacias hidrográficas da ilha de Upaon-Açu, MA



Fonte: Bezerra, D. S. apud SILVA (2008) adaptado por Costa da Silva, L. J.

Segundo Santos (2023), a localidade está inserida na unidade morfoestrutural denominada Planície Fluviomarinha do Golfão Maranhense, numa zona costeira denominada Amazônia azul, caracterizada por faixas de superfícies litorâneas revestidas por uma vegetação pioneira composta por restingas, manguezais e campos. O Golfão Maranhense tem algumas características peculiares da oceanografia, a exemplo das variações de maré ocorridas na baía de São Marcos, o que faz do Maranhão o lugar com uma das maiores variações do mundo, com amplitudes de marés na preamar chegando a 7 metros de altura (Kjerfve & Ferreira apud Maranhão, 2006).

2.1.4 VEGETAÇÃO

A cidade de Raposa é profundamente marcada por essa relação com o mar, sua posição litorânea não define apenas a paisagem, mas também influencia o cotidiano de quem vive ali. Concomitantemente, o município possui sua afinidade com importantes biossistemas vegetais, e isso traz como característica da região uma paisagem heterogênea, sendo possível observar grandes baixadas litorâneas com praias, dunas moveis, manguezais e uma extensa áreas de canais que auxiliam na logística náutica do município.

Conforme Santos (2023), as duas principais espécies são o mangue, principalmente as espécies *Rhizophora Mangle* (Mangue Vermelho) e a *Avicennia SP* (Mangue Siriba ou Siriúba) e as restingas. Sendo os manguezais, ecossistemas costeiros, estuarinos, sujeitos a inundação periódica pela ação das marés e também pela influência de águas doces, com (Mochel apud Bezerra e Mochel, 2005, p.12).

A localidade, conforme já mencionado, é fortemente influenciada pelas marés, que regulam o fluxo das águas e impactam diretamente a dinâmica dos manguezais. As marés altas contribuem para a renovação dos nutrientes nesses ecossistemas, enquanto as marés baixas expõem extensas áreas de lamaçais, facilitando a coleta de mariscos e caranguejos, atividades tradicionais da população local.

Os manguezais, que desempenham um papel fundamental como berçários da biodiversidade local servem também como proteção da costa contra processos erosivos, funcionando como barreiras naturais contra o avanço do mar. Já as restingas, são costumeiramente encontradas em ambientes arenosos com grande dificuldade de retenção de água, pois os altos índices de evaporação e alta permeabilidade edáfica, facilitam a perda d'água sofrida pelo solo (Silva, 2008, p.59).

Ademais, ainda sob a ótica de Silva (2008), elas têm como função a fixação de areia quando ocorrem ventanias na região, sendo mais fácil de observar essa característica nas praias de Carimã, do canto e do Curupu. Já na região mais distante do mar, a vegetação é predominantemente a capoeira, visto que flora primitiva foi extinta. As praias, as restingas e os igarapés fazem parte do cenário natural e do modo de vida da população, que aprendeu a conviver e a depender dessas riquezas. Esses ecossistemas abrigam uma variedade de espécies, fornecendo alimento e abrigo para fauna marinha e terrestre da região.

Figura 6 - Ecossistema manguezal no Município de Raposa – MA.

Fonte: Acervo do Autor (setembro de 2024)

A cidade tem a presença de numerosos bancos de areias, sendo esses muito procurados por turistas e denominados “fronhas maranhenses” por serem consideradas uma versão menor dos lençóis maranhenses, que fazem uma paisagem encantadora no encontro de areias, mar, mangues e rios. Na natureza da cidade, ainda é possível encontrar dunas com 15 metros de altura o que, segundo De ouro (2024), é considero baixo, visto que algumas dunas da cidade de Raposa, ainda na década de 50, chegavam facilmente aos 30 metros de altura, mas por motivos ainda desconhecidos, não se tem mais dunas desse tamanho hoje na região.

Figura 7 - Fronhas Maranhenses em Raposa-Ma

Fonte: https://www.essemundoenosso.com.br/raposa-maranhao-fronhas-maranhenses/. Foto: Roberto Castro/Mtur

No que se refere a questões de altitude, a sede da cidade está situada 5 metros acima do nível do mar, sendo a parte mais baixa, as praias, no nível do mar, e a parte mais alta, segundo Dias (1998) é a ponta do farol com 45 metros de altitude onde fica localizado o farol do aracagi com 45 metros de altitude, este tem por finalidade orientar as grandes e pequenas embarcações que vão ao município.

2.2 DOS PRIMEIROS HABITANTES À MIGRAÇÃO CEARENSE: A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE RAPOSA

A história do Maranhão é marcada por intensos movimentos migratórios que moldaram a identidade do Estado ao longo dos séculos. Portugueses, franceses, holandeses, piauienses, cearenses, indígenas, entre outros povos contribuíram para o crescimento e desenvolvimento do estado em diversas áreas.

No entanto, se esse deslocamento já acontecia, algumas questões se tornaram centrais nesta pesquisa: Por que o movimento de povoamento na praia de Raposa teve início apenas na década de 1950, impulsionado pela migração cearense? Havia presença humana na região antes da fixação desses migrantes? Se sim, quem eram esses habitantes? E por que um território tão próximo à capital do Estado permaneceu desocupado por tanto tempo? Por que não havia

interesse de pessoas nessa terra? Ela pertencia a alguém? Essas indagações motivaram uma investigação prévia sobre a ocupação da área antes da chegada dos cearenses.

Sabe-se que, antes de 1500, o território atualmente denominado Brasil já era habitado pelos povos originários. Assim, a revisão histórica demonstra que não houve uma mera colonização, mas sim uma invasão do território tupiniquim por portugueses, franceses e holandeses. Os povos indígenas ocupavam tanto as regiões costeiras, com um modo de vida voltado à pesca, quanto o interior, onde se dedicavam à caça, ao plantio e à coleta. Sobre a presença indígena na ilha de São Luís, há diversos documentos que versam sobre a vida indígena na região norte e nordeste do País. Como relatos importantes, possuímos as descrições dos padres capuchinhos Claude d'Abbeville e Ives d'Evreux que escrevam com detalhes costumes e o cotidiano dos indígenas na região (Bandeira, 2015, p.79).

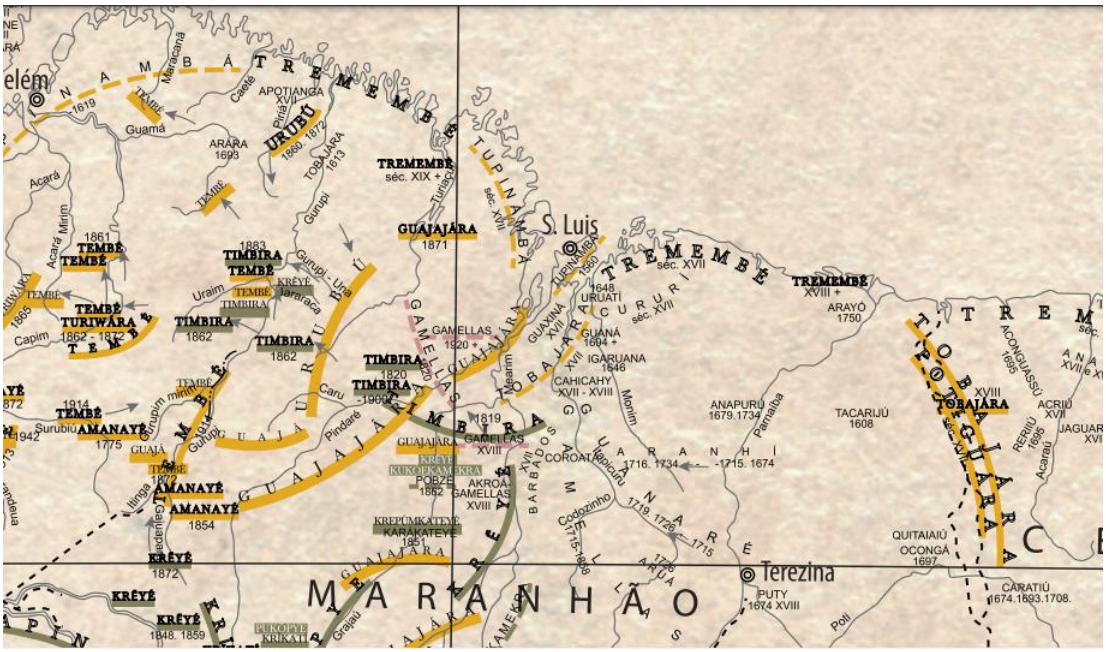
Assim, podemos inferir que alguns povos ocuparam anteriormente o município de Raposa. O site oficial da prefeitura, na aba sobre a história do município, relata que até o século XVI, o perímetro era habitado tradicionalmente pelos Potiguaras, apesar dessa afirmação, não foram encontrados documentos ou fontes que corroborem essa informação. Em contrapartida, a dissertação de mestrado de Rosa Eliana Torres, com o título "*Povo Tremembé: Deslocamentos territoriais e formas de mobilização étnica"* traz relatos sobre a presença da etnia indígena Tremembé na região que hoje é conhecida como praia de Raposa.

As ocupações dos povos originários Tremembé na costa do Maranhão datam da primeira metade do século XVII, localizados em São Luís e posteriormente em Tutoia (Ramos, 2024). Um dos principais documentos que comprovam essa ocupação é o Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes (1883-1945), elaborado pelo etnólogo Curt Nimuendajú. Na versão mais recente, atualizada pelo IPHAN (2017), o documento é descrito como um registro fundamental para o entendimento da diversidade etnolinguística das terras baixas da América do Sul. Segundo o IPHAN (2017, p. 7):

> O Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes é exemplo perfeito da noção de Documento/Monumento, conforme conceituado pelo historiador Jacques LeGoff. Elaborado pelo etnólogo germano-brasileiro Curt Nimuendajú, trata-se de uma obra indispensável para o conhecimento da diversidade etnolinguística das chamadas terras baixas da América do Sul. É referência inescapável para a etnologia das populações indígenas atuais e daquelas que sucumbiram no processo de colonização do território brasileiro. Como um Sísifo tupiniquim, Nimuendajú deu pontapé inicial para um empreendimento aparentemente impossível de se realizar: sintetizar e organizar de modo didático um conjunto quase interminável de dados sobre localização, migrações, etnônimos e famílias linguísticas dos povos indígenas habitantes do Brasil.

Esse trabalho é de suma importância para a compreensão da diversidade indígena existente no litoral norte e nordeste brasileiro. Segundo Ramos (2024) Nimuendajú organizou de forma bem didática dados referentes as localizações, etnônimos e figuras linguísticas dos povos indígenas do Brasil, conforme a imagem abaixo:

Figura 8 - Fragmento do "Mapa Etno-histórico" de Curt Nimuendajú



Fonte:Nimuendajú (1883-1945), Iphan, 2017.

No fragmento do mapa Etno-histórico é possível observar a presença de povos Tremembé em regiões do litoral maranhense. Ainda segundo a imagem, o povo predominante na ilha de Grande ilha de São Luís (Aqui me refiro aos 4 municípios conhecidos atualmente, Raposa, Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís) era a etnia Tupinambá. Dessa forma, os Tremembé dividiram espaços com outros povos.

Por conta da colonização europeia, os Tremembé se dispersaram e foram para várias regiões ao longo da faixa litorânea do nordeste brasileiro e com isso, durante anos, a presença deles na região metropolitana da ilha de São Luís caiu no esquecimento, "chegando a ser considerada extinta por órgãos indigenistas e por parte da literatura antropológica (Coelho; Almeida, 2018). Métraux (1946) sinaliza que a extinção não acontecia só no Maranhão, mas também estava em curso no começo do século XIX, "os Tremembé estavam quase extintos. "Alguns deles, misturados à população local, viviam em Nossa Senhora de Conceição d'Almofalla e na vila de Sobral" (Métraux, 1946, apud Coelho; Almeida, 2018, p. 6, tradução nossa).

Segundo Mignolo (2003), essa invisibilização resultou de estratégias de colonialidade implementadas pelo Estado brasileiro com o objetivo de extinguir os povos indígenas. Diante desse cenário, coube aos remanescentes Tremembé iniciarem uma luta por reconhecimento étnico e territorial. Embora compartilhando estratégias de reivindicação com outros grupos indígenas, sua trajetória histórica apresenta particularidades. A questão histórica dos Tremembé tem como característica o alto fluxo migratório desse povo. Métraux (1946, apud Coelho; Almeida, 2018) sugere que, "com base nos poucos dados disponíveis, esse grupo pertencia às tribos originárias que habitavam a costa brasileira antes da chegada dos tupis (tradução nossa)".

Décadas depois da dispersão dessa etnia, eles se organizaram e firmaram moradia nos municípios de Almofala (CE) e Curral Velho (CE), mas resquícios de sua presença ficaram no cotidiano dos moradores do atual município de Raposa, prova disso são os nomes que alguns bairros da cidade possuem (Cumbique, Inhaúma, kaura) que tem sua nomenclatura proveniente do idioma indígena. Já na década de 60, com o movimento migratório de cearenses para o Estado do Maranhão, indígenas Tremembé decidiram retornar para a cidade de Raposa, conforme o relato de Rosa Eliana

> [...] meu avô Inácio não parava num lugar para morar por muito tempo. Sempre que percebia que as coisas não iam bem como escassez de peixes, falta de chuvas, falta de produtos para sua venda ambulante em jumento, então ele se deslocava com a esposa e os filhos. Por isso alguns nascidos em lugares diferentes na grande região do Acaraú, que naquela época seus distritos eram de um número bem superior que atualmente, antes de muitos terem se emancipado. Meu avô sendo um pescador, agricultor e vendendor, saia procurando melhoras [...] nestas idas e vindas do meu avô, ele resolve retornar a Almofala na década de 1950 com seus filhos e esposa. No ano de 1957 foi época de muita chuva, chegando a encharcar a suas plantações e no ano seguinte em 1958 foi o ano de uma grande seca quando nada podiam colher e nesse drama, Inácio Mariano resolve mais uma vez se aventurar com a família para as terras maranhenses para um lugar chamado praia da Raposa, pois aqui já moravam alguns de seus parentes nas áreas de Cumbique e Perimirim, bem como muitos conhecidos provindos do Curral Velho, o lugar natural de sua esposa Rosa Domingos e de seu cunhado Sebastião Domingos, este casado com Maria Urbano do Nascimento. Em aventuras e desaventuras Inácio saí de sua almofala e inicia uma grande jornada que é a de chegar ao Maranhão com jumentos levando sua bagagem e a`pés com a família. [...] contando só os dias de andança, sem contar com as paragens, foram 59 dias andando até chegar em Raposa, neste lugar onde os Tremembés já tinham com certeza deixado suas marcas ou vestígios, como queiram chamar. (ROSA ELIANA, Liderança Tremembé apud Coelho; Almeida, 2018, p.6)[10]

Nesta fala de Eliana Torres vemos a existência de um fluxo migratório dos Tremembé existente entre os Estado do Ceará e Maranhão. Ademais, ela afirma que não existe

[10] O fragmento citado por Coelho e Almeida (2018) é proveniente de um documento não publicado de Rosa Eliana Torres, intitulado História dos Índios Tremembé de Raposa-MA, utilizado pelos Tremembé como instrumento de afirmação de sua história e identidade étnica.

descendentes de Tremembé apenas em Raposa, mas também em outros municípios da grande ilha de São Luís

> Da grande mobilidade pelo território nordestino, hoje, parte desse povo ainda resiste "espalhados" aqui e acolá por muitos lugares, inclusive em municípios da ilha de São Luís – MA, a saber, Raposa e São José de Ribamar. Essa condição de "espalhados" se deu por conta de mudanças ocorridas seja pela busca de melhor condição de vida ou fugindo das perseguições ocorridas desde o tempo dos aldeamentos forçados, uma vez que os índios Tremembé, segundos historiadores, foram considerados "índios brabos" e resistentes ao processo de colonização (Torres, 2019, p.17).

Conforme Coelho e Almeida (2018), em julho de 2014, ocorre o I Encontro dos Tremembé de Almofala (CE) e Raposa (MA), para oficializar e luta da etnia pelo reconhecimento estatal. Segundo Torres (2019), esse evento significa a reivindicação pública dos indígenas Tremembé que moram no município de Raposa.

Quatro anos depois, a reportagem *Povo Tremembé quer seu território no município da Raposa*[11] que fala sobre uma luta por demarcação de terras indígenas *(TI) Kaura,* localizada próximo do atual colégio militar de Raposa, do povo Tremembé, nos mostra que a luta por reconhecimento dessa etnia no Estado do Maranhão ainda está em curso. Somado a isso, o MPF, Ministério Público Federal, por meio de uma ação civil pública[12], busca pressionar as autoridades competentes para a conclusão e demarcação do território indígena, um passo fundamental para garantir a permanência e os direitos territoriais desse povo. A batalha dos Tremembé pelo reconhecimento não se dá apenas por meio de mobilizações e ações judiciais, mas também pela necessidade de resgatar e visibilizar sua história, cultura e identidade.

Nesse contexto, o documentário "Os Tremembé de Raposa"[13], dirigido por Giselle Bossad e Erick End, conta a história dos familiares da, já citada nesse trabalho, Eliana Torres Tremembé. O trabalho audiovisual emerge como um importante instrumento de resistência e valorização da memória desse povo. A obra apresenta relatos de lideranças indígenas, reconstruindo a trajetória dos Tremembé e denunciando os desafios enfrentados na busca pela demarcação territorial.

Além de documentar a luta política, o documentário destaca aspectos da cultura, do cotidiano e da espiritualidade Tremembé, evidenciando a força e a resiliência desse grupo na preservação de sua identidade. O documentário, ao dar voz aos próprios Tremembé, contribui

---

[11] Disponível em:https://agenciatambor.net.br/direitos-humanos/povo-tremembe-quer-seu-territorio-no-municipio-da-raposa. Acesso em 07 de janeiro de 2025.

[12] (JF/MA-1040047-20.2022.4.01.3700-ACP)

[13] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WZMOVFSRipE. Acesso em 15 de janeiro de 2025.

para ampliar a compreensão sobre a importância do reconhecimento estatal e da demarcação das terras. Mais do que um registro histórico, ele se torna um meio de sensibilização e mobilização, fortalecendo o movimento indígena e dialogando com a sociedade sobre a necessidade de políticas públicas que garantam os direitos dos povos originários.

A trajetória histórica de Raposa-MA não pode ser compreendida sem levar em conta a presença indígena anterior à migração cearense. Os registros históricos e etnográficos apontam para a ocupação Tremembé na região, um povo que, apesar das violências coloniais e dos processos de dispersão, deixou marcas na identidade cultural local. A migração cearense a partir da década de 1950 não representou o primeiro movimento de ocupação do território, mas sim uma nova configuração populacional sobre um espaço historicamente habitado. A luta contemporânea dos Tremembé por reconhecimento e pela demarcação da Terra Indígena *Kaura,* reforça a necessidade de revisitar o passado para compreender as dinâmicas de resistência e permanência desse povo.

O apagamento histórico dos Tremembé na região metropolitana de São Luís não significa a ausência de sua cultura, mas sim o reflexo de um processo de negação da identidade indígena, típico das estratégias coloniais de dominação. Assim, a história de Raposa não pode ser contada apenas a partir da migração cearense, pois sua formação se insere em um contexto muito mais amplo, no qual os povos indígenas desempenharam um papel fundamental. Reconhecer essa presença é essencial para compreender a complexidade da identidade local e garantir que a memória dos primeiros habitantes não seja reduzida ao esquecimento.

Se por um lado, a ocupação indígena na região da atual Raposa-MA remonta a séculos anteriores, por outro, a configuração populacional do município passou por mudanças significativas a partir da segunda metade do século XX. Foi nesse período que um intenso movimento migratório, protagonizado principalmente por cearenses, redefiniu a paisagem social, cultural e econômica da localidade. Diferente dos Tremembé, cuja presença na região foi gradativamente silenciada pelos processos coloniais, os migrantes cearenses deixaram marcas mais visíveis na identidade do município.

A partir da década de 1950, pescadores e suas famílias começaram a chegar à Raposa, atraídos pela abundância de recursos marítimos e pela proximidade com São Luís. Esses grupos enxergaram na pequena praia costeira uma chance de recomeço, estabelecendo-se de forma definitiva e organizando uma nova dinâmica de ocupação do território.

Os primeiros migrantes, em sua maioria pescadores e trabalhadores ligados ao mar, encontraram na região um ambiente propício para a continuidade de suas atividades. A abundância de recursos naturais, como os manguezais e os estuários, favoreceu a prática da pesca artesanal, que logo se tornou a principal atividade econômica do local. Com o tempo, essa comunidade pesqueira se consolidou, estabelecendo laços de solidariedade e cooperação que estruturaram o modo de vida local.

A chegada dessas pessoas não apenas impulsionou o crescimento populacional da Raposa, mas também redefiniu sua economia e cultura. A pesca artesanal tornou-se a principal atividade econômica, enquanto elementos da cultura cearense foram incorporados ao cotidiano local. Com o tempo, a vila foi se consolidando como um importante polo pesqueiro, com laços históricos e culturais profundamente conectados ao Estado do Ceará. A seguir, será analisado o processo de chegada dos cearenses à Raposa, suas motivações, as condições que encontraram ao se estabelecerem e os impactos dessa migração na construção da identidade do município.

2.2.1 DO CEARÁ À RAPOSA: A MIGRAÇÃO NORDESTINA E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE

No que corresponde aos processos de migração cearense para o Estado do Maranhão, estudos revelam que são anteriores ao século XX. Um dos principais motivos da mudança era a questão da seca na região cearense. Ademais, não somente por ela, eles eram impulsionados também, em parte, pelo modo de produção pecuarista que não apresentava as oportunidades à mão de obra existente e a vontade do migrante de mudar de localidade. (Vasconcelos, 2020, p.44). Esse pensamento é confirmado por Trovão (2008) ao dizer que:

> [...] embora de maneira inicialmente tímida, uma penetração de nordestinos em busca de terras disponíveis e fugindo das secas e das dificuldades de absorção da mão-de-obra no próprio nordeste usaram como "portas" de entrada três lugares, inicialmente por via marítima, cuja entrada se fez pelo porto de Tutóia e as outras duas através do Vale do Parnaíba, tendo como entradas Floriano e Teresina. Referidos migrantes encontraram em terras maranhenses aquilo que não tinham no seu Estado de origem: terras abundantes e devolutas, índice pluviométrico satisfatório e solo úmido, graças à cobertura arbórea e presença constante de chuvas. (Trovão, 2008, p.25).

Essa realidade perdurou até meados do século XX, quando novos fatores começaram a influenciar os fluxos migratórios no Nordeste. Se antes a seca, a estrutura fundiária desigual e a falta de oportunidades econômicas impulsionavam os deslocamentos, o cenário da década de 1950 trouxe mudanças significativas que intensificaram esse movimento.

Os anos 50 foram marcados por grandes transformações na sociedade brasileira. A Segunda Guerra Mundial havia ficado para trás, deixando impactos na economia e no mercado de trabalho. Em Fortaleza, a crescente influência americana alterava as dinâmicas urbanas, enquanto muitos nordestinos deixavam suas casas rumo ao Sudeste, atraídos pelo desenvolvimento industrial. Paralelamente, a extração da borracha na região Norte ganhava força, abrindo novas frentes de trabalho e estimulando a migração. No cenário político, Getúlio Vargas foi eleito presidente em 3 de outubro de 1950, e o Brasil sediava a Copa do Mundo, eventos que marcavam um período de reorganização nacional. Foi nesse contexto que um novo fluxo migratório de cearenses para o Maranhão teve início, impulsionado não apenas pelas dificuldades no Ceará, mas também pela esperança de uma vida melhor no litoral maranhense, especialmente na região da futura Raposa.

É mister dizer que não há um consenso sobre a data exata da chegada dos cearenses à região. Autores como Azevedo (1980), Rondelli (1993), Dias (1998), Carneiro (1998), Reis (2007), Silva (2008), Soares (2011) e Vasconcelos (2020) indicam que esse fluxo migratório teve início no final década de 40 e no início dos anos 50, mais precisamente entre os anos 1947 e 1950. Segundo Silva (2008), a chegada desses migrantes, em sua maioria, lavradores com vasta experiência na pecuária e hábeis pescadores, foi determinante para o desenvolvimento da cultura da pesca na região, atividade que se tornou marca identitária de Raposa e persiste até os dias atuais.

Embora a pesca tenha se tornado a principal atividade econômica dos novos habitantes, suas tradições ligadas à pecuária não foram completamente abandonadas. Pelo contrário, práticas e estruturas típicas da criação de gado influenciaram diretamente a organização da pesca local, especialmente no que diz respeito à técnica dos currais de pesca e à divisão do trabalho entre os pescadores. Chaves (1973), citado por Rondelli (1993), explica essa relação ao afirmar que:

> "[...] vários povoados foram instalados próximos a Acaraú a partir da intensificação da pecuária em Sobral, que fez com que Acaraú se tornasse o principal ponto para escoamento da produção de carne [...] como o gado tinha grande ascendência e, a partir dele, se processou a organização social e técnica destes povoados pesqueiros e de sua produção econômica. Assim, certos aspectos da pesca largamente praticada em Raposa têm relação com o florescimento da pecuária, que surgiu como tentativa de aplicar no mar um sistema tecnológico inspirado na pecuária [...] o curral, que é um instrumento de pesca instalado no mar, cujas relações de trabalho inspiram-se em regras e categorias da terra (da pecuária) projetadas no mar. A remuneração dos 'vaqueiros' (trabalhadores dos currais), por exemplo, imita a remuneração dos vaqueiros da pecuária – o quarto da produção. Além disso, há outros nomes, como 'chiqueiro' (lugar do curral onde fica preso o peixe) e 'camurupim' (nome de um peixe

> que significa 'boi do mar', também inspirado na tradição pecuária)." (Chaves, 1973, apud Rondelli, 1993, p. 17-18).

A relação entre a pecuária e a pesca na cultura dos migrantes cearenses demonstra como as tradições e os conhecimentos adquiridos em suas terras de origem foram adaptados ao novo ambiente. No entanto, mais do que apenas a continuidade dessas práticas, é fundamental compreender os fatores que levaram esses migrantes a escolherem o Maranhão como destino. O Estado era conhecido por suas praias paradisíacas com grande fartura de peixe, tal boato serviria como "isca" para atrair migrantes, fugindo da seca para o Estado. Destacamos que isso não foi o único motivador de migrações para a região. Segundo afirma Barboza (2005), a seca, guerra e migração foram os assuntos que mais ocuparam as páginas dos jornais, conversas em bancos de praças e nos bares nos anos finais do estado novo no Ceará.

Sendo assim, a migração cearense para o Maranhão nos anos 50 não pode ser reduzida apenas à narrativa da seca. Conforme consta nos anuários do Ceará dos anos de 1951, 1952, 1953 e 1954 (anos em que os primeiros cearenses começaram a chegar na Raposa) não houve relato de seca severa nas cidades de Fortaleza, Acaraú e demais cidades do litoral cearense. Nessa ótica, a guerra com suas consequências econômicas e sociais foram fatores determinantes para o deslocamento de muitas pessoas em busca de estabilidade e oportunidades.

O relato de Francisco Saldanha da Silva, mais conhecido como Seu de Ouro, que foi a terceira pessoa a migrar do Ceará para o Maranhão, corrobora essa perspectiva. Ele explica que o medo da convocação militar após a Segunda Guerra Mundial gerou grande insegurança entre os jovens cearenses, o que levou muitas famílias a incentivarem seus filhos a deixarem suas cidades de origem:

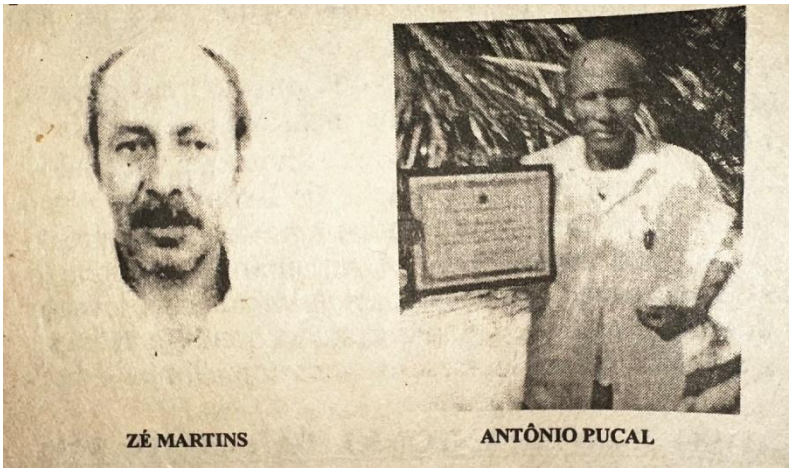
> Pois é, se trata o seguinte, em 1946, quando terminou a Segunda Guerra Mundial, segundo o que a gente ouviu e presenciou em alguns momentos, o governo do Brasil sentiu a necessidade de crescer o contingente de soldado no Exército, que era muito precário. Tinha acontecido a guerra, alguns foram à guerra e voltaram, foi na batalha lá na Itália, você sabe bem isso. Então, com isso, foi convocado no município de Acaraú, que era onde eu morava, onde eu nasci, eu sou cearense. Lá foi convocado, houve uma convocação por parte do governo do Estado, convocando todos os jovens de 18 anos, 18, 19, 20 anos, que não eram alistados no Exército, para se alistar no Exército Brasileiro. E como tinha terminado a Segunda Guerra, que na guerra foi convocado muita gente, mesmo quem não foi para a guerra, mas ficou nos quartéis. Então o caboclo analfabeto, pescador do interior, da roça, achava que aquela convocação era o governo convocando para mandar para a guerra, de novo. Então houve uma debandada, eles se debandaram. Aqueles jovens, as mães chamavam: "Meu filho, vai te embora, te esconder no interior", mandava para a Amazônia, que dizia que na Amazônia era bom se esconder porque cortava seringa, e era no mato, então o governo não ia lá chamar eles para a guerra; "vai para as praias do Maranhão," que se dizia, então, para as ilhas. Então, se debandou muita gente. (De Ouro, 2024, grifos meus).

Essa narração revela um fator pouco discutido na historiografia sobre a migração cearense para o Maranhão: o temor gerado pela política de recrutamento militar no período pós-guerra. Para muitos jovens camponeses e pescadores, a possibilidade de serem convocados e enviados para um novo conflito era uma ameaça real, impulsionando sua saída do Ceará em busca de refúgio em territórios mais afastados. Essa mesma situação é confirmada pela indígena Rosa Eliana, liderança Tremembé, que reforça a veracidade do relato de Seu de Ouro ao mencionar que seu avô também ajudou parentes a fugirem do Ceará para escapar da convocação militar:

> Meu avô inácio já tinha andado pelas terras maranhenses quando trouxe 4 sobrinhos que fugiam de Almofala [Ceará] para não serem chamados para participar da guerra Vindo para o Maranhão ficaram em casa de parentes, para isso meu avô teve que atravessar com os sobrinhos pelo rio Parnaíba. (ROSA ELIANA, Liderança Tremembé, apud Coelho; Almeida ,2018, p.14)

Os cearenses primeiros a chegarem na localidade foram os senhores Antônio Ferreira dos Santos e José Martins dos Santos conforme imagem abaixo:

Figura 9 - Zé Martins e Antônio Pucal



Fonte: Reis, José de Ribamar Sousa dos. A biana (2007)

Segundo Dias (1998), os dois primeiros habitantes, antes de chegarem à ilha de Raposa, foram primeiro ao município de São José de Ribamar, onde tiveram contato com o senhor José Linhares, que se disse proprietário do local. Após ouvir a história dos rapazes e os relatos de que haviam viajado de muito longe em busca de sobrevivência, Linhares os convidou para trabalhar com curral de pesca. Embora algumas pessoas já frequentassem a região para pescar, como o senhor José Cantor, que havia construído um barraco provisório no local, a chegada de Antônio e José Martins marcou o início de uma ocupação mais definitiva. Eles escolheram um igarapé chamado Pucal, pois, após conhecerem a área, perceberam que o

ambiente possuía características ideais para a instalação de um curral de pesca. Azevedo (1980), a partir de uma entrevista com o Sr. José Linhares, descreve esse momento inicial da ocupação:

> "[...] a comunidade surgiu assim: Apareceram dois cearenses em Ribamar, Srs. Antônio do Pucal e José Baiaco (José Martins). Afirmaram que vinham de uma praia do norte do Ceará. Pediram para botar um curral com arame que o Sr. Linhares possuía. O compadre Anísio e os dois cearenses armaram o curral na praia de Curupu (Perto de Raposa). Os pescadores de rede expulsaram-nos. Passaram para a praia que depois foi chamada de Raposa. Armaram a primeira casa e o primeiro curral foi armado com apoio do Sr. Linhares (financiamento). De dois passaram para seis currais." (Azevedo, 1980, p. 20).

De modo semelhante, De Ouro (2024) relata o seguinte acerca do ocorrido:

> Dois cearenses vieram de lá para cá se esconder aqui na praia da Raposa, que foram os dois primeiros que chegaram aqui, foi esse rapaz, o Zé Martins e o Antônio Pucal, esse aí já foi apelido que eles alcançaram aqui, adquiriram aqui, porque o nome de um é Antônio Ferreira dos Santos, e o nome do outro é José Martins dos Santos ou de Souza.

Com a chegada desses dois rapazes, a notícia de cearenses pela região rapidamente se espalhou e as pessoas começaram a comentar. Até que um outro acarauense, de nome Chico Noca, chegou ao Maranhão, passando primeiro pela cidade de Guimarães e depois indo a ilha de Raposa. De ouro relata esse acontecimento da seguinte forma:

> A fundação da Raposa começou com dois jovens cearenses que vieram fugindo do alistamento militar. Eles chegaram aqui primeiro. Depois, um cearense chamado Chico Noca veio com a família, mas, inicialmente, não se estabeleceu na Raposa. Ele foi primeiro para o município de Guimarães. No entanto, chegando lá, não conseguiu se adaptar e resolveu ir para São Luís.
>
> Ao chegar em São Luís, encontrou um conterrâneo que trabalhava na construção do aeroporto do Tirirical, um homem chamado João Miguel. [...]Aí ele o encontrou lá no portinho, quando ele (Chico Noca) veio com a família. João Miguel perguntou:
>
> — Rapaz, para onde você vai?
>
> E Chico Noca respondeu:
>
> — Vou embora para o Ceará de novo.
>
> Ele (Chico Noca) tinha ido à São Luís para comprar a passagem de trem e retornar ao Ceará, porque a gente vinha de trem de lá para cá. Ai o João Miguel disse:
>
> — Rapaz, tu sabes onde tem dois cearenses que tu conheces? O Zé Martim e o Antônio Ferreira estão lá no Ribamar, trabalhando para um moço chamado Zé Linhares.
>
> Chico Noca, então, resolveu ir até Ribamar para reencontrar esses conterrâneos. Chegando lá, informaram que eles estavam na praia da Raposa.
>
> — Onde fica essa praia? — perguntou Chico Noca.
>
> — É aqui perto, assim e assim — explicaram a ele.
>
> — E o que eles foram fazer lá? — continuou Chico Noca.
>
> — Foram levantar um curral de pesca — respondeu um moço chamado João Alves. — O Zé Linhares deu o material, o arame, para eles fazerem, porque eles falaram sobre esse curral de arame.

> O Zé Linhares era comerciante e tinha negócios com pesca nessa época. Como os cearenses conheciam essa técnica, ele forneceu o material para que construíssem o curral. O Chico Noca chegou e encontrou os dois cearenses trabalhando na construção do curral. Ele os ajudou e, depois, voltou para buscar sua família. Assim, veio com a esposa e os filhos, e todos se estabeleceram aqui. Foram os primeiros cearenses que chegaram à Raposa: Chico Noca e sua família, com nove pessoas, e esses dois cearenses que tinham vindo antes dele. Eles vieram em um ano, 1952, e Chico Noca chegou no outro ano, em 1953. E Depois, em 1954, nós viemos em outra viagem, já num grupo maior, com sete famílias. E quando chegamos aqui só tinha três rancho de palha. (De ouro, 2024, grifos meus).

É valido ressaltar, que quando é mencionado Raposa, ainda não era a cidade de Raposa, o local que conhecemos atualmente onde fica localizada "a Sede do município". A Raposa "primitiva" era uma ilha, que ficava afastada cerca de 300m do litoral. Segundo relatos antigos, esse arquipélago possuía cerca de um quilômetro de comprimento e 800 metros de largura. Com o tempo, porém, a força das marés e a erosão costeira levaram ao desaparecimento total desse território. De Ouro (2024), relembra sua chegada em janeiro de 1954 e descreve como era a região, naquele período:

> "Na Raposa, lá na Ilha da Raposa, onde eu estou falando que a erosão do mar destruiu, que não tem mais. Era uma ilha onde o Zé Linhares criava umas cabras e criavam umas vacas. Tinha mais ou menos umas 20 vacas e tinha umas 100 cabras que ele criava lá nessa ilha, que era a dele. Acho que ele aforava, não sei, mas ele criava esses animais lá [...]tinha várias lagoas que não secavam durante o verão. Passavam o verão e o inverno. Todo cheio não secava. Era bonita a Raposa, era bonito quando nós chegamos aqui (De ouro, 2024)

Com a presença dos novos habitantes, o local passa a ser chamado de Raposa ganha fama. Acerca do nome da região, Reis (2007) afirma que a localidade recebeu esse nome por conta das raposas que roubavam os peixes pescados, ao chegar de suas pescarias, na hora de tratar o peixe, os pescadores percebiam que alguns sumia, até que avistaram raposas pegando os pescados. Já Azevedo (1980) relata que é por conta de dois pescadores que iriam se encontrar na praia de Carimã e marcaram o ponto de encontro onde, uma vez, encontraram uma raposa morta. Independentemente da versão correta sobre a origem do nome, o fato é que a localidade ficou conhecida como Raposa e assim permaneceu ao longo do tempo, tornando-se parte da identidade e da história do município.

Com a chegada dos dois primeiros migrantes, e, nos anos seguintes, de mais pessoas vindas de diversas localidades do Ceará, como Almofala, Coaçu, Córrego Forquilha, Curral Velho, Ilha do Rato e Serrote (Reis, 2007), tornou-se essencial estabelecer moradia e organizar a nova comunidade. Segundo Dias (1998), embora as terras litorâneas fossem de domínio da União, a região já possuía um proprietário com registro em seu nome. Sendo assim, a ilha de Raposa não era uma terra "abandonada", como poderia parecer à primeira vista. Com o aumento do fluxo de pessoas, o senhor José Maria Linhares, que até então só tinha se apresentado para

os dois primeiros habitantes, se apresentou para o grupo de moradores, que ali já estavam residindo, como dono da área, alegando ser proprietário dela desde 1945, pois o terreno havia sido aforado a seu favor, e, portanto, considerava a ocupação dos migrantes como irregular.

Segundo De Ouro, a ocupação dos cearenses na ilha gerou conflitos com José Linhares, que utilizava o local para criação de gado e caprinos. A tensão aumentou quando um dos recém-chegados matou uma cabra, levando Linhares a entrar com uma ação de despejo contra os migrantes. No entanto, Chico Noca, uma das lideranças cearenses, tomou a frente da situação e recorreu à Capitania dos Portos e ao Palácio do Governo para impedir a remoção das famílias já assentadas na ilha.

> "O Chico Noca tomou a frente e não deixou. Foi à Capitania dos Portos, foi ao Palácio do Governo, com essa questão, para não deixar tirar os cearenses, porque os cearenses já tinham umas 20 famílias já assentadas na ilha. E aí o Zé Linhares, que era funcionário da Assembleia Legislativa, era um senhor de condição financeira bem abastado, tinha comércio em São José de Ribamar. E eu sei que levaram essa questão lá para o Palácio. Então o Chico Noca foi lá, levou os pescadores e apresentou lá e tal. Sei que ganhamos a questão e não saímos da ilha. O governo não deixou sair da ilha. Aí o Zé Linhares tirou as cabras e tiraram as vacas. Aí ficou o cearense."(De ouro, 2024).

Com a decisão favorável aos migrantes, José Linhares retirou seus animais da ilha, e as famílias cearenses puderam permanecer no local. A paisagem da Ilha da Raposa, segundo relatos da época, era marcada por lagoas, dunas e morros, com algumas dunas chegando a 30 metros de altura. Esse território, que abrigou as primeiras famílias cearenses, posteriormente foi engolido pelo avanço do mar, tornando-se parte da história e memória da formação do município de Raposa. Com a deterioração da ilha por conta do mar, os moradores se mudaram de forma definitiva para a atual região onde fica localizado o município de Raposa, e ali sim, começaram a se sedentarizar e expandir suas moradias. O atual município de Raposa era conhecido como ilha do “carcarape”, local onde eles vinham pegar frutas e fazer comercio com outras pessoas no porto do “carcarape”, conforme relato a seguir

> Eles chamavam de ilha do Carcarape, que era isolado, tinha uma área de mangue que isolava uma ilha da outra, a gente vinha de canoa pelo rio até o porto do Carcarape para vim para essa ilha buscar murici, coco de tucum e apanhar caju[...] essa ilha era formada por dunas de areia que saiam da maré e ninguém sabe a quantos anos isso aconteceu. (De ouro, 2024, grifos meus)

Por serem migrantes vindos de uma região litorânea, a adaptação ao novo território ocorreu de maneira natural. A pesca já fazia parte de seu modo de vida no Ceará, onde muitos trabalhavam com a técnica do curral de pesca, uma prática tradicional herdada e aperfeiçoada ao longo das gerações. Ao chegarem a Raposa, encontraram no mar e nos manguezais as condições ideais para continuar exercendo essa atividade da mesma forma que faziam em sua

terra natal com o, já mencionado, curral de peixe. Dias (1998) explica que o curral é uma armadilha de pesca tradicional, muito utilizada no Ceará. Ele consiste em uma cerca de arame fixada no mar em formato circular, presa com estacas de aproximadamente dois metros e meio de altura por cinco metros de comprimento. Também pode ser construído com hastes de madeira retiradas do mangue, amarradas com um cipó resistente à água. O curral é levado de barco até o local de instalação, e o processo deve ser realizado durante a maré alta. Por já possuírem experiência nesse tipo de pesca, os dois pioneiros fizeram dessa prática sua principal atividade econômica, garantindo sustento e possibilitando a fixação definitiva na região.

Figura 10 - Curral de pesca na praia de Raposa (1971)

Fonte: Imagem Retirada do Vídeo "Pescadores da Raposa (S. Luis-MA-1978)" publicado pelo canal Jorge Martins Rodrigues, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3SqQ4FZiGQI. Acesso em: 20 jan. 2018.

Além do curral, diversos outros instrumentos eram empregados na atividade pesqueira. Reis (1997) menciona alguns deles, tais como a rede de arrasto, a zangaria, a malhadeira, a rede de laço, a tainheira, a rede de tapagem, a tarrafa, o perça, o socó e o carniço, além de outras armadilhas de pesca. A introdução das técnicas de pesca cearenses trouxe melhorias significativas na produção do pescado na região. Isso se deve tanto ao uso de novos utensílios quanto à adoção de embarcações mais adequadas para a pesca em alto-mar, fatores que contribuíram para o fortalecimento da atividade pesqueira local.

Com terra firme e um mar abundante em peixes, a região começou a atrair um número crescente de cearenses, muitos dos quais eram avisados por familiares que já haviam se estabelecido no local. Francisco Carlos dos Santos, conhecido como Chico Noca, foi um dos principais responsáveis por esse fluxo migratório, retornando diversas vezes ao Ceará de barco, em viagens que duravam dias, para buscar parentes e amigos em Acaraú. No início da década

de 1950, segundo Reis (2007), a população local era composta por cerca de 10 residências e aproximadamente 60 moradores.

À medida que os primeiros habitantes se estabilizavam, uma segunda leva de migrantes chegou à Raposa no final da década de 1950, impulsionada por uma forte seca que assolava a região cearense. Segundo José de Ribamar de Sousa Reis relata:

> Documentos oficiais apontam, cientificamente, que a seca de 1958 no Nordeste Brasileiro foi um dos mais violentos fenômenos da espécie ocorridos nas últimas décadas nessa região do País, só comparando-se seus registros pluviométricos, às ocorrências de 1915 e 1919 [...] a área atingida pela seca de 1958 foi de, aproximadamente, 500.000 km², sendo que a maior perda econômica se registrou na pecuária. (Reis, 1997, p.43)

Com essa situação, só restava ao nordestino migrar para locais melhores na esperança da sobrevivência. Assim, o Maranhão foi escolhido por muitos e as formas como eles se deslocavam eram as mais diversas. Os relatos sobre o trajeto do Ceará até o Maranhão variam. Segundo De Ouro (2024), muitos percorriam o trecho de Acaraú até Sobral a pé, de jumento ou em carros fretados. De Sobral até Teresina, seguiam pelos mesmos meios de transporte. Aqueles que possuíam alguma reserva financeira conseguiam seguir até a capital piauiense e, de lá, embarcavam no trem da Estrada de Ferro São Luís–Teresina, chegando ao Maranhão por via ferroviária. Dessa forma, em busca de novas oportunidades e melhores condições de vida, esses migrantes encontraram em Raposa não apenas vizinhança e tranquilidade, mas também trabalho na pesca artesanal e um ambiente propício para recomeçar.

Com a sedentarização dos moradores, a necessidade de moradia tornou-se urgente. A primeira casa, construída pelos dois primeiros migrantes, era provisória, mas, com a chegada de mais famílias, surgiu a necessidade de um planejamento mais estruturado para a construção das residências. De acordo com Vasconcelos (2020), com base nos estudos de Reis (2007) e Oliveira (1998), as primeiras moradias foram erguidas no topo das dunas frontais à praia, utilizando madeira extraída do manguezal para a estrutura e folhas de palmeiras para a cobertura, conforme ilustrado na imagem abaixo.

Figura 11 - Primeiros tipos de moradias em Raposa-ma

Fonte: Imagem Retirada do Vídeo “Pescadores da Raposa (S. Luis-MA-1978)” publicado pelo canal Jorge Martins Rodrigues, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3SqQ4FZiGQI. Acesso em: 02 fev. 2025.

O local onde foi feito as primeiras moradias em Raposa nos mostra que a construção, apesar de ser básica para os padrões da construção da civil da época, não ocorreu de forma leiga. Os moradores escolheram locais com fácil acesso, levando em consideração a proximidade com os locais de pesca, mas também buscando proteção contra as ações das ondas.

Segundo Vasconcelos (2020), as habitações rudimentares foram construídas no topo das dunas frontais, que estavam mais próximas às praias e ofereciam certa estabilidade territorial. Além disso, a localização próxima ao mangue facilitava o acesso à madeira, essencial tanto para a construção das casas quanto para a fabricação das armadilhas utilizadas nos currais de pesca.

Dessa forma, percebe-se que a ocupação inicial da área costeira de Raposa seguiu um planejamento baseado nas necessidades e nas experiências prévias dos migrantes. Vasconcelos (2020) aponta que essa escolha não foi resultado de uma tomada de decisão desordenada, mas sim de um conjunto de fatores que tornavam aquela porção do território estratégica para sua sobrevivência. Além de favorecer a pesca, a fixação nesse espaço garantia acesso a recursos naturais essenciais para a subsistência e o desenvolvimento da comunidade.

Com o crescimento da comunidade, a construção de uma rodovia que ligasse o povoado à capital maranhense tornou-se essencial. A pesca artesanal se consolidava como a principal atividade econômica da região, e a demanda por pescados em São Luís aumentava significativamente. No entanto, a precariedade dos acessos dificultava o transporte dos produtos, limitando o escoamento da produção pesqueira e reduzindo as oportunidades comerciais para os pescadores locais.

Além do aspecto econômico, a rodovia também era fundamental para a mobilidade dos moradores, permitindo maior acesso a serviços básicos, como saúde e educação, que até então eram limitados no povoado. A nova estrada, construída durante governo Sarney, possibilitou um fluxo mais intenso de pessoas e mercadorias, aproximando Raposa da capital e integrando a comunidade ao desenvolvimento regional. Dessa forma, a construção da rodovia não apenas impulsionou a economia local, mas também contribuiu para a melhoria das condições de vida dos habitantes, fortalecendo a identidade e a autonomia do município que em 1971 era ainda de piçarra, recebendo asfalto apenas em meados de 1978 conforme as imagens a seguir.

Figura 12 - A esquerda, a rodovia ainda em processo de construção, a direita ela já asfaltada.

Fonte: Cena do documentário Raposa, Colônia de Pescadores (FUTURA FILMES, 1978), dirigido por Mario Kuperman. Publicado pelo canal Domingos Costa. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sUpAIfaDACY. Acesso em 10 fev. 2025

Azevedo (1980) afirma que com a abertura da estrada da Raposa começou a ser modificada pelos costumes urbanos. Pois, ainda conforme o autor, ela permitiu

> O deslocamento de novos migrantes. Fenômeno que se identifica perfeitamente com o clássico "êxodo de massas analfabetas" e pela estrada uma nova gama de novos valores sociais incorporou à comunidade. As confecções sofisticadas da cidade, por exemplo, chegam até Raposa pela Estrada asfaltada. Também ainda: o gás butano, a cerveja, o guaraná, o carro para a compra do pescado, o fluxo de turistas, a campanha política, as revistas picantes, prostitutas ambulantes, etc. Essa pista asfaltada conduz o progresso à localidade. E o deslocamento para a cidade em busca de socorros médicos, de auxilio funerário, de intercâmbios comunitários, etc. (Azevedo, 1980, p.25)

Com o crescimento da comunidade, a tecnologia começou a fazer parte do cotidiano dos moradores. A chegada da energia elétrica possibilitou o uso de aparelhos televisivos e rádios movidos a corrente elétrica, transformando a forma como a população se comunicava e acessava informações. Paralelamente, o aumento do número de crianças na região gerou a

necessidade da construção de escolas para atender à demanda educacional. Segundo Azevedo (1980), três escolas foram implantadas na comunidade:

> "[...] duas oficiais e uma particular. A primeira pertence ao CEMA; a segunda à prefeitura; a terceira, mantida pelo deputado estadual Celso Coutinho. A escola da Prefeitura (rural) chama-se Marcone Caldas e mantém o 1º grau até a 5ª série." (Azevedo, 1980. p.25).

Com essas transformações, Raposa consolidava-se como um povoado em expansão. Nesse contexto de crescimento, a cidade de Paço do Lumiar iniciou o processo de emancipação política. Em 1961, por meio da Lei nº 1890 de 07 de setembro de 1959, a localidade conquistou sua autonomia e passou a ser oficialmente um município. Segundo Reis (1997), a cidade de Paço do Lumiar nasceu composta por vinte e dois povoados, entre eles Raposa, Iguaíba, Mojó, Salina, Iondal, Pau Deitado, Timbuba, São José dos Índios, Cururuca, Riozinho, Rio São João, Mercês, Mocajituba, Itapera, Pindoba, Olho de Porco, Araçagi, Cumbique, Sítio Grande, Maioba, Rio Grande e Vassoural. Raposa deixa de fazer parte do território de São José de Ribamar e começa a fazer parte da cidade de Paço de Lumiar. Durante esse período, a população de Raposa já havia crescido consideravelmente, chegando a uma estimativa entre 3.000 e 5.000 habitantes, conforme relatos do professor Ramiro Azevedo (1980). Esse aumento demográfico demonstrava a consolidação do povoado e sua importância dentro da nova configuração administrativa da região.

> O fato é que a década de 50 assinalou a expansão populacional da cidade. Ainda não foi feito um recenseamento oficial do lugar. A equipe calculou aproximadamente que a população deve oscilar entre 2.000 e 3.000 mil almas. Afirma, entretanto, o Sr. Agostinho Ferreira dos Santos que Raposa conta 5.000 e tantas cabeças. (Azevedo, 1980, p.21)

Com o passar dos anos, impulsionados pelo crescente movimento de emancipação municipal no Brasil, os moradores de Raposa voltaram a reivindicar a independência do povoado. Esse desejo resultou em campanhas baseadas no argumento de que somente o desmembramento de Paço do Lumiar poderia trazer as melhorias necessárias para a região. Alguns moradores já haviam tentado atuar politicamente dentro do município de Paço do Lumiar, buscando mais recursos e desenvolvimento para Raposa, mas sem obter grandes avanços. Entre eles, destaca-se Francisco Saldanha, conhecido por De Ouro, que era dentista não de formação, mas por prática, como ele mesmo diz, chegou a ser eleito vereador e posteriormente venceu a eleição para prefeito, mas não pôde assumir o cargo devido à impugnação das urnas. Outro exemplo foi Chico Noca, também eleito vereador no município de Paço do Lumiar.

No entanto, mesmo com essa representatividade, o sonho da emancipação ainda parecia distante. A situação começou a mudar na década de 1990, quando a localidade já contava com aproximadamente 20.000 habitantes. Nesse contexto, o movimento separatista ganhou força, junto com outras cidades pelo Estado do Maranhão, culminando na realização de um plebiscito em 19 de junho de 1994. Segundo Dias (1998), esse momento foi decisivo para o processo de emancipação, pois evidenciou a força política da comunidade e a vontade popular. Meses depois, o resultado do plebiscito se concretizou com a criação oficial do município de Raposa. Sobre esse acontecimento, De Ouro narra da seguinte maneira:

> Eu trabalhei para mudar a Raposa, transformar a Raposa em município. O Pedro Vasconcelos, que era deputado, fez um projeto, criando vários municípios no Maranhão. E aí nós botamos a Raposa também na disputa. Nessa época, eu era uma liderança política aqui na Raposa e nós trabalhamos no plebiscito para passar a Raposa a município, e tentamos, e até que deu certo, passamos a município. (De ouro, 2024).

Dessa forma, por meio da lei nº 6.132 de 10 de novembro de 1994 Raposa ganha o aval para se tornar município.

> "Art. 1º - Fica criado o Município de Raposa, com sede no Povoado de Raposa, a ser desmembrado do Município de Paço do Lumiar, subordinado à Comarca de Paço do Lumiar.
>
> Art. 2º - O Município de Raposa limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico; a Leste com o Município de Paço do Lumiar; a Oeste com o Município de Paço do Lumiar e ao Sul com o Município de Paço do Lumiar.
>
> Art. 3º - Nos quatro primeiros anos da instalação do Município de Raposa serão observadas as seguintes normas constitucionais:
>
> I - A Câmara Municipal será composta de nove Vereadores;
>
> II - A Prefeitura Municipal terá no máximo cinco Secretarias;
>
> III - As despesas orçamentárias com pessoal não poderão ultrapassar cinquenta por cento da receita do Município." (Maranhão, 1994)

Tal acontecimento deu início a uma intensa movimentação política na recém-criada cidade. Com a aproximação das primeiras eleições municipais, Raposa passou a vivenciar um novo cenário, marcado pelo surgimento de diversas candidaturas para os cargos de prefeito e vereador. Segundo Reis (2007), na eleição de 3 de outubro de 1996, foi eleito o primeiro prefeito do município, conforme está descrito no Anexo - B, José Laci de Oliveira (PTB/PST/PFL/PV), com um total de 2.561 votos. Seu vice foi Joaquim Samineis de Oliveira Braga. A Câmara Municipal foi composta pelos seguintes vereadores: Eudes da Silva Barros, José Ribamar

Brandão Rodrigues; José da Silva, Orlando Marques Silva, José Sousa Oliveira, João Batista Braga da Silva, Rosilene Pereira Teixeira, José de Sousa Leão e José Rodrigues de Aguiar.

Dessa maneira, estavam oficialmente constituídos o poder executivo e legislativo municipal, responsáveis por conduzir a nova fase administrativa de Raposa. Com a posse dos eleitos, a cidade iniciava sua trajetória como município independente, assumindo a gestão de seus próprios recursos e desafios. A partir desse momento, a comunidade raposense passou a construir sua própria identidade política e administrativa, definindo os rumos do seu desenvolvimento e consolidando sua autonomia dentro do Estado do Maranhão.

2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIAL: AS TRADIÇÕES VIVAS DE RAPOSA

A noção de patrimônio possibilita a formação de indivíduos conscientes de sua própria história cultural e social, uma vez que a valorização do patrimônio é também uma forma de fortalecimento da identidade de um povo. Essa identidade cultural não é construída apenas por monumentos e marcos históricos, mas, sobretudo, pelas tradições imateriais que são transmitidas ao longo das gerações. Em Raposa, o patrimônio imaterial se manifesta através das festas populares, das narrativas orais e das práticas artesanais, elementos fundamentais que compõem o cotidiano da comunidade e fortalecem os laços entre seus habitantes. Essas tradições não apenas preservam a memória coletiva, mas também reafirmam os costumes e os saberes ancestrais que resistem ao tempo, garantindo a continuidade das práticas culturais locais. Acerca da memória, Rondelli (1993) destaca sua importância na preservação dos costumes e práticas culturais dos migrantes de Acaraú, desde sua chegada à praia de Raposa:

> A memória é por isso, instrumento privilegiado entre estas pessoas que não utilizam a escrita para realizar suas transações econômicas, contratuais ou artísticas; é o registro da tradição, dos valores e conhecimentos da comunidade, desde coisas mais práticas como a construção de instrumentos de pesca, até a elaboração das concepções religiosas e artísticas. (Rondelli, 1993, p.33)

Dessa forma, a memória oral desempenha um papel essencial na transmissão do conhecimento e na manutenção das práticas culturais em Raposa. A ausência de registros escritos não impediu a preservação das tradições locais; pelo contrário, fortaleceu a importância da oralidade como meio de perpetuação dos saberes.

A pesca artesanal, por exemplo, não é ensinada em manuais ou livros, mas sim passada de geração em geração, através da observação, da prática e das narrativas dos mais velhos. O

mesmo ocorre com a renda de bilro, prática artesanal que exige habilidade e precisão, aprendida principalmente dentro das famílias, onde as mães e avós ensinam as novas gerações. Além disso, a religiosidade e as festividades populares também são sustentadas pela memória coletiva. Festas em homenagem a São Pedro, padroeiro dos pescadores, e outras manifestações culturais são repletas de símbolos e rituais transmitidos ao longo do tempo, reforçando a identidade da comunidade.

Assim, a memória não apenas preserva o passado, mas fortalece os laços sociais e garante a continuidade das tradições que fazem de Raposa um espaço culturalmente rico e singular. Nesta seção, serão exploradas as expressões culturais vivas de Raposa, destacando como elas moldam o sentimento de pertencimento e refletem a história e as experiências do seu povo.

2.3.1 Práticas religiosas e culturais na cidade de Raposa

Por ser uma cidade ocupada, inicialmente, por migrantes pescadores, muitas de suas tradições, culturas e práticas são provenientes de Acaraú. O santo escolhido para ser o padroeiro do lugar é São Pedro, que segundo as tradições bíblicas, foi um dos apóstolos de Jesus e era pescador de ofício. Além de ser padroeiro da cidade, são Pedro é padroeiro do Estado do Maranhão também e de algumas outras cidades do País. A igreja católica da cidade recebe o nome do santo e primeira missa realizada na urbe ocorreu ainda na década de 50, na casa do senhor Manoel Moreira pois ainda não havia igreja construída. A ocasião foi celebrada pelo padre Guilherme Vaessen Geest, que nesse tempo ainda era pároco de São José de Ribamar, ele precisou ir até o bairro do Olho d'Água para depois ir à Raposa, visto que neste período ainda não havia estrada ligando as cidades. Anos depois, apareceu um padre que o chamavam de Martinho, que conseguiu comprar toda a área, onde atualmente funciona a igreja e a casa paroquial (Reis, 2007, p.46).

No período da pascoa cristã, o município tem a festa da via sacra, um evento religioso que relembra e representa as chagas de cristo até o momento de sua morte na crucificação. No mês de junho, ocorre o arraial do pescador, que virou tradição na cidade, esse evento tem o seu término no dia 29 de junho, dia de São Pedro. Nesta data, o município se prepara para a festa do pescador, no ano de 2024 foi feita a 48º edição do evento, e para as celebrações em homenagem ao santo nós temos inúmeros exemplos que vão desde eventos em igrejas, a festas,

gincanas, corridas comemorativas, competições esportivas, shows musicais organizado no cais da cidade, entre outros acontecimentos.

Às 07 horas da manhã tem uma missa na Paroquia para iniciar as festividades. Após a cerimônia religiosa, ocorre a procissão marítima pela orla da cidade com a presença de turistas e de pescadores da colônia Z-53[14], da cidade de Raposa. O cortejo costuma sair do porto do Braga e termina no porto do viva Raposa, onde os fiéis desembarcam, passam pela imagem do padroeiro que tem no cais da Raposa e após isso acompanham a imagem do santo, com cânticos e orações até a igreja da cidade, onde uma outra missa ocorre.

Figura 13 - Alunos da escola Jarbas Passarinho em frente a estátua de São Pedro, Raposa-MA

Fonte: Acervo do autor (2024)

Por outro lado, não muito tempo após a chegada da presença católica ao município, a igreja protestante também se estabeleceu na região. Santos (2023) relata que a primeira igreja protestante a chegar foi a Assembleia de Deus, criada em 1958, quando o pastor João Batista Melo pregou o evangelho para os moradores. A primeira pessoa a se converter foi a senhora Dalva Celeste Sabóia, e, após sua decisão, outras pessoas também optaram pela conversão.

[14] A colônia tem origem a partir da Capatazia Z-1, de São Luís do Maranhão, foi criada em meados de 1958 e era um símbolo de união e incentivo dos pescadores locais.

Sobre a fundação da Assembleia de Deus na cidade, a senhora Maria Helena Marques da Silva, em entrevista concedida a Reis (2007), afirma:

> Foi em 1968 na ilha por nome Carcarape, hoje centro do município de Raposa, onde os moradores, depois de comprarem lotes, passaram a fazer suas casas de taipa, que foi iniciada a construção do primeiro templo da Assembleia de Deus em Raposa. Batista Melo, por ser carpinteiro, juntamente com os irmãos Saldanha: José Saldanha, Cosme Saldanha, Francisco Saldanha, José Saldanha e o primo Antônio construíram o templo situado na rua da Glória onde hoje está a residência do irmão Osvaldo Albuquerque, porém devido ao terreno ser muito baixo, em 1970, a casa começou a desmoronar e só as telhas foram aproveitadas. Então, numa pequena Igreja, houve um grande esforço para a compra de um terreno do Sr. Geraldo Marques sito à Avenida Principal, esquina com a Rua da Paz, onde foi construído, em sistema de mutirão, um barracão no qual funcionou a Igreja por um período de dois anos, até que em 1972, com a ajuda do pastor João Batista, o esforçado dirigente Francisco Saldanha, com poucos recursos mas com muita vontade, iniciou rápida construção de um novo templo, e para isso contou com o esforço de toda a sua família, que se empenhou nesta construção e, no dia 29 de setembro do mesmo ano (1972), foi lançada a pedra fundamental do novo templo. (Reis, 2007, p.50)

Assim, a igreja assembleia de Deus foi se firmando na cidade de Raposa e conseguindo mais fiéis com o passar dos anos. Atualmente, o templo cristão possui um evento de grande relevância na região que ocorre no 1º sábado de agosto à segunda 2ª feira de agosto (Santos, 2023). Além da questão religiosa o município possui muitas histórias de crença popular, que em Raposa ainda é algo presente no cotidiano da população, como, por exemplo, não pescar na primeira segunda-feira de agosto, pois acredita-se ser um dia de azar.

Além disso, existem as crenças de cura para as mais diversas doenças que podem acometer os moradores do local. As plantas são usadas no processo como forma de auxilio no processo de cura. Reis (1997) relata que as pessoas se valem, ainda, de diversas práticas empregadas: chás, banhos, emplastros, etc. Sem contar as orações que são feitas durante o processo de cura, que são denominados “bençãos”. É muito comum na região quando uma pessoa está doente, a família solicitar a presença de uma benzedeira para fazer uma unção de cura no enfermo. Por conta disso, há diversas orações direcionadas a santos que buscam ajudar no processo de melhoria da pessoa doente. Conforme veremos a seguir:

a) São Roque – Ferimentos;
b) Santa Luzia – Doença dos olhos;
c) São Sebastião – Peste;
d) Santo Amaro – Diversas doenças;
e) Santa Rita de Cassia ou dos impossíveis – êxito em empreendimentos difíceis. (Reis, 1997, p.120).

Quando a cura é alcançada, a notícia corre rápido no município. E logo acontecem missas de celebração para os santos que fizeram a benfeitoria.

Se, por um lado, a pesca, a religião e as crenças constituem elementos centrais da identidade cultural de Raposa, por outro, as tradições artesanais também desempenham um papel fundamental na preservação dos saberes locais. Entre essas práticas, destaca-se a renda de bilro, uma técnica minuciosa que, assim como a pesca, é transmitida de geração em geração e representa não apenas uma fonte de sustento para muitas famílias, mas também um símbolo de resistência cultural.

Feita com paciência e habilidade, essa arte atravessa os séculos, conectando Raposa a um legado artesanal que remonta às influências portuguesas e se mantém vivo até os dias atuais. Introduzida por mulheres migrantes cearenses a partir da década de 1940, essa prática não apenas complementou o sustento das famílias de pescadores, mas também se tornou uma expressão viva da identidade local. A arte de entrelaçar fios sobre almofadas com o auxílio de bilros e espinhos de mandacaru revela uma complexa relação entre memória, habilidade manual e criatividade. Além de seu valor econômico, a renda de bilros reflete os laços familiares e comunitários que conectam o passado ao presente, sendo hoje reconhecida como patrimônio cultural imaterial da região, por meio da lei 12.242 de 18 de abril de 2024.[15].

Segundo Rios (2015), a renda de bilro começa a ser pratica em Portugal e atinge o seu esplendor entre os séculos XVI e XVII tendo se espalhado pela costa portuguesa. O autor explica que o fato da renda de bilro ter se concentrado, majoritariamente, no litoral português pode ter relação com a pratica de renda de bilro no Brasil também ter acontecido na faixa litorânea do nordeste do País. Visto que, quando as primeiras caravelas chegam da Europa, eles começam a colonização pela região nordeste. Sobre a origem da renda de bilro, Girão (1966 apud Rios, 2015) afirma que "nunca se poderá afirmar, com segurança, o país originário dessa atividade artesanal". No entanto, em relação à sua chegada ao Brasil, a autora aponta que:

> A carência de bibliografia não nos permite apurar quando teve início esse artesanato entre nós. É-nos permitido, porém, afirmar, com relativa segurança, que a renda foi trazida por mulheres portuguesas, vindas com suas famílias da mãe-pátria, onde

[15]Além dessa legislação, no dia 24 de abril de 2024, por meio da lei nº 12.262, com autoria da deputada estadual Fabiana Vilar (PL) fruto de um esforço conjunto com o atual prefeito da cidade, Eudes Barros (PL), a cidade de Raposa foi oficialmente reconhecida como a "terra do artesanato Renda de Bilro". Disponível em: < https://gilbertoleda.com.br/2024/05/17/raposa-renda-de-bilro-e-consagrada-como-patrimonio-cultural-no-maranhao/#:~:text=Raposa%3A%20Renda%20de%20Bilro%20%C3%A9%20consagrada%20como%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20no%20Maranh%C3%A3o,-Publicado%20em%2017&text=O%20governador%20Carlos%20Brand%C3%A3o%20sancionou,Imaterial%20e%20Cultural%20do%20Estado.>. Acesso em 12 fev. 2025.

> tradicionalmente se dedicavam a esse mister. Veio aculturar-se e difundir-se entre nós, nas zonas do litoral e do sertão, e, através da mulher do povo, tornou-se uma "cultura de folk". Em inícios do século XVII, adquiriu essa arte feição nitidamente nacional, que até hoje se conserva e se faz notar pelos nomes dados aos seus diferentes tipos. A região por excelência das rendas de bilros, no Brasil, é o Nordeste, mais particularmente o litoral e o sertão do Ceará. (Girão, 1966 apud Rios, 2015, p.18).

Com a prática da renda de bilro no litoral brasileiro e a migração de cearenses para o Maranhão, conforme já mencionado neste trabalho, a arte de fazer renda chegou ao município de Raposa. Para muitas donas de casa, essa atividade tornou-se uma forma de complementar a renda familiar, enquanto seus maridos enfrentavam a bravura do mar em busca do pescado.

Kopytoff e Appadurai (2010) ao tratar sobre a biografia cultural dos artefatos, que nos ajuda a entender como os objetos percorrem diferentes trajetórias dentro da sociedade, assumindo novos significados ao longo do tempo. No contexto das rendeiras de Raposa, a circulação da renda de bilro está diretamente ligada à história de vida das artesãs, funcionando como um elo entre o passado e o presente. A prática da confecção da renda de bilro não é apenas um meio de sustento, mas também uma forma de transmitir memórias e saberes entre gerações. Cada peça produzida carrega marcas da trajetória de quem a confeccionou, refletindo técnicas, experiências e até mesmo emoções. Assim, ao entrelaçar os fios e manusear os bilros, as rendeiras não apenas criam um artefato material, mas também ressignificam sua identidade e história por meio dessa prática artesanal.

Rosa Sousa da Silva, mais conhecida como dona Rosa, foi uma das primeiras rendeiras a chegar na ilha de Raposa, migrante de Acaraú, ela relata quando foi o seu primeiro contato com a renda de bilro e como era o ensino para as moças de sua família.

> Eu comecei a trabalhar com a renda de bilro desde a idade de sete anos. Minha mãe era rendeira e me ensinou desde pequena. Com sete anos, eu já fazia renda para vender. Comecei nesse trabalho aos sete anos, e minha mãe me ensinou a ser uma rendeira ainda pequenininha. A renda que eu fazia já servia, e minha mãe a levava para vender, assim podíamos comprar as coisinhas para a gente. (dona Rosa, 2024, grifos meus).

De forma semelhante ao que dona Rosa relata, Marilene Marques Moreira, Professora Marilene, atual presidente da associação de rendeiras de Raposa – Bilro de ouro-, relata que:

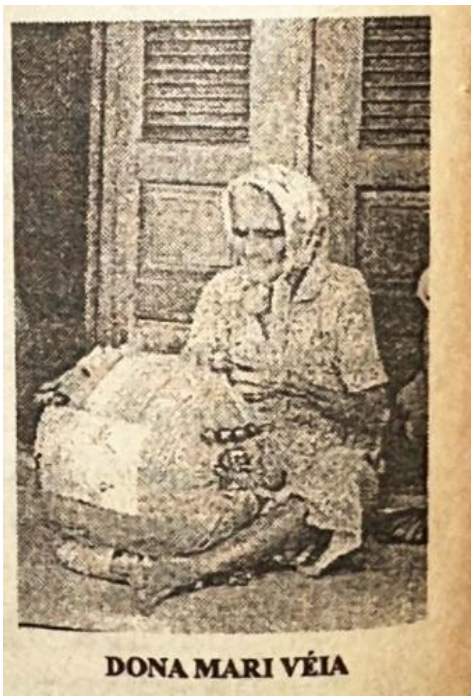
> Eu comecei a trabalhar com a renda de bilro quando tinha entre 7 e 8 anos de idade. Na década de 1970, todas as meninas tinham que aprender a fazer renda. Porque era um complemento financeiro para a família, e isso ainda acontece hoje em dia. Mas, antigamente, nossa renda financeira era muito baixa. Os maridos das nossas mães saíam para pescar, enquanto nós, mulheres, fazíamos a renda, que ajudava a sustentar a família. (Marilene, 2024)

Os relatos de dona Rosa e da professora Marilene demonstram como a renda de bilro se tornou mais do que uma atividade econômica: ela representa um conhecimento passado de

geração em geração, fortalecendo a identidade cultural das mulheres de Raposa. Desde a infância, as meninas aprendiam a técnica como parte de um ciclo de transmissão familiar, recebiam a almofada, e com pouco conhecimento começavam a praticar, às vezes, somente observando como as mais velhas faziam, assegurando a continuidade dessa prática artesanal. Mesmo com as mudanças sociais e econômicas ao longo dos anos, a renda de bilro permanece como um elemento fundamental na vida das rendeiras da cidade.

Dona Rosa relata que ao chegar em Raposa, sendo uma das primeiras moradoras, ela só tinha noticia de uma outra única rendeira que morava nessas terras, sendo essa conhecida por “Mari veia”. Maria Saldanha de Oliveira foi a mais antiga rendeira de Raposa que se tem notícia. Ela começou a fazer renda com cinco anos de idade, arte que aprendeu com a sua irmã mais velha de nome Júlia. José de Ribamar Sousa dos Reis, em uma entrevista que fez com a senhora “Mari veia” obteve a narrativa de toda a sua chegada na cidade de Raposa e de como foi o processo, contando que ela chegou em 1958 com seu marido Pedro Fernandes, assim que chegaram, se estabeleceram na localidade e logo ela retomou o seu oficio na produção de renda, colocando em pratica os saberes que trouxe de Acaraú para Raposa. Veio para o Maranhão fugindo da seca que assolava o nordeste cearense, em busca de melhores condições de vida, estabeleceu-se aqui, onde viveu até o fim de sua vida.

Figura 14 - Registro fotográfico de Dona Mari Véia.



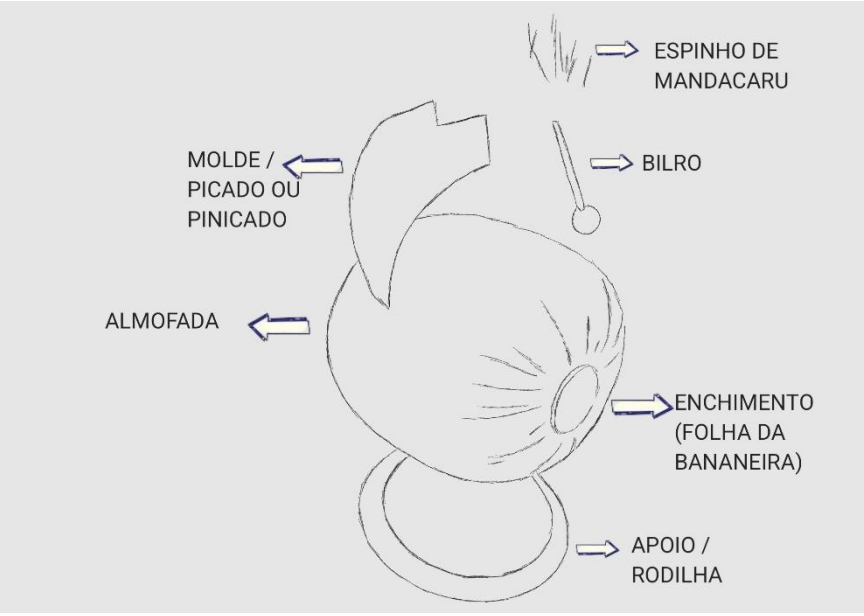
Fonte: Reis (2007)

Para a produção de roupas por meio da renda de bilro, são necessários os manuseios de alguns artefatos. Segundo Mendes (2011, apud Rios, 2015), os artefatos são objetos criados pela ação humana que atendem tanto a necessidades materiais quanto simbólicas. Eles não apenas refletem a cultura e a época em que foram produzidos, mas também fornecem informações sobre quem os fabrica. Isso ocorre porque os artefatos são interpretados e reinterpretados dentro dos processos culturais, adquirindo diferentes significados à medida que circulam entre produção, consumo e uso.

No caso da renda de bilro em Raposa, essa perspectiva nos ajuda a compreender que a renda não é apenas um produto artesanal, mas um artefato carregado de história e identidade. Cada peça produzida pelas rendeiras carrega marcas de sua cultura, técnicas passadas entre gerações e a própria trajetória das artesãs, tornando-se um meio de expressão e preservação da memória local.

Assim, serão apresentados os utensílios que fazem parte da produção de renda de bilro.

Figura 15 - Materiais utilizados pelas rendeiras



Fonte: Autoria própria, adaptado Rios (2015)

Figura 16 - Almofada montada com os materiais usados pelas rendeiras.

Fonte: Acervo do autor (2024).

Nas imagens, podemos observar a almofada, que na maioria das vezes é cheia com palha da banana até o ponto onde ela fique preenchida o suficiente para a produção de peças, algumas rendeiras colocam pedras dentro da almofada, para aumentar o peso e a estabilidade na hora da confecção. Os bilros são feitos com tucum, ou coco de tucum – como conhecido por algumas pessoas- sendo perfurado ao meio onde é enfiado um pequeno pedaço de madeira, e tem a rodilha: base que segura a almofada, feita também com palha da bananeira e revestida com tecido para aumentar sua durabilidade. Além disso, o tamanho da rodilha é proporcional ao tamanho da almofada da rendeira. O diâmetro da almofada costuma ser padrão, praticamente todas tem o mesmo. Algumas vezes a almofada e a quantidade de bilros é maior por conta do tamanho da peça a ser feita conforme relata Marilene (2024):

> Primeiramente, fixamos o espinho no ponto inicial e aí vamos colocando mais bilros e fazendo os traçados. A quantidade de bilros não é exata. Por exemplo, se vou fazer uma camiseta, quanto mais larga a peça, mais bilros preciso. Então, enquanto a peça pede mais bilros, eu vou colocando. Depois, começo a fazer a peça por completo. (Marilene, 2024, grifos meus.)

Figura 17 - Almofada mais larga com mais de 100 bilros

Fonte: Acervo do autor (2024)

As linhas utilizadas são, preferencialmente, de alta qualidade, como Cléa ou Anne, marcas preferidas das rendeiras e também amplamente empregadas na arte do crochê. Os espinhos são utilizados para fixar a linha ao papelão, onde são desenhados os padrões que as rendeiras seguem, conhecidos como "pinicados" ou "picado". Os pontos marcados no picado indicam os locais onde os espinhos devem ser inseridos, permitindo que o contorno do desenho seja formado com a linha e os bilros. Esse processo meticuloso resulta na confecção de peças de vestuário e outros itens, que são comercializados pelas rendeiras na cidade de Raposa. Ao serem questionadas sobre trocar os espinhos por agulhas, as rendeiras presentes na associação revelaram não pretendem fazer isso por medo de se machucarem e por já terem adquirido a prática no manuseio do espinho.

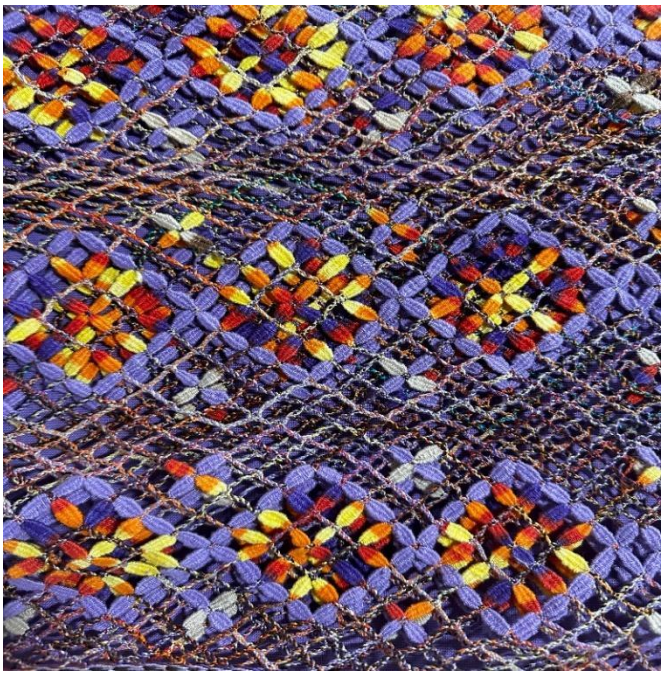
Para que a peça comece a ganhar forma, é essencial que a rendeira domine os chamados “pontos da renda”, os pontos são os “laços” que a rendeira dá com a linha, que aos poucos vão dando forma a peça de roupa. O primeiro e fundamental ponto é o "trocado", a partir do qual são elaborados diversos outros tipos de pontos. Entre os mais conhecidos estão: trocado, meio trocado, trança, traça e charita. Conforme o relato de dona Rosa, aprender a fazer o trocado é o primeiro passo no processo de aprendizagem da renda de bilro, sendo a base para a construção dos demais padrões e desenhos.

A gente não tinha nem almofadinha, mas já colocava, com essa idade de três ou quatro anos, quatro bilros na almofada da mamãe e ia brincando com eles. Nessa brincadeira, a gente foi desenvolvendo, olhando a mão da mamãe. Aprendemos a fazer o trocado, porque a primeira coisa era aprender a fazer o trocado da renda. E, para a mamãe ensinar, ela não se preocupava, porque, eu falo por mim e pelas minhas irmãs, foi a mesma coisa. Aprendemos a fazer só observando a mamãe. Quando ela viu que a gente já tinha aprendido a fazer o trocado e que já fazia uma rendinha sem traça, ela se admirou. Aí, ela se entusiasmou e colocou para eu fazer uma rendinha mais séria, assim, com uma tracinha. E então ela ensinou de verdade, sabe? "Faça a traça, a trança, o trocado inteiro, meio trocado, a charita." E assim foi. (dona Rosa, 2024, grifos meus).

Figura 18 - Blusa feita com ponto Trança

Fonte: Acervo do autor (2024)

Figura 19 - Ponto trança



Fonte: Acervo do autor (2024)

Cada ponto recebe um nome baseado com a semelhança de algo que as rendeiras conhecem. O ponto trança recebe esse nome pela sua similitude com uma trança de cabelo. Já o ponto traça tem esse nome, pois segundo as rendeiras ele lembra uma traça (o inseto).

Figura 20 - Blusa "saída de praia" confeccionada com ponto traça

Fonte: Acervo do autor (2024)

Aa vinda de rendeiras do Ceará para a cidade de Raposa ocasionou, ao passar dos anos, uma mudança entre a renda feita em Raposa e Acaraú. Segundo Marilene, pode até haver diferenças, mas não se perde a essência nas produções da renda.

> Tem diferença. O tipo do ponto, às vezes, pode ser o mesmo, mas o modo de fazer é diferenciado. Tem mais o aconchego, por exemplo, uma traça tem umas (rendas) fininhas, outras mais com gordinhas. O ponto pode até ser igual, mas o fazer é diferenciado. (Marilene, 2024)

Com o tempo, em busca de melhorias e melhor efetividade nas fabricações das rendas feitas com bilro na região, as rendeiras se organizaram e decidiram criar, no ano de 1988, a associação das rendeiras de Raposa Bilros de Ouro. Na época, a líder das rendeiras era a dona Rosa e ela foi uma das maiores entusiastas na construção da associação. Por motivos pessoais, ela não quis relatar, numa entrevista para a produção deste trabalho, como foi o processo do surgimento da associação. Mas na revista: A Biana (2007) ela relata o seguinte:

> "A associação de Rendeiras da Praia de Raposa foi fundada baseada em uma curiosidade minha, no sentido de melhorar o mercado de vendas de renda aqui

> produzidas. Só que até agora os resultados não têm sido muito positivos. Consegui junto à Primeira-Dama do Estado uma ajuda, tanto financeira, individualmente, para cada associada cadastrada. O valor, como se fosse hoje, uns R$ 800,00 (Oitocentos reais). Para mim foi bastante válido, por exemplo, investi o que recebi, e até hoje estou no ramo... A decadência do comercio de renda, acredito que foi por falta de motivação da maior parte de minhas colegas. (dona Rosa apud Reis, 2007, p.23)

Figura 21 - Associação das rendeiras de Raposa.

Fonte: Acervo do autor (2024)

A criação da associação foi uma forma das rendeiras se juntarem e se organizarem em busca de valorização de um reconhecimento além de buscarem uma maior fabricação de rendas com a ideia de criar uma cadeia produtiva de fabricação. Somado a isso, o espaço serviria para comercializar os produtos fabricados e ensinar novas pessoas interessadas em aprender o oficio da renda de bilro. Localizada na Rua da Lavanderia, Nº 259, na área central de Raposa, o espaço foi cedido pela prefeitura e desde então é ocupado pelas rendeiras.

Ao entrar na associação, o visitante sempre vai ter presença de rendeiras fazendo renda no espaço e observar manequins e estantes com peças de roupas para vender. Além da associação das rendeiras, Raposa conta também com a rua principal do município, popularmente conhecida por “corredor das rendeiras” onde é possível encontrar várias lojas que comercializam vestimentas feitas por renda de bilro, e na porta das lojas é possível encontrar as donas do estabelecimento praticando a arte.

Atualmente, iniciativas como a Associação Bilro de Ouro buscam preservar essa tradição, promovendo oficinas e incentivando o reconhecimento da renda como um patrimônio

cultural. Dessa forma, além de ser uma fonte de renda, a renda de bilro reafirma a história e a identidade das mulheres rendeiras de Raposa, tornando-se um símbolo da resistência e da força do trabalho feminino no município.

A tradição rendeira, transmitida de geração em geração, não apenas fortaleceu laços comunitários, mas também garantiu uma fonte de sustento para muitas famílias. A criação da associação das rendeiras e a existência do "corredor das rendeiras" demonstram como essa prática se mantém viva e essencial para a economia local. Dessa forma, a história de Raposa é um testemunho das interações entre diferentes povos e práticas culturais que, ao longo dos anos, se entrelaçaram para formar a identidade única do município. O patrimônio cultural, materializado tanto na arte da renda de bilro quanto em outras manifestações culturais, reflete a riqueza de um povo que, apesar das mudanças e desafios, preserva suas tradições e continua a construir sua própria história.

3 DA TEORIA À PRÁTICA: O ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DO ROTEIRO DE ATIVIDADES NA CIDADE DE RAPOSA.

Ao longo desta dissertação, já foi discutido como o currículo tradicional de História, fortemente influenciado por uma perspectiva eurocêntrica e elitista, tende a restringir a abordagem de conteúdos que valorizam a diversidade cultural e a memória social de comunidades locais. Esse modelo curricular privilegia uma narrativa linear e centrada em grandes eventos e personagens, muitas vezes desconsiderando a história de grupos marginalizados e as dinâmicas culturais que moldam a identidade de diferentes territórios.

Nesse contexto, a educação patrimonial se apresenta como uma ferramenta fundamental para ressignificar o ensino de História, promovendo a construção de uma consciência histórica mais crítica e plural. Através do contato com os bens culturais e a memória coletiva, os alunos têm a oportunidade de reconhecer-se enquanto sujeitos históricos, compreendendo que o passado não está distante ou restrito a livros e documentos oficiais, mas se manifesta nos espaços que ocupam, nas práticas culturais que vivenciam e nas tradições que constroem sua identidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) enfatizam a importância de um ensino de História que estejam diretamente conectados à experiência cotidiana dos alunos. De acordo com suas diretrizes, é fundamental que os estudantes desenvolvam a capacidade de compreender a historicidade das diferentes realidades sociais, reconhecendo as múltiplas temporalidades e perspectivas que compõem a construção do passado em diálogo com as demais Ciências Humanas. A educação patrimonial, nesse sentido, favorece uma abordagem interdisciplinar e dinâmica, permitindo que o ensino de História se aproxime das vivências concretas dos alunos e fortaleça o vínculo entre a escola e a comunidade.

> O diálogo da História com as demais Ciências Humanas tem favorecido, por outro lado, estudos de diferentes problemáticas contemporâneas em suas dimensões temporais. Por meio de trabalhos interdisciplinares, novos conteúdos podem ser considerados em perspectiva histórica, como no caso da apropriação, atuação, transformação e representação da natureza pelas culturas, da relação entre trabalho e tecnologia e das políticas públicas de saúde com as práticas sociais, além da especificidade cultural de povos e das inter-relações, diversidade e pluralidade de valores, práticas sociais, memórias e histórias de grupos étnicos, de sexo e de idade. (Brasil, 1998, p.33)

Ademais, conforme apontado nos PCNs, como parte dos objetivos gerais da disciplina de história, espera-se que no decorrer do ensino fundamental, o aluno consiga reconhecer que o saber histórico é parte de um conhecimento interdisciplinar e, com isso, ele tenha a

compreensão de que histórias individuais são tão importantes quanto as coletivas, valorizando e respeitando o patrimônio socio cultural e a diversidade social.

Assim, no município de Raposa-MA, a educação patrimonial assume um papel fundamental no despertar da consciência histórica dos alunos, uma vez que a história local está profundamente entrelaçada às práticas culturais e ao modo de vida da população. As atividades pesqueiras, o artesanato e as tradições religiosas são elementos essenciais dessa identidade, mas sua ausência no ensino formal pode levar ao distanciamento dos alunos em relação ao próprio território. Isso dificulta a construção de um senso de pertencimento e a valorização de sua herança cultural, comprometendo a formação de uma identidade coletiva enraizada no reconhecimento da história e das tradições locais.

Diante disso, este capítulo se propõe a discutir a importância da educação patrimonial como estratégia para o ensino de História, evidenciando como sua aplicação pode contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica crítica dos alunos. Além disso, será demonstrado a prática pedagógica utilizada para articular os conhecimentos históricos com o patrimônio cultural do município de Raposa-MA, promovendo uma aprendizagem significativa e socialmente contextualizada.

Os espaços urbanos são elementos fundamentais na construção da identidade histórica e da memória coletiva de uma comunidade. No entanto, muitos de seus aspectos, sejam eles materiais ou imateriais, têm sido gradativamente esquecidos ou ignorados. Nesse sentido, a implementação de projetos didáticos que explorem a maneira como os alunos percebem e interpretam as transformações do ambiente urbano torna-se uma estratégia essencial para o ensino de conceitos como cultura e patrimônio, uma vez que muitos aspectos culturais podem cair no esquecimento da sociedade.

> Os diversos lugares, construções e monumentos que compõem o centro urbano de nossas cidades, permitem-nos ver e refletir sobre certos elementos tangíveis e/ou intangíveis, “visíveis e/ou invisíveis” que constituem a identidade histórica de nosso entorno, nossa comunidade, nossa memória e que com o passar do tempo, não estão sendo lidos, mas sim, sendo esquecidos ou passam despercebidos. (Pesavento, 2007, apud Neto, 2015, p.75)

Essa abordagem não apenas possibilita a construção de um sentimento de pertencimento em relação ao território, mas também contribui para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na preservação e transformação dos espaços que habitam, compreendendo a cidade como um "texto" que pode ser constantemente lido, interpretado e ressignificado por meio das práticas e ações da sociedade. Diante disso, torna-se essencial

que a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), em parceria com as escolas do município, desenvolva iniciativas que integrem a educação patrimonial ao currículo escolar, garantindo que os alunos tenham acesso a um ensino que valorize a história local e promova uma consciência crítica sobre o patrimônio cultural e sua preservação.

A SEMED desempenha um papel fundamental na garantia do direito à educação e no fortalecimento do ensino público no município. Criada juntamente com a emancipação da cidade, o órgão tem sido responsável por implementar políticas educacionais que visam à democratização do acesso ao ensino, à melhoria da infraestrutura escolar e à qualificação dos profissionais da educação. Ao longo dos anos, observa-se uma ampliação significativa da rede municipal de ensino, refletindo não apenas o crescimento populacional, mas também os esforços contínuos da administração pública para atender às demandas educacionais da região.

Atualmente, a cidade conta com 23 unidades escolares distribuídas entre a zona urbana e rural, atendendo um total de 5.376 alunos. Esses números evidenciam a expansão do sistema educacional e a necessidade de investimentos constantes na manutenção das escolas, na formação docente e no desenvolvimento de metodologias que tornem o ensino mais significativo para os estudantes.

A tabela a seguir apresenta um panorama quantitativo da rede municipal de ensino, demonstrando a distribuição dos alunos e das escolas no município de Raposa:

Tabela 1: Quantitativo de escolas e alunos matriculados no município de Raposa.

ESCOLA	**QUANTITATIVO DE ALUNOS**
U.E Manoel Batista – Centro	**11**
J. I Luís Flávio Brito	**73**
J.I Manoel Moreira	**87**
J. I O Pescador	**143**
U. I Sarney Filho	**726**
U. E Manoel Batista	**221**
U. E Socorro Magalhães	**132**
U. E Marcone Caldas	**387**
U. E São Joaquim	**145**
U. I Criança Esperança	**636**
J. I Criança Esperança	**177**

Creche Escola Cidade de Raposa	**136**
U. E Vila Nova	**273**
U. I Santo Antônio	**119**
Creche Escola Cantinho do Saber	**126**
U. E Henrique de La Roque	**187**
U. E José Lisboa	**508**
U. E Rural Boa Esperança	**142**
U. I Jarbas Passarinho	**288**
U. E Nova Araçagi	**174**
U. E Vila São João	**154**
U. I Profª. Maria Rosa Reis Trindade	**558**
Creche Escola Recanto dos Poetas	**33**

Fonte: Semed (2024)

Diante desse panorama educacional, torna-se essencial compreender como as políticas públicas e as diretrizes pedagógicas se materializam no cotidiano escolar. Para isso, a pesquisa foi direcionada para uma análise específica dentro da rede municipal de ensino, buscando compreender, a partir de uma unidade escolar, de que maneira os alunos vivenciam o ensino de História e a educação patrimonial. A escolha da escola investigada levou em consideração sua relevância na formação educacional da comunidade, sua inserção no contexto sociocultural do município e, especialmente, o fato de ser a instituição onde atuo como professor, permitindo uma análise mais aprofundada da realidade escolar e das práticas pedagógicas desenvolvidas.

A instituição que ocorreu a pesquisa foi na Unidade Integrada Jarbas Passarinho, que fica localizada na estrada da Raposa, no bairro do Araçagi. O nome da instituição de ensino é em homenagem a Jarbas Passarinho que foi um militar, senador da república pelo Estado do Pará e ocupou os cargos de ministro do trabalho, previdência social, justiça e educação durante o período de ditadura militar, além de ser o responsável pelo formulário ortográfico de 1943, sendo esse uma reforma ortográfica anterior a que ocorreu em 1990.

Figura 22 - Fachada da escola Jarbas Passarinho

Fonte: Acervo do autor (2024)

A escola teve, no ano de 2024, 288 alunos matriculados, sendo aproximadamente 95% oriundos de famílias de baixa renda. Sua estrutura conta com uma sala de direção e coordenação, uma sala dos professores com banheiro, um pátio utilizado para palestras e atividades pedagógicas, além de uma cozinha com refeitório para os alunos. As cinco salas de aula são equipadas com quadros para escrita com pincel e climatizadas, o que contribui para amenizar as altas temperaturas do verão no município.

Figura 23 - A esquerda, visão interna da entrada da escola. A direita, refeitório e cozinha ao fundo

Fonte: Acervo do autor (2024)

No entanto, em comparação com outras escolas da cidade, a instituição enfrenta desafios estruturais significativos, como a ausência de uma quadra poliesportiva para a prática

de esportes, de um auditório para eventos e atividades culturais, de uma biblioteca e de uma sala de informática — elementos fundamentais para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e proporcionar um ambiente escolar mais completo.

Devido ao regime de ensino integral, a escola oferece lanche para todos os alunos e almoço para aqueles que permanecem no contraturno, sendo a alimentação supervisionada por nutricionistas da SEMED. A organização do ensino fundamental II é adaptada à quantidade limitada de salas de aula, funcionando da seguinte forma: no turno matutino, há três turmas do sexto ano e duas do sétimo ano; no período vespertino, há duas turmas do oitavo ano e três turmas do nono ano.

3.1 A METODOLOGIA PARA A APLICAÇÃO DA ATIVIDADE.

Por ser uma escola de pequeno porte e diante das limitações orçamentárias da SEMED do município, a implementação do projeto exigiu adaptações metodológicas para garantir sua viabilidade. Inicialmente idealizado para ser aplicado com turmas do oitavo e nono ano, o projeto “Conhecendo o Meu Município” precisou ser ajustado, sendo desenvolvido integralmente apenas com os alunos do nono ano. Essa decisão se deu pela necessidade de um aprofundamento maior nos conteúdos abordados, considerando a maturidade cognitiva e o nível de aprendizado esperado para essa etapa do ensino fundamental.

A interdisciplinaridade foi um fator essencial para ampliar as possibilidades de abordagem do tema, permitindo que os estudantes construíssem um conhecimento mais amplo sobre o município, compreendendo sua formação histórica, características geográficas e expressões culturais por meio da análise textual e da produção escrita.

A metodologia utilizada no projeto foi fundamentada em um plano de aula estruturado, detalhando todas as etapas da atividade, desde o diagnóstico inicial do conhecimento dos alunos sobre a história e patrimônio local até as práticas pedagógicas adotadas para estimular sua participação ativa. A abordagem incluiu momentos expositivos, atividades práticas e saídas de campo, promovendo um ensino dinâmico e significativo. Além disso, diante das dificuldades estruturais da escola e da falta de alguns recursos, foi necessário recorrer a materiais didáticos alternativos e estratégias pedagógicas diferenciadas, tornando a experiência mais acessível e eficiente para os estudantes.

Dessa forma, o projeto não apenas ampliou o repertório cultural dos alunos, como também contribuiu para o desenvolvimento do senso de pertencimento e valorização da história local, incentivando-os a refletirem sobre sua identidade e o papel da comunidade na preservação do patrimônio de Raposa-MA.

3.2 O PLANO DE AULA

O planejamento pedagógico é um elemento essencial para a organização das práticas docentes, possibilitando uma abordagem estruturada e coerente com os objetivos de ensino. No contexto deste projeto, a elaboração de um plano de aula tornou-se indispensável para garantir que as atividades fossem aplicadas de maneira eficiente e articulada com as diretrizes educacionais vigentes. Nesse contexto, o plano de aula orientou a aplicação do projeto "Conhecendo o meu município", fornecendo um direcionamento metodológico fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

O planejamento foi elaborado levando em consideração as especificidades da Unidade Integrada Jarbas Passarinho e a realidade da Semed de Raposa-MA, que dispõe de recursos limitados para atividades extraclasse. Dessa forma, foi necessário adaptar algumas estratégias metodológicas, priorizando recursos acessíveis e atividades que valorizassem a participação ativa dos alunos no processo de ensino e aprendizagem.

O plano de aula teve como objetivo principal desenvolver a consciência histórica e patrimonial dos estudantes, estimulando a valorização da história local e o reconhecimento de Raposa-MA como um espaço de memórias, tradições e identidade coletiva. Para isso, sua aplicação completa ocorreu, conforme já mencionado, com as três turmas de 9º ano (A, B e C), totalizando a participação de 58 alunos e o envolvimento interdisciplinar de três componentes curriculares: História, Geografia e Língua Portuguesa. Todavia, neste trabalho será dada atenção a parte do plano de aula apenas da disciplina de história.

No contexto da educação patrimonial, por exemplo, o planejamento didático se torna ainda mais relevante, pois orienta o professor na articulação entre teoria e prática, proporcionando aos alunos uma experiência concreta e reflexiva sobre a história e a cultura local, alinhando às diretrizes curriculares à realidade dos estudantes fortalecendo o ensino e ampliando as possibilidades de aprendizagem.

A BNCC (Brasil, 2018) enfatiza a necessidade de um ensino que relacione o conhecimento histórico com as experiências concretas dos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa e crítica. Assim, o plano de ensino foi estruturado a partir de eixos fundamentais, contemplando:

1. Objetivos Gerais e Específicos: Compreender a formação histórica do município de Raposa-MA, valorizar a memória coletiva, refletir sobre a importância do patrimônio cultural e estimular o senso de pertencimento à comunidade local.
2. Conteúdos Abordados: História da cidade de Raposa-MA, patrimônio material e imaterial, identidade cultural e memória social.
3. Metodologia: Exposição dialogada sobre a história do município, análise de documentos históricos e mapas, trabalho com fontes orais (relatos de moradores mais antigos), visita a pontos históricos da cidade e produção de textos reflexivos sobre a experiência vivida.
4. Recursos Didáticos: Livros didáticos sobre Raposa, e outros livros como a Biana, do escritor Reis (2007), além de registros fotográficos, vídeos documentais e entrevistas.
5. Avaliação: Reflexão escrita sobre a experiência da atividade, debates em grupo e produção de um mural temático com registros históricos e impressões dos alunos sobre a cidade.

A justificativa pedagógica deste plano de aula encontra respaldo em diversas normativas educacionais. A BNCC, por exemplo, como já mencionado neste trabalho, destaca a importância do ensino de História para a construção da identidade dos sujeitos e para o desenvolvimento da percepção crítica sobre a sociedade. As competências gerais da BNCC (Brasil, 2018) reforçam o papel da educação na promoção do pensamento crítico, da valorização do patrimônio cultural e do reconhecimento da diversidade histórica e social do Brasil. Além disso, a LDB (Lei nº 9.394/1996) estabelece a necessidade de um ensino pautado na interdisciplinaridade, promovendo a integração dos conhecimentos e o desenvolvimento das habilidades necessárias para a formação cidadã.

Embora o documento não utilize explicitamente o termo "interdisciplinaridade". A lei orienta que a educação deve promover a integração entre conhecimentos, habilidades e valores éticos, visando uma formação integral do estudante. Bom exemplo disso são os artigos 2º e 26º que mostra que a LDB define que a educação deve "formar para o exercício da cidadania" e "qualificar para o trabalho", indicando a necessidade de uma abordagem que vá além da fragmentação disciplinar, integrando conhecimentos teóricos e práticos:

> Art. 2. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996, p.8).

O caput do artigo 26º trata sobre currículo e diversificação desse documento para a realidade do aluno, o que demonstra que a lei prevê que os currículos devem ter uma base nacional comum e uma parte adaptada às realidades locais. Essa estrutura incentiva a articulação entre diferentes áreas do conhecimento.

> Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Brasil, 1996, p.21).

Além da LDB, políticas públicas como O PNDE (Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação) desempenham um papel fundamental na viabilização dos recursos necessários para a implementação de práticas pedagógicas mais dinâmicas. O uso de veículos adquiridos por recursos do PNDE, por exemplo, contribui para garantir que os alunos possam exercer seu direito constitucional de ir e vir para a escola, em uma realidade onde muitos não conseguiriam ir até as instituições de ensino por outros meios de locomoção.

Por meio dessa estrutura, o plano de aula buscou não apenas favorecer a construção de uma consciência histórica nos estudantes, mas também ampliar sua compreensão sobre o papel ativo que desempenham na preservação da memória e do patrimônio de sua comunidade. Dessa forma, a atividade proposta reforça a importância de um ensino de História que vá além da transmissão de conteúdo, permitindo que os alunos compreendam e ressignifiquem a realidade em que estão inseridos.

3.3 O ROTEIRO DE ATIVIDADE POR MEIO DO PROJETO “CONHECENDO O MEU MUNICÍPIO”

A implementação do projeto “Conhecendo o Meu Município” foi estruturada em três etapas principais: aulas teóricas, atividades práticas e lúdicas e um momento avaliativo onde os alunos precisam colocar em pratica os conhecimentos aprendidos durante o projeto, visando articular conhecimento histórico, experiência concreta e valorização do patrimônio local. O projeto buscou proporcionar aos alunos uma imersão na história e cultura de Raposa-MA,

possibilitando a construção de uma consciência histórica mais aprofundada e um maior senso de pertencimento à comunidade.

3.3.1 AULAS TEÓRICAS

As aulas teóricas tiveram como objetivo introduzir os conceitos fundamentais sobre história local, patrimônio material e imaterial, memória social e identidade cultural, utilizando diferentes metodologias para favorecer a aprendizagem significativa a exemplo das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação). Já as atividades práticas e lúdicas foram voltadas para a interação dos estudantes com os espaços históricos e culturais do município, permitindo que eles observassem, analisassem e refletissem sobre a relação entre o passado e o presente.

Figura 24 - Aula teórica sobre educação patrimonial para os alunos.

Fonte: Acervo do autor (2024)

O uso das TICs no ensino de História tem se mostrado uma ferramenta essencial para potencializar o aprendizado dos alunos, tornando as aulas mais dinâmicas, interativas e acessíveis. No contexto do projeto "Conhecendo o Meu Município", os recursos tecnológicos desempenharam um papel fundamental ao possibilitar uma abordagem diferenciada, que combinou textos, imagens, vídeos e mapas online para enriquecer a compreensão dos conteúdos trabalhados.

A utilização de slides, plataformas digitais e recursos audiovisuais auxiliou na ilustração de conceitos como patrimônio material e imaterial, memória social e identidade cultural, permitindo que os estudantes visualizassem e analisassem elementos históricos e culturais de Raposa-MA com maior clareza. Além disso, o uso das TICs possibilitou a construção de um ambiente de aprendizagem mais participativo, estimulando o interesse e a curiosidade dos alunos por meio da interação com diferentes mídias.

As TICs, segundo Castells (1999) é a característica mais importante no processo da multimidia pois:

> [...]capta em seu domínio a maioria das expressões culturais de uma sociedade. Seu advento é equivalente ao fim da separação e até da distinção entre mídia audiovisual e mídia impressa, cultura popular e cultura erudita, entretenimento e informação, educação e persuasão. Todas as expressões culturais, da pior à melhor, da mais elitista à mais popular, vêm juntas nesse universo digital que liga, em um supertexto histórico gigantesco, as manifestações passadas, presentes e futuras da mente comunicativa. Com isso elas constroem um novo ambiente simbólico. Fazem da virtualidade nossa realidade (CASTELLS, 1999, p.394).

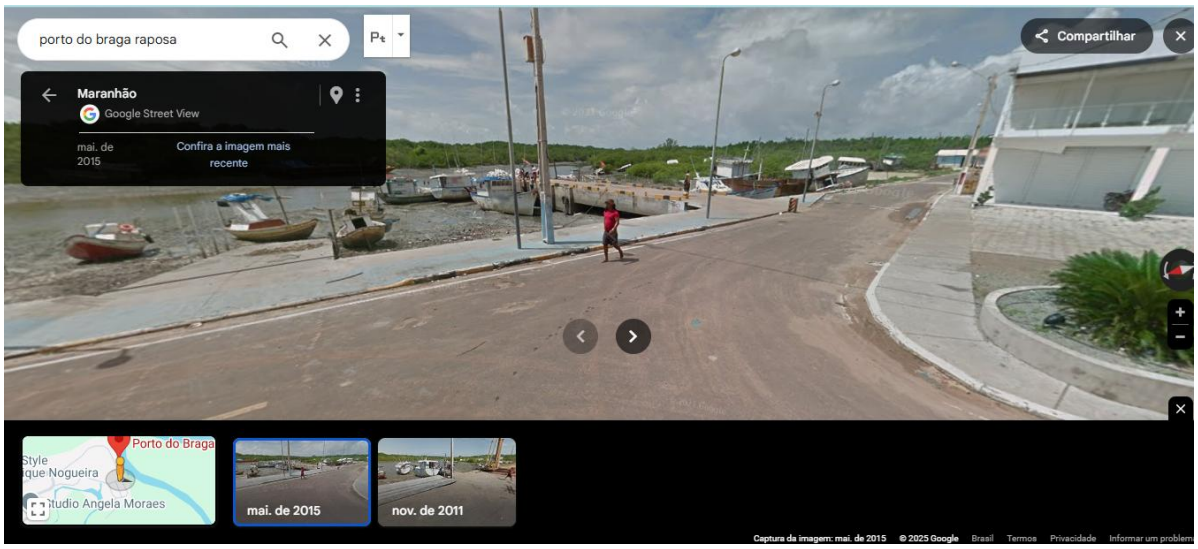
A partir dessa perspectiva, é possível perceber como o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no ensino de História amplia as possibilidades de construção do conhecimento. Ao integrar diferentes mídias, essas ferramentas favorecem a compreensão de conceitos como patrimônio material e imaterial, memória social e identidade cultural, permitindo que os alunos tenham contato com uma diversidade de fontes históricas e culturais.

No contexto do município de Raposa-MA, essa abordagem se torna especialmente relevante, pois possibilita que os estudantes analisem e valorizem as manifestações culturais locais por meio de recursos audiovisuais, plataformas digitais e interações multimídia. Dessa forma, a multimídia não apenas facilita a visualização de elementos históricos, mas também potencializa o engajamento dos alunos ao proporcionar uma experiência de aprendizado mais interativa e dinâmica.

Durante as aulas, o uso de ferramentas digitais, como o Google Maps, possibilitou a demonstração de diversos tipos de patrimônios culturais ao redor do mundo, permitindo que os alunos observassem as transformações que esses locais sofreram ao longo do tempo por meio das atualizações via satélite do aplicativo. No contexto local, um exemplo significativo foi a análise do Porto do Braga, no município de Raposa-MA. Através dessa ferramenta, os estudantes puderam visualizar sua estrutura antes e depois das reformas realizadas pelos órgãos públicos. Conforme veremos na figura 24, onde a ferramenta disponibiliza duas imagens de

satélite, a primeira do ano de 2011 e a segunda no ano de 2015 e na figura 25 os alunos, no ano de 2024, visitando o cais do porto já reformado.

Figura 25 - Print google maps Porto do Braga, Raposa-MA



Fonte: Google Maps

Figura 26 - Alunos no porto do Braga pós reforma ocorrida no Cais

Fonte: Acervo do autor (2024)

Nesse sentido, o uso das TICs no ensino de História não se limita à ilustração dos conteúdos, mas atua como um meio de transformação da aprendizagem. A interatividade proporcionada por essas ferramentas permite que os alunos explorem diferentes perspectivas históricas, estabeleçam conexões entre o passado e o presente e desenvolvam uma compreensão

mais aprofundada de sua identidade cultural. Assim, a virtualidade se torna parte da realidade educacional, promovendo um ambiente de ensino mais dinâmico, inclusivo e significativo.

Ademais, o uso dessas ferramentas foi fundamental para o planejamento e organização da visita pedagógica. O mapeamento prévio do roteiro permitiu que os alunos conhecessem antecipadamente os locais que seriam visitados e compreendessem a importância de cada um deles no estudo do patrimônio e da memória local. Essa abordagem não apenas otimizou a experiência da visita, mas também despertou maior interesse e envolvimento por parte dos estudantes, que puderam explorar o ambiente de maneira mais consciente e direcionada.

3.3.2 Aula Prática

Diante dessas considerações, a elaboração do roteiro da visita pedagógica foi planejada de forma colaborativa, envolvendo ativamente os alunos no processo de escolha dos locais a serem explorados. Na construção do roteiro foi necessário considerar não apenas a relevância dos locais que seriam visitados, mas também a logística do transporte e o tempo disponível para o passeio. O município possui três de ônibus de transporte escolar que fazem as rotas na cidade para buscar e levar alunos às vinte e três escolas. O horário de entrada nas instituições de ensino, no turno vespertino, é as 13:20 com as aulas iniciando as 13:30 e o termino destas é as 17:30.

Sendo assim, por meio de oficio enviado a SEMED, foi disponibilizado um ônibus da frota de Raposa para o translado dos alunos para a atividade. Assim, foi necessário aguardar o transporte disponibilizado para o passeio terminar o seu itinerário do início da tarde para que ele se dirigisse até a escola. Ademais, a atividade extraclasse só poderia se estender até as 17:00, pois o ônibus precisaria retornar para a garagem para ficar disponível para a rota dos alunos e buscá-los nas instituições de ensino às 17:30.

Com isso, um dos maiores desafios foi fazer um passeio de aproximadamente 3 horas, contando o tempo de deslocamento até os locais e a volta para a escola e vários locais para visitação. Levando em conta as limitações já citadas, buscou-se construir um itinerário que equilibrasse acessibilidade e relevância histórica, garantindo que os estudantes pudessem vivenciar, na prática, os conceitos discutidos em sala de aula. O passeio ocorreu no dia 25 de setembro de 2024, numa quarta-feira, único dia que os professores de história, geografia e português estavam juntos na escola e poderiam acompanhar os alunos na atividade.

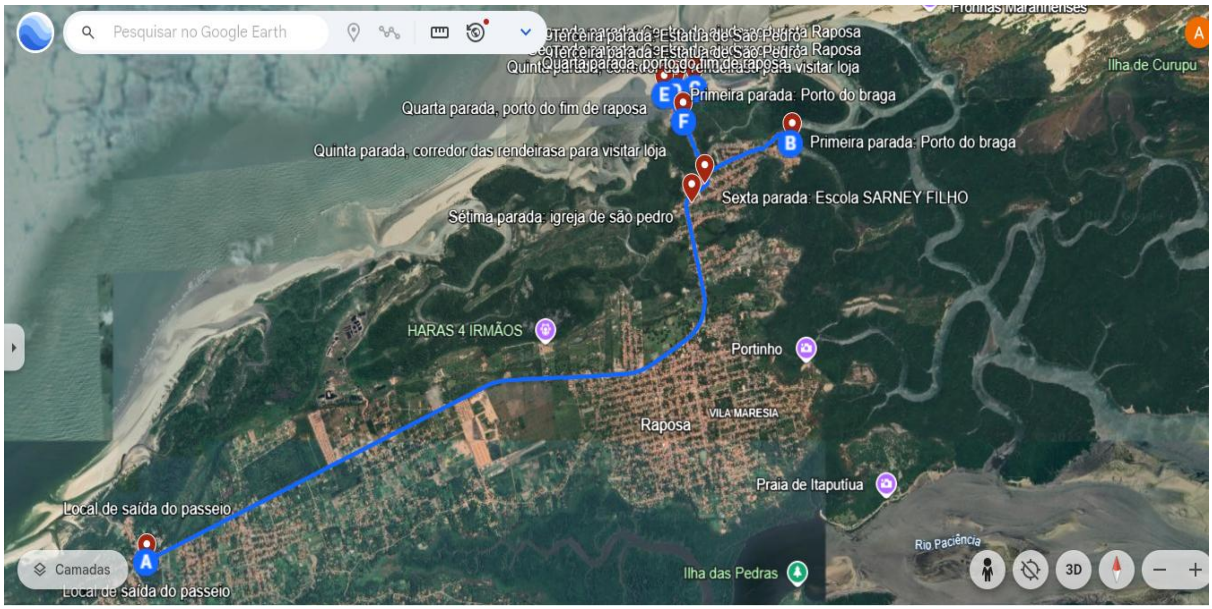
A ideia inicial era que o passeio tivesse 12 paradas para visitação: Porto do Braga, Ponta da praia de raposa, onde se tem acesso ao mar e a algumas dunas da região, Viva de Raposa, Estatua de São Pedro, Porto do fim de Raposa, corredor das rendeiras com visitação à, pelo menos, duas lojas de renda, praça chico noca, localizada no centro de Raposa, associação das rendeiras bilros de ouro, escola Sarney Filho, para os alunos conhecerem uma oficina de renda de bilro que ocorre no local e para finalizar, a paroquia São Pedro. Todavia, por conta das limitações já citadas no trabalho não foi possível a visitação à praça Chico Noca, a praia de Raposa, às duas lojas de renda de bilro – apenas uma foi visitada – e à associação das rendeiras bilro de ouro. Esses locais foram visitados pelo uso de ferramentas TICs, como *google maps*, vídeos no *youtube* sobre o local e o *google Earth*.

Sendo assim, os oito pontos visitados por ordem foram: Porto do Braga; Viva Raposa; Centro de Acolhimento ao Turista; Estatua de São Pedro, Porto do Fim de Raposa; Corredor das Rendeiras; Escola Sarney Filho, Paróquia São Pedro Apostolo.

Como a escola não está localizada no centro de Raposa, foi necessário um deslocamento de aproximadamente nove quilômetros, de acordo com o Google Maps, até o primeiro destino: o Porto do Braga. O município possui mais de cinco portos, mas a escolha desse local se deu por sua proximidade em relação à escola, tornando-o um dos primeiros pontos viáveis para visitação. Além disso, trata-se de um dos portos mais antigos de Raposa, com acesso ao manguezal e aos braços de rios, funcionando como ponto de ancoragem para diversas embarcações dos pescadores locais.

Outro fator determinante para a escolha do Porto do Braga foi a logística da visitação, já que sua localização facilitou o deslocamento para os demais pontos previstos no roteiro. Abaixo, a imagem do mapa ilustra o trajeto percorrido pelos alunos, destacando os oito locais visitados ao longo da atividade.

Figura 27 - Trajeto feito com os alunos, mapeado no google earth



Fonte: Google Earth

Ao chegar no Porto do Braga, foi feita uma conversa inicial com os alunos explicando a dinâmica das visitas e as diretrizes para que o passeio ocorresse da melhor forma possível. Um questionário com questões foi dado aos alunos para que eles pudessem responder no decorrer da atividade. No porto, os alunos fizeram perguntas sobre o local para dois pescadores de nome: José e Fernando que são moradores de Raposa desde o nascimento e trabalham no local. Após a conversa com os pescadores, foi feito uma explicação, pelos professores, sobre a localidade com informações sobre a geografia, o ecossistema local, a variação de maré e como ela afetava o fluxo de barcos no porto. Visto que no dia da visita, o porto estava seco e, consequentemente, os barcos que ali estavam não poderiam sair.

Figura 28 - Alunos e professores que foram ao passeio

Fonte: Acervo do autor (2024)

Figura 29 - Momento de explicação da dinâmica parar os alunos no porto do Braga

Fonte: Acervo do autor (2024)

Após a visita ao Porto do Braga, seguimos para o Centro de Acolhimento ao Turista de Raposa, um espaço fundamental para a recepção de visitantes e para a valorização do patrimônio cultural e natural do município. O local funciona como um ponto de informação e orientação para aqueles que desejam conhecer melhor a cidade, seus atrativos turísticos e suas tradições.

Ao chegarmos, os alunos foram recepcionados por funcionários do centro, que explicaram a importância do turismo para a economia local e como o espaço auxilia turistas e moradores a descobrirem os encantos de Raposa. Durante a explicação, foram apresentadas imagens de diferentes pontos turísticos da cidade, como as famosas Fronhas Maranhenses, as embarcações típicas da região e a culinária baseada na pesca artesanal.

Os alunos demonstraram grande interesse ao verem mapas e registros históricos da cidade, além de fotos antigas que mostram a evolução do município ao longo dos anos. Muitos ficaram surpresos ao perceber como Raposa cresceu e se desenvolveu, mantendo suas tradições culturais vivas.

Além da parte expositiva, os estudantes puderam explorar o espaço e observar os materiais informativos disponíveis. Em pequenos grupos, eles analisaram folders turísticos, destacando os elementos que mais chamaram atenção, como a gastronomia local, as festividades tradicionais e a biodiversidade dos manguezais. Essa atividade permitiu que os alunos compreendessem como o turismo se conecta com a preservação do patrimônio e a identidade da comunidade.

Ao final da visita, foi proposto um breve momento de reflexão, no qual os alunos compartilharam suas impressões sobre o local e discutiram a importância de preservar a cultura e a história de Raposa. Alguns relataram que nunca haviam visitado o centro antes e que ficaram motivados a conhecer mais sobre sua própria cidade.

Essa segunda parada na visita pedagógica reforçou o sentimento de pertencimento e ajudou os alunos a perceberem como o turismo pode ser um instrumento de valorização do patrimônio cultural e natural da região. Além disso, a experiência os fez refletir sobre a necessidade de preservar a história local para que futuras gerações também possam reconhecê-la e apreciá-la.

Um fato a ser ressaltado aqui, é que apesar de todos os estudantes residirem no município de Raposa, alguns deles nunca tinham ido ao viva de Raposa. Ao serem questionados sobre o motivo, o aluno Bryan, morador da vila bom viver, relatou o seguinte:

> Eu moro com minha mãe, meu pai e mais 4 irmãos, quase não saímos. Meus pais passam o dia trabalhando, e quando eu saio da escola volto para casa e preciso cuidar dos meus irmãos enquanto meus pais estão fora. No final de semana eu ajudo meu pai a cuidar da horta que a gente tem, por isso quase não sobra tempo pra sair, as vezes pego a bicicleta e vou nas casas do meu amigo perto, mas aqui é muito longe. (Bryan, 2024).

Figura 30 - Visita dos alunos ao Centro de Atendimento ao Turista

Fonte: Acervo do autor (2024)

Após a visita ao Centro de Acolhimento ao Turista de Raposa, seguimos para um dos locais mais conhecidos da cidade: o Viva Raposa, um espaço de lazer e convivência que reúne tanto moradores quanto visitantes em busca de momentos de descanso e contato com a cultura local. O ambiente é marcado por sua vista privilegiada para o mar e pela presença de diversos comércios que vendem artesanato, comidas típicas e produtos ligados à tradição pesqueira do município.

Assim que chegamos, os alunos puderam perceber a diferença entre esse local e os anteriores visitados. Se no Porto do Braga a relação com a pesca era mais voltada para o trabalho e a subsistência dos moradores, no Viva Raposa esse elemento aparece de forma mais lúdica e turística, sendo incorporado à economia local por meio do comércio e das atrações culturais.

O ponto alto da visita foi a contemplação da Estátua de São Pedro, uma homenagem ao padroeiro dos pescadores e da cidade e uma figura de grande importância para a identidade cultural do município. A imagem de São Pedro, localizada em um ponto estratégico do Viva, simboliza a fé e a devoção dos trabalhadores do mar, refletindo a forte influência do catolicismo na cultura raposense. Durante a explicação, os alunos foram incentivados a refletir sobre o papel das religiões na construção da identidade dos povos e sobre como os elementos simbólicos ajudam a preservar a memória coletiva da comunidade.

Além disso, o grupo observou os detalhes da estrutura do espaço, analisando como o turismo e a cultura popular se manifestam no local. Alguns alunos notaram a presença de restaurantes que servem pratos típicos, como o arroz de cuxá e o peixe frito, e discutiram a relação entre gastronomia e patrimônio imaterial. Outros destacaram a importância do Viva Raposa como um ponto de encontro para a população, onde ocorrem festividades e apresentações culturais, como o tradicional São João, e os shows de comemoração ao aniversário da cidade.

A visita ao Viva Raposa proporcionou um momento de interação e reflexão sobre a forma como os espaços urbanos podem ser ressignificados ao longo do tempo. Se antes o município era voltado exclusivamente para a pesca, hoje ele se reinventa ao integrar o turismo como uma importante atividade econômica e cultural.

Figura 31 - Aluno no viva Raposa

Fonte: Acervo do autor (2024)

Figura 32 - Aluno à frente da estátua de São Pedro

Fonte: Acervo do autor (2024)

Após a visita ao Viva Raposa e à estátua de São Pedro, seguimos para o Porto do Fim de Raposa, um dos locais mais emblemáticos da cidade, tanto pelo nome peculiar quanto pela sua relevância para a economia local. Chamado assim pelos moradores por estar literalmente no extremo do município, o porto se destaca como um dos principais centros de comercialização de pescados, movimentando diariamente a economia e a rotina dos trabalhadores da pesca.

Ao chegar, os alunos foram recebidos pelo cenário típico de um porto ativo: a chegada e saída de barcos enquanto pescadores descarregam suas mercadorias e comerciantes negociam os peixes e frutos do mar que abastecem tanto os mercados locais quanto outros municípios da região. O odor característico do pescado, o som das marés e o burburinho dos vendedores anunciando os valores dos peixes criaram uma experiência sensorial única, que aproximou os estudantes da realidade daqueles que vivem da pesca.

Durante o tempo que ficamos no local, abordamos a importância do porto como um ponto estratégico para o sustento de muitas famílias raposenses. Diferente do Porto do Braga, que visitamos anteriormente e que é voltado para o ancoramento de pequenas embarcações e o acesso ao manguezal, o Porto do Fim de Raposa tem uma dinâmica comercial mais intensa. Muitos moradores e comerciantes da cidade e de outras regiões frequentam o local para comprar peixes frescos diretamente dos pescadores, seja para consumo próprio ou para revenda nos mercados e feiras e até em outros Estados.

Os alunos observaram como a pesca não envolve apenas os trabalhadores que vão ao mar, mas também um grande número de pessoas que atuam no processo de comercialização,

transporte e venda dos produtos. A conversa com alguns comerciantes revelou a diversidade de espécies comercializadas, como pescada amarela, anchova, cação (tubarão), pargo, entre outros tipos de peixe, além das variações de preços conforme a sazonalidade e a disponibilidade do pescado.

Outro ponto que chamou a atenção foi a relação entre a pesca e a cultura local. Muitos dos pescadores mantêm técnicas tradicionais de captura transmitidas por gerações, demonstrando como a atividade não é apenas uma fonte de renda, mas também um elemento essencial do patrimônio imaterial do município. Os alunos refletiram sobre a necessidade de preservação desse conhecimento, bem como os desafios enfrentados pelos trabalhadores, como a dependência da variação de maré, as oscilações do mercado e a necessidade de políticas públicas de incentivo ao setor pesqueiro.

Para muitos, essa foi a primeira vez que olharam para o porto não apenas como um espaço de comércio, mas como um lugar de significados históricos, sociais e culturais. A experiência reforçou a percepção de que Raposa não se limita a seus pontos turísticos, mas também se define pelo trabalho árduo de sua população, que mantém vivas as tradições ligadas à pesca e ao mar.

Figura 33 - Visitação ao porto do fim de Raposa.

Fonte: Acervo do autor (2024).

Dando sequência ao roteiro, nos dirigimos para um dos lugares mais representativos da identidade cultural do município: o Corredor das Rendeiras. Esse espaço é conhecido por reunir mulheres que preservam a tradição artesanal da renda de bilro, um saber transmitido por gerações e que se tornou um dos maiores símbolos do patrimônio imaterial da cidade.

Figura 34 - Corredor das rendeiras

Fonte: Acervo do autor (2024)

Ao chegar no local, os alunos puderam observar as pequenas lojas onde as rendeiras expõem e comercializam suas peças. Por não ser um período de férias, alta estação de turistas, a movimentação de pessoas no local estava tranquila. A diversidade dos trabalhos chamou a atenção de todos: havia toalhas, vestidos, saídas de praia, caminhos de mesa e até mesmo pequenos souvenirs feitos com a delicada renda. Além da beleza das peças, os alunos notaram como o ambiente exalava história, com cada trabalho contando um pouco da identidade e da herança cultural das mulheres que ali trabalham.

Figura 35 - Loja de rendas no corredor das rendeiras

Fonte: Acervo do autor (2024)

Para uma experiência mais aprofundada, visitamos uma loja de rendas, onde uma rendeira local nos recebeu calorosamente e compartilhou sua trajetória na arte do bilro. Sentada diante de sua almofada de renda na porta do estabelecimento, com os bilros nas mãos e a linha entrelaçada com precisão, ela demonstrou a técnica enquanto explicava o processo de produção. Os alunos demonstraram fascínio ao ver a rapidez e a destreza dos movimentos necessários para tecer os padrões das rendas.

Figura 36 - Visitação a loja de rendas

Fonte: Acervo do Autor (2024)

Durante a conversa, a rendeira, que nos recebeu tão bem e compartilhou um pouco do seu tempo conosco, relatou como aprendeu o ofício ainda na infância, observando sua mãe e sua avó trabalharem. Ela destacou que, apesar dos desafios, como a concorrência com produtos industrializados, ainda há uma valorização do trabalho artesanal, especialmente por turistas que visitam Raposa em busca de peças autênticas e feitas à mão.

Os estudantes aproveitaram a oportunidade para fazer perguntas sobre a origem da renda de bilro, o tempo necessário para confeccionar uma peça e as dificuldades enfrentadas na preservação dessa tradição. A artesã também explicou que, além da técnica e da paciência, a

renda envolve um sentimento de pertencimento, pois cada peça carrega consigo a história e a identidade da comunidade.

A experiência foi enriquecedora, pois permitiu que os alunos enxergassem de perto a importância do trabalho manual na cultura local. Muitos demonstraram surpresa ao perceber que, apesar dos avanços tecnológicos, ainda há ofícios que resistem ao tempo e dependem do saber passado de geração em geração.

Além disso, a visita ajudou a reforçar a reflexão sobre o valor do patrimônio imaterial e a necessidade de preservar práticas culturais que fazem parte da identidade do município. Com essa experiência, a turma pôde compreender que o patrimônio não está apenas nos grandes monumentos materiais, mas também nas mãos habilidosas das rendeiras que mantêm viva a tradição imaterial de fazer renda de bilro em Raposa.

Após a visita ao Corredor das Rendeiras, seguimos para a Escola Sarney Filho, onde funciona a única oficina de renda de bilro[16] voltada para os alunos da cidade de Raposa. Esse projeto surgiu a partir da implementação do ensino integral no município, oferecendo uma oportunidade única para que os estudantes possam aprender e praticar esse ofício tradicional no contraturno escolar.

Ao chegarmos, fomos recebidos com entusiasmo pela professora Marilene, atual presidenta da Associação de Rendeiras Bilros de Ouro, uma pessoa de grande importância para a preservação dessa prática cultural na cidade. Ela, com anos de experiência na arte da renda, dedica-se ao ensino da técnica para os jovens, garantindo que esse saber não se perca com o passar do tempo.

[16] Esse projeto já foi tema de reportagem feita pela Tv mirante, afiliada rede globo no Maranhão, que mostrou a importância da oficina da renda de bilro para a preservação da cultura no local. Disponível em: < https://redeglobo.globo.com/ma/tvmirante/noticia/reporter-mirante-a-cidade-de-raposa-a-terra-do-artesanato-renda-de-bilro.ghtml> . Acesso em: 20 de jan de 2025.

Figura 37 - Profª Marilene explicando sobre as oficinas de renda.

Fonte: Acervo do autor (2024)

A oficina ocorre em um dos pátios da escola adaptado para o ensino da renda, com dez almofadas, bilros e linhas organizados sobre as mesas. Os alunos que participam do projeto estavam concentrados em seus trabalhos quando entramos, cada um desenvolvendo sua peça com dedicação. A professora explicou que o objetivo da oficina não é apenas ensinar a técnica, mas também despertar o interesse dos jovens pela valorização da cultura local, incentivando-os a ver a renda de bilro não apenas como um patrimônio do passado, mas como uma possibilidade de futuro.

Os alunos que fazem parte do projeto relataram que, no início, tiveram dificuldades para coordenar os movimentos dos bilros e manter a tensão correta das linhas, mas com a prática e a orientação adequada, passaram a desenvolver suas próprias peças com mais autonomia. Muitos mencionaram que, no começo, sentiam-se frustrados, pois os fios frequentemente se embolavam, os pontos saíam irregulares e o ritmo do entrelaçamento era difícil de acompanhar. Além disso, a necessidade de precisão e paciência exigida pela técnica tornou o aprendizado um desafio, especialmente para aqueles que nunca haviam tido contato com a renda de bilros antes.

Outro obstáculo enfrentado foi a memorização dos padrões e a sequência correta dos movimentos dos bilros, já que qualquer erro pode comprometer toda a peça. Para superar essas dificuldades, os alunos contaram com a paciência e o incentivo da professora e dos colegas mais

experientes, que ajudaram a corrigir os erros e a aprimorar a coordenação motora necessária para o trabalho.

Figura 38 - Pátio adaptado para oficina de renda de bilro na escola Sarney Filho.

Fonte: Acervo do autor (2024)

Durante a demonstração, os alunos da Escola Jarbas Passarinho puderam observar de perto o processo de entrelaçamento dos fios e os diferentes padrões que podem ser criados. Muitos ficaram impressionados com a complexidade do trabalho e fizeram perguntas sobre a origem dos desenhos, o tempo necessário para concluir uma peça e a viabilidade de comercializar os produtos feitos manualmente.

Figura 39 - Aluna da oficina praticando renda de bilro

Fonte: Acervo do autor (2024)

A professora Marilene também destacou os desafios enfrentados para manter a tradição viva. Segundo ela, o desinteresse das novas gerações e a falta de incentivo financeiro são alguns dos obstáculos que dificultam a continuidade da prática. No entanto, a oficina tem demonstrado um impacto positivo, pois os alunos que aprendem a renda de bilro passam a valorizá-la e, em alguns casos, até começam a ensinar seus próprios familiares.

Ao final da visita, a professora Marilene mostrou algumas peças feitas por alunos da oficina e um sentimento comum tomou conta do grupo: o desejo de expandir essa oficina para outras escolas do município. Para os alunos e professores da Escola Jarbas Passarinho, imaginar um projeto semelhante em sua instituição seria um grande avanço para a preservação da cultura local. Levar essa oficina para outras escolas poderia ser um passo essencial para evitar que a renda de bilro desapareça completamente de Raposa, garantindo que mais jovens tenham acesso a esse conhecimento e possam perpetuar essa tradição.

Figura 40- Peças de renda feitas por alunos da escola Sarney Filho.

Fonte: Acervo do autor (2024)

A experiência na Escola Sarney Filho mostrou que a educação patrimonial pode ir além da teoria e se tornar um projeto concreto dentro das escolas. A oficina de renda de bilro é um exemplo claro de como a cultura local pode ser preservada e transmitida, desde que haja iniciativa, incentivo e vontade de manter vivas as tradições que fazem parte da identidade do município.

O último ponto de nossa visita pedagógica foi a Paróquia de São Pedro Apóstolo, a primeira igreja da cidade de Raposa e um dos marcos fundamentais da identidade cultural e religiosa do município. Ao chegarmos, fomos recebidos pelo padre em um ambiente de serenidade, reforçado pela arquitetura simples, mas carregada de significado, que representa a devoção dos moradores locais ao seu padroeiro.

Figura 41 - Interior da paroquia São Pedro apóstolo

Fonte: Acervo do autor (2024)

A escolha desse local para encerrar o roteiro da visitação não foi por acaso. A religião tem um papel central na história e no cotidiano da população raposense. Desde sua fundação, a cidade tem uma forte relação com a fé cristã, especialmente com São Pedro, considerado o padroeiro dos pescadores. Como Raposa é um município tradicionalmente ligado à pesca, a devoção ao santo reflete o modo de vida da comunidade, que há gerações busca proteção e bênçãos para o sustento que vem do mar.

Figura 42- Alunos à frente da paroquia São Pedro Apóstolo

Fonte: Acervo do autor (2024)

Durante a visita, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre a história da paróquia e sua importância na formação da identidade local. Um dos pontos altos foi o momento em que observamos os elementos simbólicos dentro da igreja, como imagens sacras, pinturas e objetos litúrgicos, cada um representando uma parte da tradição católica da região.

Além disso, discutimos sobre as festividades religiosas, especialmente o Dia de São Pedro, celebrado anualmente no dia 29 de junho. Essa data é um dos momentos mais importantes para a cidade, com procissões terrestres e marítimas, missas e eventos culturais que reúnem fiéis, pescadores e turistas. Os alunos perceberam como essa festa não é apenas um evento religioso, mas também uma expressão da identidade comunitária, unindo os moradores em celebração e devoção.

Outro ponto de reflexão foi a relação entre fé e patrimônio cultural. A paróquia, como primeiro templo católico da cidade, não é apenas um espaço de culto, mas também um lugar de memória, onde diversas gerações vivenciaram momentos importantes de suas vidas, como batizados, casamentos e celebrações comunitárias. A igreja representa, portanto, um elo entre o passado e o presente, reforçando a noção de pertencimento dos moradores à sua terra.

Ao final da visita, os alunos compartilharam suas impressões sobre a experiência e refletiram sobre a importância de preservar o patrimônio religioso de Raposa. A visita à Paróquia de São Pedro Apóstolo encerrou a atividade de forma simbólica, destacando como história, cultura e fé caminham juntas na construção da identidade de um povo.

Após a visita à Paróquia de São Pedro Apóstolo, percebemos que o tempo estava se esgotando e precisávamos retornar à escola o mais rápido possível para que o ônibus escolar pudesse cumprir seu itinerário e levar os demais alunos para suas casas. O retorno foi marcado pelo entusiasmo dos estudantes, que comentavam entre si sobre as experiências vividas ao longo do percurso, relembrando os detalhes de cada local visitado e refletindo sobre a importância da história e do patrimônio cultural de Raposa, para muitos, essa foi a primeira vez que realizaram um passeio escolar, que vivenciaram uma aula extraclasse. Com o encerramento do passeio, a próxima etapa da atividade seria realizada posteriormente.

3.3.3 Atividade avaliativa

Na semana seguinte, os alunos foram organizados em equipes e desafiados a elaborar apresentações sobre os locais visitados, conectando suas observações com os conceitos de educação patrimonial discutidos em sala de aula. Essa etapa final permitiria que os estudantes ressignificassem os conhecimentos adquiridos, analisassem criticamente as informações e consolidassem sua compreensão sobre a relevância da preservação do patrimônio histórico e cultural do município. Assim, o projeto Conhecendo o Meu Município se tornaria mais do que uma simples atividade extraclasse, mas um verdadeiro exercício de consciência histórica e cidadania.

Após a realização da visita pedagógica pelos principais pontos históricos e culturais de Raposa, os alunos retornaram à sala de aula para dar continuidade ao projeto por meio da sistematização do conhecimento adquirido. Essa etapa teve como objetivo consolidar os aprendizados, incentivar a reflexão sobre o patrimônio cultural local e promover a socialização das experiências vivenciadas durante o percurso.

Para isso, os estudantes foram organizados em grupos e orientados a elaborar trabalhos expositivos, utilizando cartazes e outros materiais visuais de sua escolha, para apresentar os aspectos mais relevantes de cada local visitado. A atividade foi pensada para estimular a autonomia, a criatividade e a capacidade de síntese dos alunos, além de fortalecer a consciência histórica e o senso de pertencimento ao município.

Nas salas de aula, cada grupo ficou responsável por um assunto trabalhado que despertou interesse e deveria estruturar sua apresentação abordando os seguintes pontos:

1. Patrimônios materiais e imateriais em geral;
2. História do município de Raposa;
3. Uma pratica cultural de sua escolha sobre a cidade (culinária, modo de fazer rede de pescas, pescaria de curral, renda de bilro, etc.);

Durante as apresentações, os estudantes demonstraram grande interesse e engajamento, compartilhando suas percepções sobre a experiência. A produção dos cartazes permitiu que explorassem diferentes formas de expressão, combinando texto e imagem para transmitir suas ideias. Além disso, o momento de exposição trouxe novamente para sala de aula o debate sobre a valorização do patrimônio cultural e a importância de iniciativas que incentivem o conhecimento sobre própria comunidade.

No decorrer da atividade, um dos grupos abordou a tradição da renda de bilros, destacando sua relevância cultural para o município de Raposa. Além da confecção de um cartaz explicativo, um dos alunos trouxe uma vestimenta feita a partir dessa técnica artesanal, demonstrando na prática como esse patrimônio imaterial se mantém vivo na comunidade.

Figura 43 - Apresentação de grupo de alunos sobre renda de bilro

Fonte: Acervo do autor (2024)

O grupo iniciou a apresentação contextualizando a história da renda de bilros, explicando sua origem e como a prática foi sendo passada de geração em geração em Raposa. Os alunos destacaram a importância da atividade para a economia local, enfatizando que muitas famílias dependem da confecção e comercialização das rendas como fonte de sustento.

Eles também mencionaram a oficina de renda bilro da Escola Sarney Filho, ressaltando a necessidade de expandir esse conhecimento para outras instituições de ensino, a fim de preservar essa tradição que, apesar de sua importância cultural, corre o risco de desaparecer com o tempo, pois as poucas rendeiras que existem estão morrendo, e não há um interesse da nova geração de moradores em aprender a atividade.

Além da explicação teórica, os estudantes interagiram com os colegas, mostrando de perto os detalhes da vestimenta confeccionada com renda de bilros. Eles chamaram a atenção para o trabalho minucioso e artesanal envolvido na produção de cada peça, evidenciando o valor simbólico e econômico desse patrimônio imaterial.

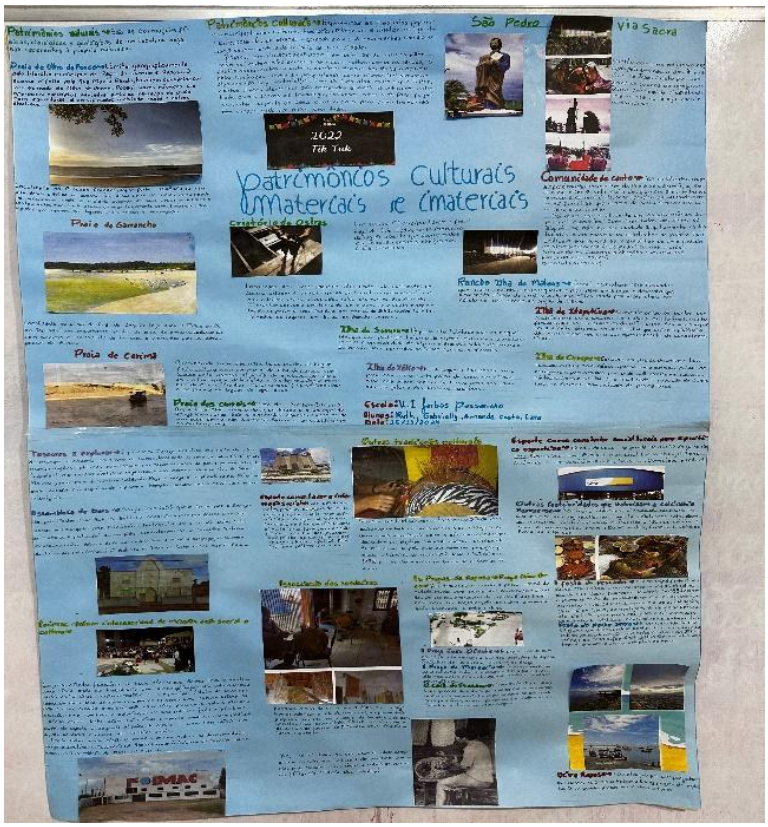
Ao final, o grupo promoveu um momento de reflexão, perguntando à turma sobre a importância da valorização das práticas culturais locais e como cada um poderia contribuir para manter viva essa tradição.

O grupo formado pelas alunas Ruth, Gabrielly, Amanda e Lara desenvolveu um cartaz abordando os principais patrimônios materiais e imateriais do município de Raposa. Durante a apresentação, elas contextualizaram os conceitos de patrimônio, explicando a diferença entre bens materiais – como edifícios históricos, igrejas e espaços culturais – e bens imateriais, como a renda de bilros, a pesca artesanal e as festividades religiosas.

Figura 44 - Apresentação de alunos sobre patrimônios materiais e imateriais do município

Fonte: Acervo do autor (2024)

Figura 45 - Cartaz sobre patrimônio material e imaterial feito pela equipe



Fonte: Acervo do autor (2024)

Outro grupo formado pelos alunos Francilene, Evelyn, Esther, Ana, Leo e Mayra apresentou um trabalho sobre a história do município de Raposa, destacando desde sua origem até os dias atuais. Utilizando um cartaz ilustrativo, eles organizaram as informações em uma linha do tempo, evidenciando momentos marcantes, como o processo de povoamento, a influência dos migrantes cearenses, o desenvolvimento da pesca como principal atividade econômica e a conquista da emancipação política da cidade.

Figura 46 - Apresentação de alunos sobre a história da cidade

Fonte: Acervo do autor (2024)

Durante a apresentação, os alunos explicaram como a geografia, a migração cearense e a cultura local moldaram a identidade de Raposa, ressaltando a relação dos moradores com o mar e os recursos naturais da região. Além disso, trouxeram curiosidades sobre as tradições mantidas ao longo das gerações, como a prática da renda de bilros e as festividades religiosas, especialmente as homenagens a São Pedro. Somado a isso, chamaram atenção para a cultura indígena do município percebida pelo nome de algumas localidades como: Inhaúma, Cumbique, Carcarape, Kaura, entre outros.

Ao final, o grupo propôs uma reflexão sobre a importância de preservar essa história e valorizar os elementos que fazem de Raposa um município único. A interação com os demais colegas enriqueceu a discussão, demonstrando como o estudo da história local pode despertar um maior senso de pertencimento e identidade entre os estudantes.

Após a realização das apresentações, os alunos participaram de uma etapa reflexiva do projeto por meio de um questionário, elaborado com o intuito de compreender suas percepções sobre a atividade. As questões abordavam diversos aspectos, como o aprendizado adquirido, o impacto da experiência na forma como enxergam o patrimônio cultural de Raposa, os desafios enfrentados durante a visita e sugestões para futuras atividades.

A análise das respostas revelou um engajamento significativo dos alunos com o tema. A maioria destacou que a experiência prática proporcionada pelo passeio e pelas visitas aos

locais históricos e culturais foi fundamental para consolidar o conhecimento sobre o município. Muitos relataram que, antes da atividade, não conheciam ou não haviam refletido sobre a importância de determinados patrimônios, sejam eles materiais ou imateriais.

Outro ponto levantado pelos alunos foi a interação direta com moradores e profissionais que preservam as tradições locais, como as rendeiras e pescadores. Segundo eles, esse contato tornou o aprendizado mais autêntico e próximo da realidade, algo que dificilmente seria alcançado apenas em sala de aula. Além disso, vários estudantes mencionaram a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na preparação para o passeio, ressaltando que a visualização prévia dos locais e o uso de recursos digitais ajudaram a compreender melhor os conteúdos.

Por fim, o questionário também trouxe sugestões valiosas, como a ampliação do tempo de visita em alguns pontos, a inclusão de outras localidades relevantes para a história do município e a possibilidade de mais atividades interativas ao longo do projeto. Essas contribuições reforçam a relevância da participação ativa dos alunos no processo educativo e apontam caminhos para o aprimoramento de futuras iniciativas voltadas à educação patrimonial.

A seguir, estão dois relatos que demonstram a opinião dos estudantes sobre o projeto "conhecendo o meu município".

Aluna 1: Ruth Meireles (2024)

1. **O que você aprendeu sobre o patrimônio cultural de Raposa durante a atividade?**
   RESPOSTA: Durante a atividade, aprendi sobre a importância do patrimônio cultural de Raposa, tanto material quanto imaterial, e como ele reflete a identidade e a história do município.
2. **Você já conhecia algum dos locais visitados antes do passeio? Se sim, qual(is)? O que descobriu de novo sobre eles?**
   RESPOSTA: Sim, eu já conhecia alguns locais, como o Porto do Braga e a Paróquia de São Pedro Apóstolo. No entanto, aprendi detalhes sobre suas histórias e significados culturais que eu não conhecia antes.
3. **Como foi a experiência de conhecer esses patrimônios culturais presencialmente, em comparação com aprender sobre eles apenas em sala de aula?**

RESPOSTA: Conhecer os patrimônios presencialmente fez toda a diferença. Foi mais envolvente e deu um senso real da importância desses locais para a cidade, algo que dificilmente se percebe apenas com leituras e explicações em sala de aula.

4. **O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como slides, vídeos e mapas virtuais, ajudou na preparação para a atividade? Como?**
   RESPOSTA: O uso das TICs ajudou muito, pois facilitou o entendimento dos locais antes da visita. A visualização prévia dos mapas e das imagens fez com que o passeio fosse mais produtivo, já que eu sabia o que observar e explorar.
5. **Você acredita que esse tipo de atividade ajuda a valorizar a história e a cultura da sua cidade? Explique sua resposta.**
   REPOSTA: Sim, acredito que esse tipo de atividade ajuda muito a valorizar a história e a cultura da cidade. Quando vivenciamos esses patrimônios, criamos uma conexão com eles e passamos a enxergá-los como algo que faz parte de quem somos.

Aluna 2: Amanda Costa (2024)

1. **O que você aprendeu sobre o patrimônio cultural de Raposa durante a atividade?**
   RESPOSTA: Aprendi muita coisa, sobre patrimônio material e imaterial, o professor falou bastante nisso. Aprendi sobre a importância de preservá-los e que eles fazem parte da nossa história.
2. **Você já conhecia algum dos locais visitados antes do passeio? Se sim, qual(is)? O que descobriu de novo sobre eles?**
   RESPOSTA: Sim e não. Já tinha ido a Paroquia são Pedro Apóstolo, mas não sabia da história dela, inclusive que ela foi a primeira igreja da cidade e eu nunca tinha ido a alguma loja do corredor das rendeiras.
3. **Como foi a experiência de conhecer esses patrimônios culturais presencialmente, em comparação com aprender sobre eles apenas em sala de aula?**
   RESPOSTA: Estar nos locais, ver os detalhes e ouvir as histórias das pessoas que vivem e trabalham ali tornou o aprendizado mais significativo. Diferente das aulas que temos dentro da escola. Sem contar que tirou a gente um pouco da rotina
4. **O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como slides, vídeos e mapas virtuais, ajudou na preparação para a atividade? Como?**

RESPOSTA: Sim, as TICs foram úteis porque permitiram que tivéssemos uma ideia prévia dos locais visitados, facilitando a compreensão do que veríamos. Além disso, o uso de mapas e imagens ajudou a tornar o planejamento da visita mais organizado.

5. **Você acredita que esse tipo de atividade ajuda a valorizar a história e a cultura da sua cidade? Explique sua resposta.**

   REPOSTA: Com certeza. Quando conhecemos a história da nossa cidade de perto, passamos a enxergá-la com mais respeito e interesse. Essa valorização é essencial para que as futuras gerações também reconheçam e preservem esses patrimônios.

Os relatos dos alunos destacam a importância de entender o patrimônio cultural e a história de Raposa-MA, refletindo uma conexão crescente com os temas abordados nas aulas. Muitos relataram que, ao explorar a história local, conseguiram perceber de maneira mais clara a relevância de preservar a cultura da comunidade e como isso está ligado à sua identidade. Alguns mencionaram, em suas respostas, como a análise do patrimônio ajudou a despertar um sentimento de pertencimento e valorização pela cidade, algo que elas não haviam notado antes.

Em relação às aulas, os alunos destacaram o envolvimento em atividades práticas, como visitas a locais históricos e discussões em grupo, como pontos positivos. Muitos afirmaram que essas atividades tornaram o aprendizado mais dinâmico e interessante. Alguns comentaram que, ao pesquisar sobre as tradições e histórias da cidade, perceberam como o patrimônio material e imaterial de Raposa reflete as vivências de suas famílias e comunidades.

Essas exposições revelam uma mudança significativa no modo como os alunos se veem em relação à história e ao patrimônio cultural de Raposa, contribuindo para a construção de uma visão mais ampla e sensível à importância da educação patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada demonstrou a relevância da educação patrimonial como uma estratégia fundamental para o ensino de História, possibilitando aos alunos um aprendizado mais significativo e conectado à realidade local. A partir da aplicação do projeto "Conhecendo o Meu Município", foi possível perceber que a relação entre os estudantes e o patrimônio cultural de Raposa-MA foi ampliada, despertando um novo olhar sobre sua história e identidade.

A metodologia aplicada, que integrou visitas pedagógicas a espaços simbólicos da cidade e o uso da história oral como ferramenta da atividade, revelou-se decisiva para romper com a abstração dos conteúdos curriculares. Ao dialogar com atores da cultura popular — rendeiras, pescadores, artesãos —, e com os agentes históricos do município os alunos não apenas coletaram informações, mas resgataram narrativas afetivas e subjetivas que dão vida à história. A visita somada as histórias ouvidas no locais onde fomos tornaram-se documentos vivos, trouxeram elementos que não estão registrados nos livros, permitindo que os estudantes compreendessem a importância de ouvir e registrar aqueles que carregam a história da cidade em suas vivências.

O impacto do projeto "Conhecendo o Meu Município" nos alunos foi perceptível ao longo de todo o processo. Muitos demonstraram curiosidade e interesse genuíno pela história da cidade, questionando os entrevistados, anotando detalhes e fazendo conexões entre o que aprenderam na escola e o que observaram na prática. O contato direto com os espaços e personagens históricos fez com que eles desenvolvessem um maior senso de pertencimento e valorização da cultura local, além de despertar um olhar mais crítico sobre a preservação do patrimônio. Além disso, o envolvimento dos estudantes na produção de apresentações e materiais visuais demonstrou a apropriação do conhecimento de forma autônoma, permitindo que eles não apenas absorvessem a história de Raposa, mas também se tornassem agentes na sua divulgação e valorização.

Enquanto professor e pesquisador, esta pesquisa representou um divisor de águas na minha trajetória acadêmica e profissional. O processo de investigação e a necessidade de articular teoria e prática exigiram uma reestruturação das metodologias tradicionais, reforçando a importância de estratégias que valorizem o protagonismo estudantil e a interação com o meio sociocultural. Além disso, a pesquisa despertou uma percepção mais ampla sobre o ensino de

História, demonstrando que, quando conectado à realidade do aluno, o aprendizado se torna muito mais significativo.

Os resultados apontaram impactos significativos: além do aumento do interesse pela história local, observou-se um fortalecimento do senso de identidade entre os participantes, que passaram a enxergar o patrimônio cultural não como vestígio estático, mas como um legado dinâmico, vinculado a suas escolhas no presente. A experiência da atividade, a ativa participação de todos os envolvidos, desde o planejamento até a execução levou aos alunos uma sensação de pertencimento no processo. Além disso, a oficina de renda de bilros na Escola Sarney Filho destacou-se como exemplo de como a escola pode atuar como mediadora entre tradição e inovação, garantindo a transmissão intergeracional de saberes ameaçados pela desvalorização cultural.

Contudo, os desafios identificados e relatados neste trabalho exigem atenção. A escassez de recursos logísticos e o caráter pontual de iniciativas extraclasse limitam a sustentabilidade dessas ações. Para superar essas barreiras, são necessárias políticas sobre a educação patrimonial, com planejamento integrado entre Secretarias de Educação e Cultura, visando à formação continuada de professores, à produção de materiais didáticos contextualizados e à institucionalização de projetos interdisciplinares. Além disso, se possível, parcerias com instituições como o IPHAN poderiam ampliar o acesso a editais e incentivos, assegurando a perenidade das ações.

Como contribuição acadêmica, este trabalho reforça a urgência de repensar o ensino de História a partir de abordagens decoloniais, que valorizem os saberes locais e combatam a hierarquização de culturas. Ao demonstrar como a educação patrimonial pode despertar nos estudantes uma postura investigativa e empática, o estudo oferece subsídios para práticas pedagógicas que transcendam os muros da escola, transformando a cidade em um laboratório vivo de aprendizagem.

Por fim, este estudo não se encerra aqui, mas abre caminhos para novas investigações e aprimoramentos. Pesquisas futuras poderão aprofundar as potencialidades da educação patrimonial no ensino básico, explorando novas metodologias e ferramentas que favoreçam um ensino mais participativo e conectado com a realidade dos alunos. Espera-se que este trabalho contribua para fortalecer a prática docente e incentivar outras iniciativas voltadas à valorização do patrimônio cultural, consolidando a escola como um espaço de preservação da memória e de construção da identidade coletiva.

REFERÊNCIAS

Arnica, Y., Rodriguez, J., Paucar, F., & Talavera-Mendoza, F. (2023). O status dos modelos didáticos para a educação patrimonial: uma revisão sistemática. Patrimônio. Disponível em: https://doi.org/10.3390/heritage6120400. Acesso em 20 de ago. de 2024.

ARÓSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006

AZEVEDO, R. C.; VIEIRA, M. do S. M.; MELO, E. B. Antropolingüística: Raposa. São Luís: SIOGE, 1980.

BANDEIRA, Arkley Marques. Os Tupis na Ilha de São Luís - Maranhão: Fontes Históricas e a Pesquisa Arqueológica. História Unicap, v.2, n. 3, jan/jun p.79-98, 2015.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Ida ao Inferno Verde: Experiências da migração de trabalhadores do Ceará para a Amazônia (1942/1945). Dissertação de mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARCA, Isabel. Educação Histórica: uma nova área de investigação. Revista da Faculdade de Letras. Porto, III Série, vol.2, 2001, p.013-021.

BARROS, José D'Assunção. Teoria da História Vol. I. Princípios e conceitos. Petrópolis/RJ. Editora Vozes, 5. Ed. 2014

_____. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), v. 18, n. 2, págs. 22-53, jul-dez. 2022. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/57694/0. Acesso em: 07 nov. 2024.

BEZERRA, D. S; MOCHEL, F. R. Análise dos manguezais submetidos a impactos ambientais decorrentes das atividades industriais no terminal portuário do Itaqui, ilha de São Luís, Maranhão. São Luís: LABOHIDRO-UFMA, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidade nacional e ensino de história do Brasil. In: KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Ensino de História; fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. O que é história. Ática, 1986.

BOURDIN, Alain. A questão do local. Trad. Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em: 27 ago. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 de agosto de 2024.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Dados do Município de Raposa / Maranhão, 2022a. Disponível em: http:///cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/raposa. Acesso em: 10 jan 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

_____. Tesouro Nacional. Transferências a estados e municípios ano de 2024. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios. Acesso em: 09 de janeiro de 2025.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: _____. Escritos sobre a História. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007. p.41-78.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011

CARNEIRO, D. F. O Perfil Sócio Econômico dos Pescadores Artesanais do Município de Raposa (Espinhel, Gozeira e Pescadeira). 1998. Monografia. (Licenciatura em Geografia) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 1998.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. I, São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. Revista História Hoje, v. 7, n. 13, p. 272-292, 2018. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/download/393/271/1669. Acesso em 19 de agosto de 2024.

CEDRO, Luiz. "Discurso na Câmara dos Deputados, 3 de dezembro de 1923." Anais da Câmara dos Deputados, 1923.

CHAGAS, Mario. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. Dossiê Educação Patrimonial, n. 3, Iphan, jan./fev. 2006. Acesso em: 06 de agosto de 2024.

CHAVES, Luís Gonzaga M. Trabalho e subsistência em almofala. Rio De Janeiro: UFRJ / Museu Nacional, 1973. Dissertação de Mestrado.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado.São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. Por uma História da noção de Patrimônio Cultural no Brasil. In: História e Patrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 34, p. 147-164, 2012.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra; ALMEIDA, Mônica Ribeiro Moraes de. Dinâmicas das lutas por reconhecimento étnico no Maranhão. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018, Brasília. Anais... Brasília: ABA, 2018. Disponível em: <https://www.abant.org.br/files/1540931986_ARQUIVO_DINAMICASDASLUTASPORRECONHECIMENTOETNICONOMARANHAO2018.pdf>. Acesso em: 08 de janeiro de 2025.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís. 2001. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Antropologia), Pontifícia Universidade Católica–PUC, São Paulo.

CORRÊA, W. C.; RIBEIRO, B.; RODRIGUES, A.; MACHADO, N.; CARVALHO, M. MAPA DE CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA DE THORNTHWAITE PARA O LESTE MARANHENSE. REVISTA GEOGRÁFICA ACADÊMICA, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 113–135, 2024. Disponível em: https://revista.ufrr.br/rga/article/view/8110. Acesso em: 02 de janeiro 2025.

COSTA, Everaldo Batista. A concretude do fenômeno turismo e as Cidades – Patrimônio – Mercadoria: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

COSTA, Raquel Pires. Estudo linguístico no litoral maranhense: léxico e cultura dos pescadores do município de Raposa. (Dissertação) Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2012.

CURY, Cláudia. Engler., & Virgínio, Isabella. (2009). Educação Patrimonial – possibilidades para o ensino de história. XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza. 2009.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 2. ed. ia científica em ciências sociais São Paulo: Atlas, 1989.

DIAS, Maria de Lourdes Soares. Município de Raposa: Uma abordagem socioeconômica e política. Monografia. (Licenciatura em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 1998.

DINIZ, Gabriela Viana. Educação Patrimonial e Ensino de História: Experiências com plataformas digitais envolvendo o Centro Histórico de São Luís. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Rede - Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Memória e ensino de História. In: O saber histórico na sala de aula. BITTENCOURT, C. (Org.). 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FONSECA e SILVA, Marco Antônio da. "Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas"; IN: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.31, no 60, - 2010, p.13-33.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2º ed. Ver. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan,2005.

FONSECA, Selva Guimarães. A História na Educação Básica: conteúdo, abordagens e metodologias. In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais, Belo Horizonte, novembro de 2010. Anais [...]. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7168-3-4-historia-educacao-basica-selva/file. Acesso em: 08 de julho de 2024

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. Ed.4. São Paulo: Atlas, 2002

GIL, Marcos Antônio (Org.). Patrimônio cultural e educação: diálogos entre a escola e o museu. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2017.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. A Renda de Bilros e seus artífices. Fortaleza: Museu do Instituto de Antropologia da UFC, 1966.

HELLER, Ágnes. A teoria da história. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). A Invenção das Tradições. 2ª ed. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília, DF: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

IPHAN. Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil – uma trajetória. Brasília: Fundação Nacional PróMemória, 1980.

JOSÉ, Vivian Alkaim Salomão. Educação patrimonial e o ensino de história na cidade de Santa Maria - RS. 2020. 80 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Santa Maria, 2020.

_____. Educação Patrimonial. Histórico, conceitos e processos. Brasília. 2014.

JUNG, H; STAEHR, G. Didáctica de la historia enseñanza de la Historia em la Alemania unificada. Revista Conciencia Social. Anuario de didáctica de la Geografia la Historia otras Ciencias Sociales, Fedicaria, Madrid: Akal. 13-148, 1998.

JUNIOR, E. B. OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O; L. SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.36-51, 2021. Disponível em: Acesso: 02 de novembro de 2023.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 89-123.

MARANHÃO. Lei nº 6.132, de 10 de novembro de 1994. Cria o Município de Raposa e dá outras providências. São Luís, MA: Governo do Estado do Maranhão, 1994. Disponível em: < http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_6132>. Acesso em: 08 fev. 2025.

MARANHÃO. Universidade Estadual do Maranhão. Atlas do Maranhão. 2ª Edição. São Luís: UEMA/LABGEO, 2002.

MARTINS, Heloisa Helena. Metodologia qualitativa de pesquisa. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MAUAD, Ana Maria; GRIBERG, Lucia; CALDAS, Pedro Spinola Pereira. Teoria da História. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

MÉTRAUX, Alfred. "The Teremembé. In: Steward, Julian (ed). Handbook of South American Indians, V.1. The Marginal Tribes. Washington: Smithsonian Institute/ Bureau of American Ethnology, 1946.

MENDES, Mariuze Dunajski. Trajetórias sociais e culturais de móveis artesanais trançados em fibras: temporalidades, materialidades e espacialidades mediadas por estilos de vida em contextos do Brasil e Itália. Florianópolis, SC. Tese de doutorado, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de; BITTENCOURT, Circe (Orgs.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MIGNOLO, Walter. Histórias Locais, projetos globais. Belo Horizonte: UFMG, 2003

MOREIRA, Marilene Marques. *Entrevista realizada em novembro de 2024.* Raposa, Maranhão.

NETO, Dilermando Pereira Torres. Cidade, História e Memória: Educação Patrimonial em São Bento do Uma – PE. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Recife, 2018.

NIMUENDAJÚ, Curt (1883-1945). Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes. 2. ed. Brasília, DF: IPHAN, IBGE, 2017

NOMELINI, Adolfo. ESSE MUNDO É NOSSO. Raposa (MA) e Fronhas Maranhenses: como visitar esse paraíso. Disponível em: https://www.essemundoenosso.com.br/raposa-maranhao-fronhas-maranhenses/. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez, p.7-28. 1993.

OLIVEIRA, M. J. F. Raposa: de vila de pescador a município. 1998. Monografia. (Licenciatura em Geografia) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 1998.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT (org.). O saber histórico na sala de aula. 12. Ed. – São Paulo, Contexto, 2017. ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT (org.). O saber histórico na sala de aula. 12. Ed. – São Paulo, Contexto, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.27, n.53, jan-jun. 2007, p.11-23.

PESCADORES da Raposa (S. Luis-MA-1978). Edição e Fotografia: Jorge Martins Rodrigues. Som: José Nava. Música: Jesiel Romero e Jorge Martins Rodrigues. Texto: Jorge Meireles. 2010. vídeo (9:58 min). Publicado pelo Canal Jorge Martins Rodrigues. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3SqQ4FZiGQI. Acesso em: 25 nov. 2025.

RAMOS, Felipe Caldas. Agenciamentos do povo indígena Tremembé na capitania do Maranhão primeira metade do século XVIII: das guerras ao aldeamento. Monografia (Graduação em Ciências Humanas – Sociologia) Universidade Federal do Maranhão. São Bernardo, 2024.

REIS, José Ribamar Sousa Dos. Cidade de Raposa: encanto das águas morrarias, aves e matas. Raposa: A Biana em Revista, Ed. 1. Fev. 2007.

_____. Raposa: Seu presente, Sua Gente, Seu Futuro. São Luís, 1997.

RIOS, Raphael da Mota. Memórias rendilhadas: trajetórias e saberes das mulheres rendeiras de Raposa – MA. Dissertação (Mestrado em Design) – Setor de Artes, comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: Teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010.

REGIÃO Metropolitana de São Luís tem 13 municípios em sua atual configuração. O Estado do Maranhão – Imirante, São Luís, 05 dez. 2020. Disponível em: https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/12/05/regiao-metropolitana-de-sao-luis-tem-13-municipios-em-sua-atual-configuracao. Acesso em: 31 jan. 2025.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Ana Lucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. In:. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

RONDELLI, B. O Narrado e o Vivido: o processo comunicativo das narrativas orais entre pescadores do Maranhão. Rio de Janeiro: FUNARTE/TBAC, Coordenação de Folclore e Cultura Popular, 1993.

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o anteprojeto do serviço do patrimônio artístico nacional. Ver. Inst. Est. Bras., SP, 31:19-26, 1990.

SANTANA, Ângela Cristina. Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa; 1862 – 1934. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SCIFONI, Simone. Práticas da preservação na França, México e Brasil: convergências de um debate. Revista CPC, São Paulo, n. 21, especial, p. 49-66, 1. sem. 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p49-66. Acesso em 15 de agosto de 2024.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão. Jörn Rüsen e o ensino de história. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

Significado de local, de acordo com o DICIO, Dicionário Online da Língua Portuguesa. Disponível em: https://www.dicio.com.br/local/. Acesso em 21 de novembro de 2024

SILVA, Francisco Saldanha da. *Entrevista realizada em outubro de 2024.* Raposa, Maranhão.

SILVA, Luciney de Jesus Costa da. O estado ambiental como indicador na qualidade de vida da população: Uma análise da relação saúde e ambiente no centro urbano do município de Raposa, Maranhão, Brasil. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2008.

SILVA, Marcos T. N. Educação Patrimonial: Arqueologia no ensino da História Antiga de Upaon-Açu. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021.

SILVA, Maria do Carmo da; DELGADO, Ana Cristina Souza. Educação patrimonial no ensino de história: concepções e práticas docentes. Revista Brasileira de História da Educação, v. 14, n. 3(35), p. 71-94, 2014.

SILVA, Rodrigo Manuel Dias da. Educação Patrimonial e a dissolução das monoidentidades. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 56, p. 207-224, abr./jun. 2015. Editora UFPR.

SILVA, Rosa Sousa da. *Entrevista realizada em outubro de 2024.* Raposa, Maranhão.

SILVEIRA, D. P. O ensino de História: dificuldades e desafios. Recanto das Letras: Barreiras: 2010.

SMITH, L. El “espejo patrimonial”. ¿Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? Antipoda Revista de Antropologia y Arqueología, Bogotá, n. 12, p. 39-63, 2011. Disponível em: https://revistas.uniandes.edu.co/ doi/abs/10.7440/antipoda12.2011.04. Acessado em: 07 de junho 2024.

SOARES, Simone Miranda. Onde há rede, há renda. Dissertação de mestrado (Programa de Pós graduação em antropologia social) Universidade de Brasília. Brasilia, 2011.

SOUZA, Shirley Nara Moreira de. Elaboração de roteiro turístico envolvendo o dark tourism e turismo cemiterial em Santa Maria/RS. 2021. 197 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

SOUZA, Jéssica Tavares de. GÊNERO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: O Museu das Mulheres de Santa Maria. 2023. 189 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A educação patrimonial no ensino de História. BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 199–211, 2008. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/868. Acesso em: 7 mar. 2024.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THORNTHWAITE, C. W. An approach toward a rational classification of climate. GeographyReview, New York, v. 38, n. 1, p. 55-94, 1948.

TORRES, Rosa Eliana. Povo Tremembé: Deslocamentos territoriais e formas de mobilização étnica. Dissertação (Mestrado Cartografia social e política da Amazônia) Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazonia da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2019.

TREMEMBÉ, Rosa Eliana. História dos Índios Tremembé de Raposa-Ma. s/d mimeo.

TROVÃO, J. R. O processo de ocupação do território maranhense/ José Ribamar Trovão. – São Luís: IMESC, 2008.

UNESCO. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/conventiontext/. Acesso em: 21 de agosto de 2024.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2003. Disponível em: https://ich.unesco.org/en/convention. Acesso em: 20 de agosto de 2024.

VASCONCELOS, Thiago da Rocha. A expansão da ocupação humana e transformações dos ambientes costeiros na área urbana do município de Raposa-MA. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Transcrição de Entrevista

Entrevistada: Dona Rosa

Data: 10 de outubro de 2024

Local: Residência da entrevistada, estrada da Raposa, nº 26. Raposa – MA

Duração do áudio: 30 min 24 segs.

VICTOR: Dona Rosa, eu queria que a senhora me contasse um pouco como que a senhora começou a trabalhar com a renda de bilro.

DONA ROSA: Eu comecei a trabalhar com a renda de bilro desde a idade de sete anos. Minha mãe era rendeira e me ensinou desde pequena. Com sete anos, eu já fazia renda para vender. Comecei nesse trabalho aos sete anos, e minha mãe me ensinou a ser uma rendeira ainda pequenininha. A renda que eu fazia já servia, e minha mãe a levava para vender, assim podíamos comprar as coisinhas para a gente.

VICTOR: Era tradição entre vocês?

DONA ROSA: Tradição, tradição.

VICTOR: Todo mundo lá tinha que aprender?

DONA ROSA: É, todo mundo tinha que aprender e todo mundo, filha de rendeira, virava rendeira também.

VICTOR: Se alguém não quisesse, ah, não gosto, não quero virar rendeira?

DONA ROSA: Na minha época, eu acredito que isso não existia, porque os filhos obedeciam às mães. Aprendiam a fazer e faziam. Mas acho que com certeza existia alguma família que tinha uma ou outra que fazia trança, mas era algo distante. A renda mesmo, tradicional, que nós fazíamos era praticamente uma obrigação, por ser um meio de ajudar a mãe da gente em casa. Até por conta de se vestir e calçar também na época.

VICTOR: Naquela época também a questão da pobreza, né, muito difícil conseguir os recursos.
DONA ROSA: É, era muito difícil. Os filhos tinham que trabalhar porque, ao fazermos uma roupa ou um calçadinho, já estávamos ajudando a mãe e o pai a não precisarem comprar, né? A dificuldade era grande, muito grande. Na época, a gente, como era pequeno, não pegava

dinheiro também. E eu, além de aprender a fazer, tive uma aprendizagem muito boa com a minha mãe.

VICTOR: Era a senhora e quantos irmãos?

DONA ROSA: Nós éramos... minha mãe e meu pai tinham sete filhos: três homens e quatro mulheres. Das quatro mulheres, todas eram rendeiras.

VICTOR: Todas sabem fazer renda?

DONA ROSA: Todas sabem fazer.

VICTOR: Na sua família, quantas gerações sabem fazer a renda de bilro. A senhora, a sua mãe, sua avó sabia?

DONA ROSA: Sabia, as minhas tias sabiam. A geração da minha mãe toda sabia fazer renda.

VICTOR: Suas filhas sabem?

DONA ROSA: Minhas filhas sabem.

VICTOR: Todas as filhas sabem, até a neta sabe fazer?

DONA ROSA: A neta aprendeu, aprendeu, mas não conseguiu. Ela apenas aprendeu e acabou desistindo. Quando a gente desiste, elas não sabem muito, por conta da base do estudo das netas, né? Elas acham que a base do estudo não está aqui, e, com a entrada do celular, acabam desistindo de continuar a carreira da renda.

VICTOR: Quando a senhora começou a fazer a renda, como era o processo? Como é que a senhora aprendia? A sua mãe chegava e dizia: "Olha, hoje eu vou ensinar vocês a fazer o bilro"? Ou era aquela coisa de ficar no meio da casa, vocês observando por curiosidade e aprendendo? Como é que funcionava?

DONA ROSA: Não. Era assim: quando a gente já nasceu, a mamãe já fazia renda. A gente não tinha nem almofadinha, mas já colocava, com essa idade de três ou quatro anos, quatro bilros na almofada da mamãe e ia brincando com eles. Nessa brincadeira, a gente foi desenvolvendo, olhando a mão da mamãe. Aprendemos a fazer o trocado, porque a primeira coisa era aprender a fazer o trocado da renda. E, para a mamãe ensinar, ela não se preocupava, porque, eu falo por mim e pelas minhas irmãs, foi a mesma coisa. Aprendemos a fazer só observando a mamãe. Quando ela viu que a gente já tinha aprendido a fazer o trocado e que já fazia uma rendinha sem traça, ela se admirou. Aí, ela se entusiasmou e colocou para eu fazer uma rendinha mais

séria, assim, com uma tracinha. E então ela ensinou de verdade, sabe? "Faça a traça, a trança, o trocado inteiro, meio trocado, a charita." E assim foi.

VICTOR: É bilrro ou bilro?

DONA ROSA: É bilro. Bilros. Para mim é bilros.

VICTOR: A senhora sabe fazer tudo no bilro ou alguma coisa a senhora não sabe?

DONA ROSA: De bilro eu sei fazer tudo. Até onde o conhecimento que chegou a mim, da renda, eu sei fazer tudo.

VICTOR: Tem alguma diferença do bilro feito na sua época para o de hoje, ou a tradição a senhora acha que continua a mesma coisa? DONA ROSA: Não, é a mesma coisa, com alguma diferença em relação à modernidade de hoje, né? Porque, na minha época, a gente não pinicava o papelão muito bem. Até hoje eu digo que sou uma rendeira; me considero totalmente rendeira, e não sei pinicar aquele papelão. Mas, como eu faço, eu sei ajeitar sozinha, entende? A renda fica perfeita; todo mundo que vê minha renda, que a admira, acha perfeita. E assim, a gente aprende muito quando percebe que aquilo chegou na nossa mente. Além da necessidade que eu aprendi de fazer, quando a gente vai entendendo que quer criar algo que chame mais a atenção das pessoas que compram, isso, para mim, foi vantajoso. Porque, quando eu vendia uma peça, era uma alegria tão grande que a vontade era de fazer mais. E, por causa dessa vontade e da necessidade de acompanhar, eu trabalhei muito à noite, desde muito novinha, para fazer a renda e amanhecer com a renda mais feita. Trabalhava até 12 horas, uma hora da madrugada, com uma lamparina acesa na almofada. Meu nariz amanhecia pretinho, mas foi gostoso, era muito bom. Para mim, era felicidade, porque no outro dia eu estava com a peça praticamente pronta. Sabia que a mamãe levava para vender e era vendida, viu? E, para mim, isso era entusiasmo. Até porque, quando me casei, ajudei meu marido a criar nossas filhas só com a renda. Através da renda, eu desenvolvi uma mente de fazer mais coisas para completar a renda. Aprendi a bordar à máquina e à mão. Às vezes, as pessoas me dizem que é impossível fazer tudo isso, mas não é impossível. É preciso se dedicar e ter a necessidade de aumentar a nossa renda para criar a família, né? Aí, a gente aprende várias coisas, e as pessoas que sabem acham que é impossível, mas não é. Porque, até hoje, na idade que estou, para mim não é impossível. Quando uma pessoa me compra uma peça e eu percebo que ela gostou e elogiou tanto, isso me estimula a fazer ainda mais. E o melhor é que, quando vier a próxima encomenda, eu terei essa motivação de fazer mais, porque as pessoas elogiam de uma maneira que me dá força. Não é só a compra que dá

essa força; é a maneira como a pessoa observa a gente trabalhar com tanto carinho, e isso dá um entusiasmo que faz a gente querer fazer muito mais.

VICTOR: Eu percebo que toda vez que a senhora fala da renda de bilro, seus olhos brilham. O que a renda significa para a senhora? A senhora fala com tanta empolgação da renda, que parece que ela foi a sua vida. O que ela representa para a senhora e o que a senhora acha que ela significa para o município de Raposa? Porque, quando a gente ouve falar de Raposa, logo associamos com as rendeiras. Ao chegar na cidade, encontramos um corredor das rendeiras. Então, o que a renda significa para a senhora e qual a sua importância para o município?

DONA ROSA: Para mim, em primeiro lugar, a renda tem um significado muito bom, pois me ajudou a criar a família e a educar minha filha, entende? Para mim, foi uma experiência maravilhosa que não tem como não me sentir alegre, satisfeita e feliz. E em Raposa, acredito que a renda representa algo muito positivo, pois hoje temos um corredor de renda, o que chama a atenção para o município, mostrando a força das rendeiras. Embora eu já seja uma rendeira que poderia estar aposentada, não quero me encostar, entende? (risos) Vejo todas as rendeiras armadas e felizes, e isso me traz alegria. Acredito que a Raposa, com seu corredor de renda, é um lugar especial, cheio de pessoas que ainda estão produzindo. Para mim, isso é uma felicidade, mesmo que às vezes a gente reclame do preço e do pouco que ganhamos pelo tempo que dedicamos. Mas eu sempre digo que o pouco com Deus é muito, enquanto o muito sem Deus é nada. E essa é a melhor parte para mim, porque hoje sou uma rendeira feliz! Sou assim porque sei que tenho filhas formadas, e isso é resultado do meu trabalho e do apoio do meu marido, mas eu fui além da ajuda dele.

VICTOR: O que para muita gente acaba sendo pouco, pois há quem menospreze a renda, para mim foi a base da minha família. Foi o alicerce, o cimento que sustentou a educação de toda a minha família. Enquanto muitos dizem: "Ah, é só uma renda, isso não vale 200, isso não vale 300 reais", eu sei que, de grão em grão, consegui formar meus filhos e filhas, construir uma casa e ajudar meu esposo, tudo isso por meio da renda. DONA ROSA: Foi verdade.

VICTOR: Quando a senhora chegou aqui em Raposa, já tinha renda aqui?

DONA ROSA: Não, tinha chegado uma rendeira.

VICTOR: Isso foi em que ano?

DONA ROSA: Eu cheguei em 1965. Quando eu cheguei, tinha uma rendeira que morava já em Raposa. Raposa ainda não tinha; quando eu cheguei, estava começando aí a estrada, né? Em

Raposa nós tínhamos muita dificuldade, não tinha ainda, mas tinha uma rendeira morando aqui, porque ela ainda não tinha aberto as coisas de vender renda em Raposa nem nada. Sabia fazer, mas não tinha aquele avanço. Pouca pessoa sabia, porque a comunidade tinha bem pouca gente. E ninguém sabia. Foi dona Marivéia, que Deus já levou, uma das primeiras rendeiras que fez aqui na Raposa. Ela não teve essa chance de receber essas coisas que hoje a gente tem, o prestígio que hoje em dia tem. Então, foi assim. Quando nós chegamos, como éramos quatro, mulheres, filhas de minha mãe, rendeira, viu? Aí a gente começou a fazer renda. Mamãe fazia as almofadas e a gente começou a fazer renda nas portas. Sentava na porta de casa, fazendo renda. Aí começou, eu lembro, até o primeiro guia que apareceu na Raposa para nós vender rendas. Eu conheci. Chamado Simão, não sei nem se está ainda por aqui. Ele andava de táxi e ninguém sabia nem quem era; parava onde a gente estava fazendo a renda. Aquelas cinco, seis pessoas de nós, que fazíamos renda nas portas, ele olhava, parava, tirava foto, viu? E aí vinha uma, duas pessoas, ele mostrava e a pessoa precisava comprar a renda. Isso era uma alegria muito grande.

VICTOR: Foi a primeira propaganda que vocês tiveram.

DONA ROSA: Foi, era uma coisa muito maravilhosa. Aí foi passando, ai a gente funcionou e começou a aparecer mais aqui no só taxi, né? Que a gente nem conhecia, mas quando olhava, parava. E assim as pessoas também começaram a chegar na Raposa, foram se entusiasmando e também fazendo renda, aí foi crescendo. Foi uma parte tão maravilhosa, tinha turista que queria ir nos táxis e a gente estava sentado assim fazendo a renda. Eles tiravam foto da casinha da gente no canto, faziam aquela filmagem, aquela coisa toda, aqueles elogios tão grandes. Isso dava um animo para a gente trabalhar mais.

VICTOR: Vocês viraram celebridade no mundo todo...

DONA ROSA: Sim, sem saber se era. (risos)

VICTOR: Vinha turista da França, da Alemanha; tiravam foto de vocês, levavam para fora, e isso daí é bom. Porque assim, criou uma cultura, uma tradição na Raposa. E o que que a senhora... Como a senhora enxerga o impacto da renda de bilro na identidade do município? A senhora imagina a Raposa sem as rendeiras?

DONA ROSA: Eu não imagino. Eu não imagino a Raposa sem rendeiras, em um lugar sem turistas. Por quê? Porque, se acabar a rendeira na Raposa, para mim, no meu pensamento, acaba a animação do turista em vir à Raposa. Tem outras coisas para o turista olhar? Tem. Chama

atenção? Chama. Mas eu acredito que a renda de bilro é o que mais comentam quando vêm passear, principalmente aqueles que não conhecem a Raposa. Então, eu acho que, se essa história se fechar, de não ter mais rendeiras em Raposa, fica um pouco sem graça. Pode até ter a renda, mas, se não tem a rendeira, como é que faz para dar significado a essa venda? Se tem a renda, mas não tem a rendeira que mora e faz a renda, para quem já sabe, é uma coisa, sabe que foi a rendeira que fez. Mas, para quem não viu, para quem não conhece, a venda é só uma coisa. Uma coisa é diferente quando você vê pessoalmente. Então, eu acho que Raposa nunca deve acabar com as rendeiras. Eu acho que as pessoas, minhas colegas e amigas rendeiras, têm que entender que podem ensinar as pessoas, ensinar os filhos. Mesmo que não vivam diretamente desse trabalho, mas que tenham esse entusiasmo. Porque ser rendeira não é vergonhoso, não. Para mim, eu sou uma mulher... No meu pensamento, isso não é de agora, nunca me achei menor do que uma pessoa que fez uma faculdade. O ganho pode ser menor, mas o prazer de quem trabalha e honra o próprio trabalho... A gente se sente uma pessoa, digo assim, uma palavra até forte: uma celebridade (risos).

VICTOR: É único. A senhora faz o que muita gente não sabe fazer.

DONA ROSA: Sim. É, eu não sei o que as pessoas que usam estudos sabem fazer, mas para mim a felicidade. A igualdade para mim. Tudo é muito bom.

VICTOR: Só que assim, eu percebo, infelizmente, que esse brilho no olhar, essa animação pela renda, essa vontade de manter a tradição viva da renda, só existe entre as rendeiras mais antigas. O que a senhora acha? Primeiro, por que essa tradição está morrendo? Por exemplo, os jovens de hoje... Eu tenho alunos que nunca ouviram falar do bilro. Eu chego em sala de aula e comento sobre isso, e eles reagem com surpresa: "Gente, como assim?" Existe um corredor de rendeiras na cidade de vocês, que não é uma cidade grande. Tenho certeza de que meus alunos passam por aqui, andam de bicicleta, e conhecem essa área. Ainda mais com o movimento político, por conta do ano eleitoral. Como é que eles não conhecem a questão das rendeiras e tudo mais? O que a senhora acha que poderia ser feito para incentivar esse aprendizado nos jovens? Por exemplo, foi criada no colégio Sarney Filho uma oficina, que está dando certo, sobre renda de bilro. Os alunos são de baixa renda, então eles se sentam, aprendem a mexer com os bilros, uns mais rápidos, outros mais devagar, mas se motivam. Porque, como a senhora comentou no início, quando eles terminam uma peça e alguém quer comprar, isso já os anima a fazer outra, para vender. E acaba virando um ciclo: vende, ganha dinheiro, continua fazendo, e assim por diante. O que a senhora acha que pode ser feito para que essa tradição não morra em Raposa?

DONA ROSA: Hoje, é até um pouco difícil falar sobre isso, porque, atualmente, a juventude e até as mães são jovens. Esse entusiasmo vem também do incentivo que a mãe dá ao filho, e da própria rendeira que tem paixão pelo ofício. Mas há muitas rendeiras que acham o trabalho desvalorizado, que é difícil ganhar algo com a renda, pois passa-se um mês para ganhar uma coisinha. E eu acho que isso acontece porque as pessoas, muitas vezes, não se conformam com o pouco que ganham. Claro, hoje tudo está caro. Sei que, se a renda fosse valorizada de acordo com o trabalho e o custo envolvidos, realmente seria um incentivo. Mas, se nós que amamos essa cultura que aprendemos não avançarmos isso, nossos netos poderão crescer sem esse conhecimento. Eles podem estudar e, ao mesmo tempo, aprender a fazer essa arte, que não é feia, é bonita e elogiada por todos que vêm nos visitar. O maior incentivo deveria vir da mãe que é rendeira, mostrando que não há nada de errado, que é bonito. Se eu fosse jovem hoje, não escolheria outra coisa. Mesmo que eu tivesse um emprego, eu não deixaria de lado a minha almofada (risos). Sou aposentada, mas nunca deixei minha almofada.

VICTOR: Como a senhora se sente. Vendo que ainda tem. Essa tradição da renda viva em Raposa. Apesar de que daqui a um tempo. Ela pode não existir mais. Como a senhora se sente sabendo disso?

DONA ROSA: Eu tenho um sentimento de que, se eu pudesse passar esse meu sentimento para alguém que é uma rendeira mais nova, para poder entusiasmar a pessoa e fazer com que essa tradição não parasse... Porque, como você falou, é verdade. Eu estou vendo mesmo na minha cidade: se não tiver um entusiasmo, vai parar. Dependendo, talvez, dos preços da renda ou da rapidez de venda, também. E até ser o incentivo dos pais para que essa tradição não acabe e continue a ter mais reconhecimento. Porque, realmente, hoje, para a juventude, eles querem algo mais. Porque, vendo por outro lado, precisa mesmo de um incentivo para ver se essa tradição não morre, já que é uma cultura tão admirável. Mas tem que ter uma... tem que ter um... como se diz? Um meio para entusiasmar essas pessoas mais jovens de hoje, fazer a renda, entender fazer a renda, e botar neles o pensamento, o incentivo de que eles podem estudar, podem até pregar para ganhar um pouquinho e ajudar nos estudos. Mas que não deixem a tradição morrer, pois com isso também ganham um pouco mais, e é lindo.

VICTOR: Isso é verdade. Eu queria que a senhora me falasse um pouco sobre como é o processo de produção da renda. Por exemplo, eu digo: "Olha, dona Rosa, eu quero que a senhora faça uma camisa, uma blusa dessa daqui para mim, de renda." Como é que a senhora pensa? O que a senhora pensa? Quanto tempo leva? Como é que a senhora começa? Porque eu acho interessante o início. Não tem nada ali, mas vai pegando uma forma, e, quando a gente vê, já

tem um ombro. A senhora vai fazendo mais um pouquinho, vai fazendo uma manga. Como é que é esse processo de fabricação da renda? E quanto tempo leva para a senhora fazer uma peça?

DONA ROSA: Bem, já uma peça maior, como uma blusa, pega um tempo bem maior, dependendo de cada rendeira e da agilidade que ela tem. O tempo também é bem longo. Porque, para começar, ela é feita por tiras. Não é algo que se faz em um dia. É por tiras, e quanto mais a gente alargar a tira para fazer mais rápido, mais fica difícil. Mais ou menos, a gente tem a prática de usar 8 tiras para fazer a blusa, fora a manga. Isso já leva um tempo bem longo. E, para a gente fazer esse papelão, se quiser formar, também tem pessoas que, pelo ensino e pelo estudo, já fazem mais rápido. Mas falando de mim, que já sou antiga, para mim é mais fácil.

VICTOR: Por exemplo, um vestido. A senhora leva quanto tempo para fazer um vestido?

DONA ROSA: Se for fazer sozinha, eu levaria... Se eu estivesse bem com a minha coluna, como era antes, eu faria em um mês e meio. Um mês, dependendo também do ponto, que vai muito pelo ponto e pela espessura da linha. Porque o trabalho com a linha fina é o que dá mais trabalho. A última linha fina que eu fiz aqui foi uma blusa, uma camiseta de renda de linha fina, com ponto meio. Eu passei três meses para fazer. Mas também tinha uma questão: eu não sentava o dia todo, porque já não havia nada. Se eu fosse novinha, talvez tivesse feito em um mês. Então, é uma peça muito delicada, que, quando a gente acaba de fabricar, quem olha diz que não foi a gente quem fez, mas que foi máquina. Pois é. Hoje, eu acredito que, para ser rendeira, tem que ter entusiasmo, vontade. Tem que ter algo para incentivar. Eu acho que o melhor incentivo, além de outras coisas, são as vendas, para que, no dia de hoje, as pessoas vejam um resultado melhor e tenham ambição de aprender e de fazer. Porque até sabe, mas não quer fazer. Não quer passar um mês para fazer a renda. Eu tenho visto muitas pessoas falarem isso. Então, para quem não é entusiasmado pela arte, acaba enfraquecendo, não é? Então, a questão é que, por mais rápido que seja... Não sei se foi uma peça assim, mas se foi uma peça como parte de caminho de mesa, blusa, vestido, é uma peça que é curta de fazer. O mais rápido que uma rendeira pode fazer, o mais fácil que foi, o ponto da blusa ou do vestido, ela não tira o vestido em 10 dias. Sozinha, não tira em 15 dias. Pode até tirar rápido, mas só se reunir um vestido que tenha 8 tiras. Cada rendeira faz uma tira conforme o tamanho e o ponto. Quando 8 pessoas fazem, cada uma termina uma tira e fecha o vestido. Essa é a produção mais rápida que tem, se houver uma união de rendeiras para obter essa renda.

VICTOR: Que foi o que vocês tentaram fazer aqui.

DONA ROSA: É...

VICTOR: A senhora pode falar Por quanto a senhora vendeu essa blusa. De ponto miúdo que a senhora fez.

DONA ROSA: Isso foi de balada. Faz uns 5 ou 6 meses que eu fiz essa blusa, essa camiseta. E essa camiseta, hoje, eu vou dizer por quanto eu fiz: eu a fiz por 500 reais nessa data. E hoje, se fosse para fazer, eu não faria nem por esse preço. Foi muito barata, muito barata, porque eu passei 3 meses para fazer. E, quando eu vi que não ia terminar em 3 meses, eu fiz como na história: "Vou para a noite" (risos). Mas eu fiz sozinha. Ficou muito bonita! A mulher, a moça que tinha me encomendado, ficou tão alegre, tão satisfeita, que ela disse assim: "Dona Rosa, eu nunca pensei que a senhora me entregasse essa blusa." E eu disse que, mesmo que eu tivesse morrido, ela ainda receberia a blusa, porque minha filha terminaria para mim. Ela deu uma parte para eu começar a blusa, e o restante eu recebi no final.

VICTOR: Eu queria que a senhora deixasse um recado para as próximas gerações de Raposa sobre a importância da renda de bilro, sobre seu desejo para o município a respeito da renda e o incentivo para os jovens, para que essa tradição não morra, para que não acabe e para que eles não percam o ânimo na renda de bilro, para que não achem essa arte desinteressante. Eu gostaria que a senhora deixasse um recado.

DONA ROSA: Eu vou deixar um recado. Eu peço a todas as rendeiras aqui de Raposa, tanto as que já são de meia-idade quanto as mais novas, que não abandonem esta tradição que nós temos de ser rendeiras. Porque essa é uma parte muito boa para nós que somos rendeiras, para nos entusiasmar e para não deixar morrer esta tradição em Raposa. Para que essa tradição continue, continuar... Por mais que você ache que ela não traz muito lucro, é uma tradição que também traz benefícios para o lugar, para os turistas. Isso dá um ânimo para que você estude mais e mais, mesmo através da renda. Se você, uma rendeira nova, achar que não é vantajoso, entusiasme-se para fazer assim mesmo. Porque, de uma maneira ou de outra, ela tem uma renda a lhe dar. Não deixe que isso acabe em Raposa, porque, daqui a alguns anos, a Rosa, que é apaixonada por renda, pode não existir mais. Mas quando eu partir, já fico feliz, porque espero que tenha um grupo de rendeiras novas continuando esta tradição tão maravilhosa, tão boa, tão bonita e honrada também. Eu peço, faço um pedido a todas as rendeiras de Raposa: não acabe com essa tradição. Não se ambicione apenas pelo valor que se ganha, mas sim pelo amor de ser rendeira. Porque ser rendeira não é uma coisa vergonhosa; é uma arte que fazemos e que vê as pessoas se agradando e comprando. E o brilho que temos ao saber que aquilo que nossas mãos

fazem é reconhecido por todos é algo muito gratificante. Isso já nos dá a motivação para não abandonar uma arte tão bonita, só porque o lucro não é muito satisfatório.

APÊNDICE B

Transcrição de entrevista

Entrevistado: Francisco Saldanha da Silva (Seu De Ouro)

Data: 10 de outubro de 2024.

Local: Residência do entrevistado. Rua da Lavanderia. Nº 42. Raposa – MA

Duração: 37 min 02 segs.

VICTOR: Seu de Ouro, eu gostaria que o senhor falasse um pouco como o senhor veio parar na cidade de Raposa.

Seu de Ouro: Pois é, se trata o seguinte, em 1946, quando terminou a Segunda Guerra Mundial, segundo o que a gente ouviu e presenciou em alguns momentos, o governo do Brasil sentiu a necessidade de crescer o contingente de soldado no Exército, que era muito precário. Tinha acontecido a guerra, alguns foram à guerra e voltaram, foi na batalha lá na Itália, você sabe bem isso. Então, com isso, foi convocado no município de Acaraú, que era onde eu morava, onde eu nasci, eu sou cearense. Lá foi convocado, houve uma convocação por parte do governo do Estado, convocando todos os jovens de 18 anos, 18, 19, 20 anos, que não eram alistados no Exército, para se alistar no Exército Brasileiro. E como tinha terminado a Segunda Guerra, que na guerra foi convocado muita gente, mesmo quem não foi para a guerra, mas ficou nos quartéis. Então o caboclo analfabeto, pescador do interior, da roça, achava que aquela convocação era o governo convocando para mandar para a guerra, de novo. Então houve uma debandada, eles se debandaram. Aqueles jovens, as mães chamavam: "Meu filho, vai-te embora, te esconder no interior", mandava para a Amazônia, que dizia que na Amazônia era bom se esconder porque cortava seringa, e era no mato, então o governo não ia lá chamar eles para a guerra; "vai para as praias do Maranhão," que se dizia, então, para as ilhas. Então, se debandou muita gente. Dois cearenses vieram de lá para cá se esconder aqui na praia da Raposa, que foram os dois primeiros que chegaram aqui, foi esse rapaz, o Zé Martins e o Antônio Pucal, esse aí já foi apelido que eles alcançaram aqui, adquiriram aqui, porque o nome de um é Antônio Ferreira dos Santos, e o nome do outro é José Martins dos Santos ou de Souza.

VICTOR: Então quer dizer que aquela história dos cearenses que vieram fugindo da seca não existe?

Seu de Ouro: Não, não procede assim, não. A fundação da Raposa partiu desses dois jovens que vieram fugindo com medo de se alistar no exército. Eles vieram para cá, depois disso, um cearense chamado Chico Noca veio embora com a família para cá, não veio aqui para a Raposa,

veio para o município de Guimarães, ele foi para Guimarães. Chegando em Guimarães, não se deu e revolveu e vir para São Luís. Quando chegou em São Luís, encontrou um conterrâneo dele que estava trabalhando no aeroporto, a construção do aeroporto do Tirirical, aquele aeroporto que hoje é ali. Ele estava destocando, arrancando o tucunzeiro no "inchadeco", na marreta, no "inchadeco", na marchada, tirando os tocos, porque na época não tinha um patról e uma carregadeira para cavar, então foi feito a braço de homem, arrancando o toco, e ele encontrou esse rapaz aqui, chamavam ele João Miguel, lá no aeroporto. Aí ele o encontrou lá no portinho, quando ele veio com a família, disse, rapaz, para onde você vai? E Chico Noca respondeu: eu vou embora para o Ceará de novo.

Ele tinha vindo para tirar a passagem de trem para voltar para o Ceará, porque a gente vinha de trem de lá para cá.

Aí o João Miguel disse, rapaz, sabe onde tem dois Cearense, e tu conhece. O Zé Martim e o Antônio Ferreira estão lá no Ribamar, trabalhando para um moço chamado Zé Linhares.

Aí o Chico Noca foi lá onde eles estavam, no Ribamar, para conhecer os dois, que era o conterrâneo dele. Quando chegou lá, disse, não, eles estão para a praia da Raposa.

Chico Noca disse: Onde é essa praia?

João Alves disse: Diz, é aqui, assim, assim, que uns formaram para ele.

Chico Noca respondeu: o que é que eles foram fazer lá?

João Alves disse: Eles foram levantar um curral, que o Zé Linhares deu arame, material para eles levantarem o curral, porque eles falaram do curral de arame. E os Zé Linhares, aqui, comerciante, tinha zangaria, nessa época, pescaria, e eles falaram da pescaria de curral de arame, e eles deu arame, para eles botarem o curral.

Seu de Ouro: O Chico Noca chegou, eles estavam trabalhando para fazer o curral. O Chico Noca veio, ajudou eles a botar o curral, foi buscar a família, e veio com a família e aportou aqui. Foram os primeiros cearenses que chegaram aqui. O Chico Noca com a família, com nove pessoas na família dele, e esses dois cearenses que vieram primeiro do que ele. Vieram em um ano, e o Chico Noca veio no outro ano. Eles chegaram aqui em 52, o Chico Noca chegou em 53. E nós já viemos, em outra viagem, já em 54, nós viemos para cá em 54, sete famílias. E quando nós chegamos aqui, só tinha três ranchos de palha, na Raposa. Numa ilha que havia aqui e a erosão do mar comeu que não existe mais. Lá fora, o quilômetro dali, daquele cais para lá, era um quilômetro de ilha que tinha ali. Tinha um quilômetro de comprimento com 800

metros de largura. 800 metros de largura era a ilha que chamavam de Ilha da Raposa. Que o mar destruiu, a erosão do mar levou, não existe mais nada dali.

VICTOR: O senhor chegou aqui em qual ano?

Seu De Ouro: Em 1954, em janeiro de 54.

VICTOR: Um ano depois do Chico Noca. Conheceu todo esse pessoal?

SEU DE OURO: Conheci tudo, tudo

VICTOR: E aí como é que era? Como é que era a raposa quando o senhor chegou aqui? O que é que tinha aqui?

Seu De Ouro: Na raposa, lá na ilha da raposa, onde eu estou falando que a erosão do mar destruiu, que não tem mais. Era uma ilha onde o Zé Linhares criava umas cabras e criavam umas vacas. Tinha mais ou menos umas 20 vacas e tinha umas 100 cabras que ele criava lá nessa ilha, que era a dele. Acho que ele aforava, não sei, mas ele criava esses animais lá. Quando os cearenses chegaram e começaram a fazer casa, que nós chegamos, um cearense matou uma cabra dele. Ele achando que os cearenses iam comer as cabras, trouxe uma ação de despejo para tirar os cearenses da ilha, que era a dele.

Aí o Chico Noca tomou a frente e não deixou. Foi à Capitania dos Portos, foi ao Palácio do Governo, com essa questão, para não deixar tirar os cearenses, porque os cearenses já tinham umas 20 famílias já assentadas na ilha. E aí o Zé Linhares, que ele era funcionário da Assembleia legislativa, era um senhor de condição financeira bem abastado, tinha comércio em São José de Ribamar. E eu sei que levaram essa questão lá para o palácio. Então o Chico Noca foi lá, levou os pescadores e apresentou lá e tal. Sei que ganhamos a questão e não saímos da ilha. O governo não deixou sair da ilha. Aí o Zé Linhares tirou as cabras e tiraram as vacas. Aí ficou o cearense. Era cheio de lagoa e de morro. Duna de areia. Aí tinha a duna de areia que tinha 30 metros de altura.

VICTOR: Igual Barreirinhas...

Seu De Ouro: Daquele mesmo jeito. Tinha várias lagoas que não secavam durante o verão. Passavam o verão e o inverno. Todo cheio não secava. Era bonita a Raposa, era bonito quando nós chegamos aqui. A ilha lá. E esse nome de Raposa é porque tinha muita raposa na ilha mesmo. Realmente tinha.

Victor: E como era essa região que nós estamos hoje. Pois o senhor disse que a Raposa que o senhor está falando era uma ilha que não existe mais. E essa Raposa que é a cidade hoje, ela era o que antes?

Seu de ouro: Eles chamavam de ilha do Carcarape, que era isolado, tinha uma área de mangue que isolava uma ilha da outra, a gente vinha de canoa pelo rio até o porto do Carcarape para vim para essa ilha buscar murici, coco de tucum e apanhar caju. Depois o Manoel Batista comprou a ilha, loteou e como o mar começou a destruir a ilha de raposa, os moradores começaram a comprar os lotes para vir morar aqui.

Victor: Então a primeira povoação foi na ilha de raposa que não existe mais que o mar destruiu e depois vieram para essa localidade que atualmente é chamada de raposa também.

Seu de ouro: Isso mesmo, que aqui chamavam de ilha do Cacarape, essa ilha era formada por dunas de areia que saiam da maré e ninguém sabe a quantos anos isso aconteceu.

VICTOR: Quais foram as maiores mudanças que o senhor percebeu de raposa ao longo dos anos?

Seu de ouro: A primeira mudança foi o seguinte, todo cearense que chegava aqui, a profissão para trabalhar era na pescaria com curral de arame, e depois uns que vinham do interior começaram a fazer roça no local que hoje é conhecido como ilha bom viver, terra de INHAUM, fazendo roça. No início aqui era pescaria e roça, ao longo do tempo a pescaria foi dificultando no curral, não foi dando mais peixe e aí entrou a pesca de nylon, de canoa a pano a motor com rede de nylon e aí acabou a pescaria de curral. Aqui nunca se pescou de anzol como no ceara. Então houve a mudança da pescaria de curral para a pescaria de rede e houve também uma mudança de roça para pequena comercio e as pessoas começaram a buscar emprego, pequeno comercio, pedreiro, carpinteiro, uns buscaram serviços em São Luís, foi mudando a cultura do povo.

VICTOR: E como é que era essa área aqui que a gente está hoje?

Seu De Ouro: Eles chamavam aqui a ilha do Cacarape, que era isolada, tinha uma área de mangue que separava a ilha da outra. A gente não vinha por essa estrada. A gente vinha de canoa lá pelo rio, para o porto do Cacarape. Pegava o rio lá e vinha de canoa até o porto do Cacarape pra poder vir pra essa ilha buscar murici, apanhar murici, que tinha muito, tirar aquele coco de tucum e apanhar caju pra levar. Os cearenses gostavam dessa... E a gente vinha de canoa, né? Depois foi que o Mené Batista comprou a ilha, através de uma cooperativa que ele

fez, comprou a ilha, loteou, e a maré começou a destruir, o mar começou a destruir a ilha. O pessoal começou a comprar os lotes e se mudar pra cá. Aí a ilha da Raposa, os moradores vieram pra cá exatamente porque a erosão do mar destruiu a ilha, as casas iam caindo, eles iam comprando lote pra morar aqui.

VICTOR: Então a primeira povoação foi lá na ilha de Raposa, que não existe mais que o mar destruiu.

Seu De Ouro: Exatamente.

VICTOR: Depois vieram pra essa localidade aqui, onde estamos hoje, que é conhecido por Raposa.

Seu De Ouro: É, que aqui chamou a ilha do Cacarape. Essa ilha aqui (onde a atual cidade de Raposa é localizada), ela também foi formada por a maré, ninguém sabe. Foi formada por dunas de areia, saídas da maré, ninguém sabe quantos anos isso aconteceu.

VICTOR: Quais foram as maiores mudanças que o senhor percebeu de Raposa ao longo dos anos?

Seu De Ouro: A primeira mudança foi o seguinte... Todos os cearenses que chegavam aqui, a profissão era trabalhar de pescaria, com curral de arame. E depois começaram alguns, que vinham mais do interior, começaram a fazer roça, onde hoje chamam Vila Bom Viver, que era a terra do Nháuma, fazendo roça. No início aqui, era pescaria e roça. Isso com o longo do tempo, a pescaria foi dificultando, para curral de arame, não foi dando mais peixe, aí entrou a pesca de nylon, de canoa a pano, a motor, com rede de nylon. Aí acabou a pescaria de curral, ficou a pescaria de barco, com rei de nylon, aqui nunca se pescou de anzol, como no Ceará. No Ceará e no Piauí, eles pescam muito de barco, mas de linha. Mas aqui não, sempre foi pescaria de rede. Então houve uma mudança da pescaria de curral, para pescaria de rede. E houve uma mudança da roça, para pequeno comércio e procurar emprego de alguma coisa. Uns trabalhando de pedreiro, uns trabalhando de carpinteiro, outros procurando serviço de São Luís, foram procurando serviço. Então foi havendo essa mudança, no costume do povo, no trabalho, na cultura do povo.

VICTOR: Eu ouvi dizer que aqui tinha tanto peixe, tanto peixe que você pegava com a mão.

Seu De Ouro: Tinha muito, quando nós chegamos aqui, aquele lavado do carimã ali, a gente ia, você encontrava, você botava um pedacinho de rede, de uma coisa, não podia carregar o peixe.

VICTOR: E para onde foi todo esse peixe?

Seu De Ouro: Duas coisas fizeram desaparecer. Primeiro, muita pescaria, todo tipo de pescaria. E a zoada de barco a motor, hoje tem aqui 500 barcos a motor. Isso faz uma zoada tão grande aí na beira da praia, no mar, quando sai para pescar, outros pés estão aqui próximos. Com reflexo de luz elétrica e de tudo, espanta o peixe.

VICTOR: O que mais o senhor sente falta da Raposa de antigamente?

Seu De Ouro: Primeiro, quando nós chegamos aqui, nós éramos mais uma família. A gente tinha aquele contato de família. Se um ia fazer uma casa, todo mundo ali se juntava e ajudava a fazer a casa. E nesse tempo era casa de taipa, coberta de palmeira. Aí um ia botar um curral, os outros se juntavam e os usavam para botar um curral. Então existia uma parceria, não tinha um dia de serviço por dinheiro, era uma troca. Existia uma troca entre eles. Quando um ia botar o curral, todo mundo ia ajudar, quando um ia fazer uma casa, todo mundo ia ajudar. Então, ia fazer uma roça, a mesma coisa. Isso aí era muito salutar, era muito bom na época.

A gente se criou nessa cultura, a gente não estudou, não teve oportunidade de estudar. Era próximo de São Luís, mas ninguém tinha acesso. E nós nascemos no interior e o que dava valor ao homem era trabalhar, ser trabalhador. Não queria saber de estudo, a gente não tinha acesso a colégio. Por exemplo, eu fiz o segundo grau quando eu tinha 50 anos. Com 50 anos foi que eu vim fazer o segundo grau, concluir o segundo grau.

VICTOR: O meu avô é assim, ele é do Ceará também, ele migrou para cá em 56 ou 57, só que ele nasceu num município chamado Granja. Seu De Ouro: A minha sogra era de Granja. E outra coisa, o começo daqui da Raposa, ele foi mantido muito tempo via marítima. Os barcos iam para Belém, traziam tábua, sal, sabão, querosene, farinha, vinha de Belém. Os barcos, na época era barco para pano, veleiro, mas vinha e aqui vendia aqui, o povo comprava aqui. E os outros barcos vinha de Barreirinhas, de Tutóia, trazendo frutas, banana, jaca, manga. Trazia aqui para a ilha da Raposa, era mantido assim. Trazia bode, carneiro para vender, porco, galinha, era assim. Depois começaram a comprar aqui no rio Munim, pegar aqui a baía do Ribamar e entrar no rio de Munim, aí trazia o de cachoeira que vai dar lá em Icatu. Aí trazia o daqui farinha, sabão, coco, esse tipo de material.

VICTOR: Eu queria que o senhor me falasse, por que que só o Chico Noca ganhou a fama?

Seu De Ouro: Por dois motivos. Primeiro, porque ele foi o primeiro morador que veio com família para cá. Ele foi o primeiro morador que veio com a mulher e os filhos, porque os outros

dois eram dois rapazes. Vieram e ficaram. E ele foi quem fez a primeira casa, aqui na ilha da Raposa, para agregar a família. E todos os cearenses que vinha chegando, se agregavam na casa dele. Ele tinha a casa, ele se agregava. E ele era comerciante, ele foi vereador aqui, foi presidente da colônia, foi subdelegado, foi o primeiro a ter farmácia, o primeiro restaurante, tudo foi ele que botou aqui. Então ele tem uma história, ele é uma liderança. E quando os políticos, alguma questão, alguma coisa que tinha por aqui, era ele que peitava de frente. Era ele que ia responder, era ele que se apresentava. Ele era uma espécie de advogado. Analfabeto, mas ele era uma espécie de advogado. E ele era muito respeitado aqui. Logo, ele era um homem de mais de um metro de altura. E ele pesava uns cento e cinquenta quilos, os braços dele eram dessas, porque todo mundo tinha medo dele. A ordem que ele dava, todo mundo cumpria. Quando chegavam os cearenses aqui, a família do Ceará, de qualquer lugar, chegava e queria falar com o Chico Noca para saber onde era que ia para fazer a sua casa.

Era ele que apontava para fazer a sua casa ali, faça ali. E aí ninguém dizia nada. Ele mandava no mesmo dia fazer, pronto. E ele era um cara muito humano, ele ajudava muitas pessoas. Ele gostava muito de ajudar as pessoas.

VICTOR: Ele morreu em qual ano?

Seu De Ouro: Rapaz, eu nem me lembro do ano que ele morreu. Acho que deve fazer uns oito anos mais ou menos que ele morreu.

VICTOR: Ah, foi recente então?

Seu De Ouro: Foi recente.

VICTOR: Aí eu pensei que Chico Noca tinha morrido na década de 90.

Seu De Ouro: Não, não, não, não. Eu não gravo, eu sou ruim para gravar assim.

VICTOR: Quando ele morreu, o que vocês sentiram?

Seu De Ouro: Pelo menos, da minha parte, ele era muito meu amigo, meu parceiro. Eu senti muito, senti muita falta de Chico Noca. Ele foi uma figura que desapareceu daqui que morreu, mas que deixou saudade para muita gente. Só compadre aqui, que é a história de padrinho, ele tinha mais de duzentos compadres. Todo mundo queria que Chico Noca fosse padrinho de seu filho. Compadre de Chico Noca, ele tem mais de duzentos compadres aqui na Raposa.

VICTOR: Por que ele, com toda essa influência, nunca virou prefeito de Raposa?

Seu De Ouro: Primeiro, ele foi vereador pelo Paço Lumiar. Porque nesse tempo, a Raposa não era município. A Raposa era distrito do Paço Lumiar, aonde eu fui vereador também, fui presidente da Câmara lá no Paço Lumiar, fui candidato a prefeito duas vezes, ganhei duas eleições, não assumi, por causa de urna impugnada para prefeito. E daí foi que eu trabalhei para mudar a Raposa, transformar a Raposa em município. O Pedro Vasconcelos, que era deputado, fez um projeto, criando vários municípios no Maranhão. E aí nós botamos a Raposa também na disputa. Nessa época, eu era uma liderança política aqui na Raposa e nós trabalhamos no plebiscito para passar a Raposa a município, e tentamos, e até que deu certo, passamos a município. Mas eu já me arrependi disso.

VICTOR: Por quê?

Seu De Ouro: Porque a Raposa não era para ser essa raposinha que é hoje. A Raposa era para ser um distrito de São Luís, um bairro igual a qualquer dos bairros nobres de São Luís. Raposa tem trinta anos de cidade, você chega aqui, não tem nada. Os prefeitos que entraram aqui, sem visão. Um município a trinta quilômetros de São Luís, que goza das beneficies de tudo de São Luís, não é difícil de se ir em uma secretaria, de se ir na Assembleia, no governo do Estado, de adquirir alguma coisa para trazer para cá, botar isso aqui no ritmo do crescimento da cidade de São Luís. Mas os prefeitos daqui meu Deus do céu, foram uma tristeza.

VICTOR: Vamos supor que hoje o Francisco ganhou a eleição para prefeito de Raposa. O que o Francisco queria fazer?

Seu De Ouro: Hoje. Hoje era uma demanda muito grande porque era começar de uma coisa. Hoje não se pode... Hoje eu não tinha mais como mexer na cidade. As ruas, tudo estreitinho, não tem calçamento, as palafitas lá na frente e lá atrás, aquela coisa. Já não dava mais para urbanizar, assim, melhorar. Eu teria que fazer, recuar um pouco a sede, que aqui é que é a sede do município da Raposa. Eu recuava um pouco naquelas vilas, mas onde ainda tem alguma área, para fazer pelo menos uma praça que não existe aqui, construir um hospital de médio porte, que também não existe, entrar em parceria com o governo do Estado, para desenvolver o turismo na Raposa, que fala de turismo, e na Raposa não tem turismo. Na Raposa vêm quatro pessoas de São Luís aqui fazer um passeio, e agora está isso, com dois anos que começaram a fazer esse passeio aí. O rio assoreou, as canoas não podem andar na maré seca. Tem horário de maré para ir e para voltar. Esses rios eram perenes, e foi tudo assoreado. Teria que dragar esses rios para dar acesso à maré cheia, maré seca, toda hora, para fazer, que é o único turismo que hoje é explorado aqui, é esse. É o turismo náutico aqui, de barco que tem aqui. Então, fazer pelo

menos aqui, tentar trazer uma faculdade para cá, para a gente não ter tanta necessidade de ir para São Luís, tentar... Porque o caboclo daqui o pescador, o filho do pescador, o filho mesmo do funcionário, ele tem uma dificuldade muito grande de se deslocar daqui para São Luís, e o meio dele aqui, o ambiente dele, o meio social dele, não é igual ao povo de São Luís. Ele entra numa faculdade de São Luís, ele chega lá, ele não se sente ambientado ali. Ele vive aqui numa cultura e chega lá, é outra cultura. Então, em vez de o caboclo ir para lá, eu trazia para cá, uma faculdade para cá, uma extensão da universidade, um polo da UEMA. Eu tentava, pelo menos eu tentava fazer isso.

VICTOR: O senhor tocou num tópico muito sensível, porque essa questão do turismo em Raposa, eu já observei isso. Por exemplo, Barreirinhas tem ali uma beira rio. Que está sendo arrumado pelo governo do Estado. Um rio que já assoreou muito, que antes entrava navio de cargo, hoje em dia não entra mais, dunas que não são nem tão pertos, é uma hora de viagem. Santo Amaro, que a duna é dentro da cidade, praticamente, mas todo turista que chega aqui quer ir para Barreirinhas. Raposa, a gente tem as Fronhas, é a 20 minutos de São Luís. Se eu desço no aeroporto, pego um Uber, um táxi, qualquer coisa, em 30 minutos eu estou aqui. Se o senhor vier de outro bairro, é 20 minutos.

Seu De Ouro: É verdade.

VICTOR: Nós temos as fronhas, nós temos comidas típicas, mariscada, peixe, um bom ambiente, mas a gente não tem turismo em Raposa. A gente tem o caminho, o corredor das rendeiras que não é explorado. Tudo para alavancar a Raposa...

Seu De Ouro: Infelizmente... É falta de visão dos prefeitos, porque é o seguinte, o prefeito não pode esperar que a população em si, que a cultura é pequena, que o povo é analfabeto, que é principiante, ainda traz aquele vestígio dos antepassados. Quem tem que alavancar isso aí é o prefeito, criar uma secretaria com pessoas capacitadas, trazer alguém de São Luís, não sei de onde, trazer de São Luís pessoas que venham colocar. Aqui teve um secretário aqui de pesca, que foi o Ademar Cantanhede, que é irmão do Luís Carlos Cantanhede, que é dono da Atlântica, empresa de segurança em São Luís, ele passou dois anos aqui como secretário, ele deu uma alavancada aqui nessa cidade, como nunca se esperou. Curso de computação, curso de meio ambiente, de tudo que você pensar, ele botou velho aqui na sala de aula, ele passou dois anos aqui, ele movimentou essa cidade toda. Foi exatamente nessa época que eu fiz o segundo grau. Ele se deu comigo, eu era secretário da prefeitura, e ele começando comigo. Eu renunciei e pedi pro Laci, que era o prefeito, nomear ele como secretário, ele nomeou, ele me conhece como De

Ouro, que eles me chamam de De Ouro. Então ele dizia, “De ouro rapaz, você devia fazer o ensino médio, porque que tu não estudas?” E eu respondia de volta: “rapaz, eu já estou velho, tenho 50 anos”. E ele falava: “que nada, rapaz. Vai fazer o segundo grau”, aí ele tanto botou na minha cabeça que eu fui fazer o segundo grau, fui fazer curso de computação, fui pegar num celular, foi ele que me incentivou, que ele conversava comigo, ele me levava sempre em São Luís, a gente ia na secretaria, eu sempre tive acesso à Assembleia Legislativa, sempre tive acesso ao governo do Estado, à secretaria, eu sempre fui assim, eu tive muita parceria política, sabe? Mas aquele caboclão analfabeto, do linguaja grosseiro, que não mudou o sotaque de vida, o sotaque do linguaja, aquele caboclão do interior, ainda continua...

VICTOR: Tem uma importância de se conhecer a história de Raposa, né? Os meus alunos não conhecem, eles são nascidos em Raposa, mas eles não conhecem a história de Raposa.

Seu De Ouro: Eu estou deixando aqui de lhe falar alguma coisa, porque essas coisas estão no meu livro. Quer dizer, o cotidiano da Raposa, as mudanças do comércio, a mudança da cultura, a mudança do linguaja, a mistura de maranhenses com cearense, as mudanças importantes, quando chegou a energia, quando chegou a estrada, quando veio o primeiro colégio, o primeiro professor, ou como veio, como foi crescendo a Raposa, a mudança, está tudo no meu livro.

VICTOR: Como o conhecimento da história de Raposa pode contribuir para uma formação da identidade dos jovens de Raposa? Como o senhor vê isso? Como fazer com que saber a história de Raposa pode fazê-los se sentirem cidadãos de Raposa? Como o senhor acha isso?

Seu De Ouro: Primeiro, teria que ser, pelo menos nas escolas, nos colégios, primeiro reunir o corpo de professores e repassar pelo menos uma boa parte, 60% da história da Raposa para os professores terem conhecimento, para que numa sala de aula, quando tivesse, por exemplo, uma aula de história, mesclar com a história da Raposa. Isso aí seria necessário... Os vereadores da Raposa, hoje, não são conhecedores da história da Raposa. Os que são vereadores, hoje, aí, que têm mandato, não são conhecedores da história da Raposa. Sabem nada de Raposa, da história do passado da Raposa. Só sabe de alguma coisa de quando a Raposa passou o município para cá. Mas de quando antes, ninguém sabe nada de Raposa.

VICTOR: Eu queria que o senhor deixasse uma mensagem para os jovens para que eles soubessem a importância de se preservar o patrimônio cultural que a gente tem na cidade de Raposa. Eu queria que o senhor deixasse uma mensagem para que esses jovens ouvissem e tivessem conhecimento da importância de se preservar essa cultura, esse patrimônio que a gente tem aqui em Raposa.

Seu De Ouro: Bom, primeiro, se você... Nós, hoje, estamos na era digital. O jovem é muito ligado na era digital, muito ligado à internet. Ele esquece a história do passado e vai para o presente da internet. Isso aí é no Brasil inteiro, é no mundo inteiro. Mas aqui na Raposa, hoje, se você reunir dez jovens aqui para ele falar de alguma coisa da Raposa, ele não sabe falar. Mas ele sabe quem é, quem é quem. Ele sabe quem é o presidente da República, ele sabe quem é o ator de novela, ele sabe quem é o ator de televisão. Ele sabe a história de uma cidade nos Estados Unidos, mas não sabe a história da cidade de Raposa. Ele consulta o Google, alguma coisa que ele quer saber. Então, ele não sabe nada daqui da Raposa e não se interessa saber. Porque ele está a mil anos-luz na frente da história da Raposa. Porque hoje, veja bem, essa população da Raposa, que trouxe a cultura da Raposa, ela não teve uma integração com a juventude. Não existiu, assim... Não repassaram, não teve aquela integração. Quando a Raposa passou a município, ninguém da Raposa, aquele povo antigo, não tiveram oportunidade. Aí veio pessoas de São Luís, pessoas do Ribamar, do Paço do Lumiar, que assumiram aqui e foram mudando a cultura, trazendo as coisas de fora, mudando. E ninguém preservou isso aqui, nem ninguém tentou. Eu sempre fui um adversário dos prefeitos aqui. Sempre fui adversário dos prefeitos. Não com inveja, porque eu não fui prefeito, não é por isso. É porque a minha visão, mesmo analfabeto como eu sou, sempre foi diferente dos prefeitos. Prefeito aqui só quer se dar de bem. Não liga para a cultura de município, não liga para turismo, não liga se a família está bem, se o pescador está bem acondicionado, se o pescador e a cultura da cidade estão bem. Porque a Raposa, o município da Raposa, foi fundado em cima de pesca, renda. Aqui a renda faz parte do turismo. E o nome, o apelido de turismo. A Raposa foi fundada em cima disso. Mas não desenvolveu nem a pesca, nem o turismo, nem a renda. Porque aqui tinha 200 mulheres rendeiras. Hoje tem umas duas que elas vendem, elas vendem renda, compradas no Ceará, vendem a renda e elas usam uma almofada para dizer que ali vende renda. Mas não é elas que fazem a renda aqui. Aqui tinha 200 rendeiras. Viviam propriamente da renda. Hoje não tem, hoje não tem dez pessoas que sabem fazer renda aqui. Está morrendo essa tradição. Pescaria de curral, que era pescaria daqui, aqui hoje já teve 200 currais de arame, hoje não tem cinco. A pescaria, ela não desenvolveu, não cresceu. A Roseana Sarney mandou construir 53 barcos de pesca, que eram os barcos da Copama, que depois o Laci adquiriu esses barcos para cá. Esses barcos se acabaram ali dentro do mangue. Os prefeitos não deram manutenção. Se acabaram uns 30 barcos ali, tem hoje uns 20 já sucateados. Não foi feito mais nenhum, não aumentou a pesca. Ficou só aquela pesca artesanal pequena daqui. O cara vai, passa dois, três dias no mar e volta, não desenvolveu a pesca.

VICTOR: Sem contar que o peixe daqui não é comido aqui. Eu estava no Ceará, E aí o restaurante foi servir o peixe para a gente e eu perguntei para ele, “esse peixe é pescado aqui?” Ele disse que não, esse peixe vem de raposa no Maranhão. E aí se você for bem aqui naquele porto que chamam de fim de raposa, uma vez eu fui lá tentar comprar um peixe chamado Pargo. O moço me avisou logo, olha, os pargos que são pescados aqui você nem compra, eles já estão tudo vendidos.

Seu De Ouro: É assim mesmo. Eu tenho um sobrinho que é vereador que eu até apoiei agora na eleição, ele é um pequeno empresário de pesca. Ele exporta robalo, pescado amarela, camarão, pargo. Esses peixes ele compra de todo pescador que tem aí e exporta para São Paulo. E ele está bem de vida. Ele começou do nada, é um caboclo analfabético, começou do nada. E hoje, hoje é um caboclo do seu patrimônio de 25 milhões de reais. Só com a questão do peixe. Só que o peixe que chega aí, toda pescada ele compra, ele dá preferência. E ele, por exemplo, se a pescada está de 30, ele bota de 35. Ele compra de todo mundo, porque ele exporta, ele manda filetar, ajeitar todinha, ele arruma, ajeita, leva para o aeroporto. Ele vive disso. Então aqui, robalo caboclo, aqui é difícil comprar um robalo, um pargo, uma pescada amarela, é difícil. É tudo pro Leo, Leo Pescados. É ele que compra tudo. Compra no portinho, compra aqui, compra de Tutoia, compra de barreirinha. Ele tem carro que vai buscar em barreirinha, de Tutoia. Vai buscar aqui nas praias do Pará. Ele compra aí de muitas praias. E aí faz esse monopólio. E manda para São Paulo. etiqueta aqui e manda para São Paulo.

VICTOR: Então, Sr. Francisco, muito obrigado. Como é o seu nome completo?

Seu De Ouro: Francisco Saldanha da Silva. O apelido é De Ouro.

APÊNDICE C

Transcrição de entrevista

Entrevistado: Marilene Marques Moreira

Data: 21 de novembro de 2024.

Local: Associação das Rendeiras do município de Raposa. Rua da Lavanderia. Nº 259. Raposa – MA

Duração: 17 min 32 segs.

Victor: Bom, quem é a Marilene? Qual é o seu nome completo?

Marilene: Meu nome é Marilene Marques Moreira. Tenho 50 anos.

Victor: E como você começou a trabalhar com a renda de bilro?

Marilene: Eu comecei a trabalhar com a renda de bilro quando tinha entre 7 e 8 anos de idade. Na década de 1970, todas as meninas tinham que aprender a fazer renda. Por quê? Porque era um complemento financeiro para a família, e isso ainda acontece hoje em dia. Mas, antigamente, nossa renda financeira era muito baixa. Os maridos das nossas mães saíam para pescar, enquanto nós, mulheres, fazíamos a renda, que ajudava a sustentar a família.

Victor: Quantas gerações da sua família já trabalharam com a renda de bilro?

Marilene: Posso dizer que três gerações: minha avó, minha mãe e eu.

Victor: Como era o processo de aprendizado da renda de bilro? Vocês, crianças, eram obrigadas a aprender ou era uma questão de curiosidade? Você olhava e queria saber como se fazia?

Marilene: Eu fui obrigada a aprender a fazer renda. No início, foi por obrigação, mas, quando comecei a fazer os traçados, passei a gostar e me interessei em fazer com prazer. Por isso, até hoje, continuo a produzir renda.

Victor: Há alguma diferença entre a renda de antigamente e a de hoje?

Marilene: Antigamente, a renda era mais simples, voltada para bicos, rendas por metro e entremeios. Hoje em dia, houve uma inovação. Temos camisetas, blusas e também a customização. Utilizamos as rendas por metro para customizar toalhas de mesa, saias e outras peças.

Victor: O que a renda de bilro significa para você e para a comunidade de Raposa?

Marilene: É uma fonte de renda e um legado que adquirimos. No meu caso, sou filha de um dos fundadores da cidade de Raposa, então, para nós, é um patrimônio que não podemos deixar morrer. Trata-se de uma tradição passada de geração em geração e, hoje, estamos nos esforçando para que essa cultura não se perca.

Victor: E como a senhora enxerga o impacto dessa renda de bilro na identidade da cidade de Raposa?

Marilene: O impacto é que hoje a cidade de Raposa é conhecida como a cidade da renda de bilro, devido à nossa persistência em não deixar essa cultura acabar e levar nosso trabalho para outros lugares. Já fomos para São Paulo, Rio de Janeiro, Recife... Então, sempre trabalhamos aqui na associação para que nosso produto seja visto.

Victor: Assim, se eu pegar uma renda de bilro daqui de Raposa e uma de Acaraú, no Ceará, tem diferença ou não?

Marilene: Tem diferença. O tipo do ponto, às vezes, pode ser o mesmo, mas o modo de fazer é diferenciado. Tem mais o aconchego, por exemplo, uma traça tem umas [rendas] fininhas, outras mais com gotinhas. O ponto pode ser igual, mas o fazer é diferenciado.

Victor: A senhora consegue identificar?

Marilene: Sim, consigo.

Victor: E a senhora tem uma oficina de renda de bilro numa escola no município de Raposa, certo? A senhora acha que os jovens estão interessados em aprender essa técnica?

Marilene: Sim. Para nós, foi até uma honra termos sido chamadas para a associação das Rendeiras. Eu e outra Josinete fomos falar com a secretária, porque tínhamos a vontade de levar nossa arte para as escolas. Por quê? Porque foi a única maneira que vimos de a cultura ter um... como posso dizer... ter um alcance maior, para que a tradição não acabe. Antigamente, nós, a partir dos sete, oito anos, éramos obrigadas a fazer renda e, muitas vezes, aprendíamos por curiosidade. Hoje, os jovens já não querem tanto, porque existe o Bolsa Família, que, muitas vezes, não é investido nas crianças como deveria. Então, para eles, como têm uma certa quantia e fazer renda leva muito tempo, [eles não se interessam tanto]. Mas eu pensei que não ia ter êxito, mas já estamos com dois anos na escola, onde os alunos já desenham suas peças, já fazem o pinicado, já se interessam em fazer a renda, e tem algumas que já dizem que até vão vir para a associação das Rendeiras para dar continuidade ao seu trabalho.

Victor: O que a senhora acha que pode ser feito para incentivar esse aprendizado?

Marilene: Levar essa arte para mais escolas e manter a oficina na Associação das Rendeiras. E que muitos se preparem para poder ensinar os alunos, ou quem quer que seja, a fazer a renda.

Victor: Como a senhora se sente ao ver essa tradição viva e ativa ainda em Raposa? E se há desafios em manter essa prática hoje em dia?

Marilene: Para mim, é gratificante que essa cultura ainda exista em nossa cidade. E o que posso dizer a respeito dos desafios é que sempre há algum, porque, como a venda é lenta e não encontramos tantos produtores – entre aspas, pois hoje muitos estão produzindo mais em casa –, o desafio é garantir uma renda fixa para todos esses artesãos. Que, ao terminar o produto, já tenham o dinheiro imediatamente.

Victor: Hoje vivemos em um mundo tecnológico, um mundo conectado, com redes sociais. O que a senhora acha que pode ser feito, na atualidade, para impulsionar as vendas da renda de bilro? Eu acompanhei alguns Instagrams na pandemia e até comentei isso com meus alunos. Vi uma moça que tinha um emprego com renda fixa, ganhava seus 4, 5 mil reais. Quando veio a pandemia, ela perdeu o emprego e a mãe dela fazia renda renascença, um tipo de renda. Ela aprendeu a fazer a renda renascença e começou a vender. Depois da pandemia, não quis mais voltar para o emprego, ficou só vendendo a renda, criou um Instagram, conseguiu clientes, inclusive em outros estados. A senhora acha que isso pode dar certo para a renda de bilro?

Marilene: Com certeza. Até porque poderíamos pegar esses jovens que têm um conhecimento muito focado na internet e trazê-los para dentro da associação ou outras instituições para ajudar na venda da produção de renda. Hoje já trabalhamos com a internet, temos nosso Instagram e vendemos bastante, conseguimos muitas encomendas através das vendas online.

Victor: Eu queria que a senhora me falasse um pouco sobre o processo de produção da renda. Quanto tempo leva para a senhora fazer uma peça? Por exemplo, uma blusa tamanho M.

Marilene: Uma blusa... Vamos começar pelas tiras: são oito pedaços. Levo mais de um mês para fazer uma, porque não me dedico exclusivamente à renda. Mas, se eu me dedicasse, como são oito tiras, levaria uns 15, 20 dias. Mas tem outras rendeiras que fazem mais rápido. Estou falando do meu tempo.

Victor: O que precisa para fazer uma renda?

Marilene: No caso, as ferramentas necessárias. Começamos com a almofada, que é cheia de palha de banana. Os bilros, que são feitos de tucum perfurado com um pedaço de madeira. Aí tem a rodilha, que é a base que segura a almofada. Temos espinhos que fixam a renda, e usamos linha. Qualquer tipo de linha de qualidade, como Cléa ou Anne. Esses espinhos fixam a linha junto com o papelão, que são os desenhos que fazemos, os pinicados, para que se possa fazer a renda sobre esse desenho.

Victor: E como é esse desenho? Como vocês fazem esse desenho? Tem algum nome?

Marilene: Chamamos de papelão. Pegamos o papelão, fazemos o desenho e depois fazemos os pinicados em cima do desenho.

Victor: Quando a senhora vai iniciar uma renda... Porque minha mãe fazia crochê, e eu ficava olhando como aquela peça tinha um início, um cruzado de linhas. Como vocês começam uma peça de renda de bilro?

Marilene: Primeiramente, fixamos o espinho no ponto inicial e aí vamos colocando mais bilros e fazendo os traçados. A quantidade de bilros não é exata. Por exemplo, se vou fazer uma camiseta, quanto mais larga a peça, mais bilros preciso. Então, enquanto a peça pede mais bilros, eu vou colocando. Depois, começo a fazer a peça por completo.

Victor: Qual foi a maior peça que a senhora já fez?

Marilene: Um caminho de mesa.

Victor: Demorou mais ou menos uns dois meses?

Marilene: Comecei, mas não terminei. (risos)

Victor: Qual foi a peça mais cara que a senhora já vendeu?

Marilene: A peça mais cara que já vendi... Vamos supor que foi o caminho de mesa. Mas o que mais vendo é o caminho de mesa. As blusas são mais caras, mas [o caminho de mesa] é o que mais sai.

Victor: Mais ou menos qual a média de preço?

Marilene: É R$180, R$200.

Victor: Está barato. Já ouvi relatos de outras rendeiras sobre vestidos que chegam a valer R$500,00.

Marilene: Ah, mas também tem os de linha fina, é isso aí. Porque tem o tipo de linha. Posso vender uma peça de R$200,00 com linha Cléa, que é mais grossa, mas posso vender uma de R$600,00 ou R$1.000,00 se for com linha esterlina.

Victor: A linha fina dificulta a renda?

Marilene: Com certeza! O tempo para fazer com linha fina é maior.

Victor: A possibilidade de erros é maior?

Marilene: Não é nem o erro, é que é mais lento, mais delicado. Quando se trabalha com linha fina e com linha grossa, a linha grossa rende mais rápido, a fina não. Leva mais dias. Por isso que há variações de preço. A mesma camiseta que vendo por R$200,00, se eu fizer com linha fina, posso vender por R$600,00.

Victor: E como a senhora enxerga o futuro da renda de bilro aqui em Raposa? A senhora é uma pessoa muito dedicada, briga pela renda de bilro, faz parte da associação de rendeiras, é presidente. A senhora leva a renda de bilro para onde pode. Se pudesse levar para o exterior, levaria. Como a senhora imagina, como enxerga o futuro da renda de bilro aqui em Raposa e esse futuro quando a Marilene se for?

Marilene: Se não fizermos um trabalho bem feito com os jovens, ou com as pessoas que tiverem interesse em aprender a renda, ela vai morrer com as poucas que ainda existem em Raposa.

Victor: Então a senhora acha que corre o risco de a renda de bilro entrar em extinção aqui?

Marilene: Do meu ponto de vista, sim.

Victor: Porque a cada dia que passa fica mais escasso...

Marilene: Isso... Porque eu aprendi com a minha mãe. Minha filha não quis fazer a renda. Então, se depender dela, a renda vai morrer comigo. E os filhos das outras rendeiras também não quiseram aprender. E as que aprenderam, já ficou só com elas. Por isso que meu objetivo é levar essa renda para as escolas, para os jovens que tiverem interesse. Porque, se eu não levar para outros lugares – quando me refiro a Raposa –, nossa tradição vai acabar, vai ficar só nas lembranças.

Victor: Quantas associadas vocês têm hoje?

Marilene: Temos 56 associadas. Mas tem outras rendeiras que produzem em suas casas, mas não chega a 300 rendeiras no total.

Victor: Já é um número bem escasso.

Marilene: Demais. Quando aprendi a fazer renda, a quantidade de mulheres e de homens (que eram os pescadores) era quase igual, por exemplo, os filhos. Os filhos testavam a rede, a caçoeira, que é a rede de pesca, e a mulher fazia a renda. Então, se tínhamos 2 mil habitantes, vamos supor que tínhamos mais de 600 rendeiras. E hoje não. Nossa população cresceu e o número de rendeiras diminuiu.

Victor: A senhora tinha quantos anos quando aprendeu o bilro?

Marilene: Tinha entre 7 e 8 anos.

Victor: Todo mundo na sua família fazia?

Marilene: Todo mundo. Era um dever. Todo dia tínhamos que fazer um metro de renda para poder brincar. Só podíamos brincar se fizéssemos a renda. Tínhamos que nos esforçar muito para terminar o metro de renda.

Victor: Qual foi a primeira peça que a senhora vendeu? Lembra?

Marilene: O dente de rato. É uma rendinha bem estreita, que é a renda de metro. O dente de rato. Todas nós tínhamos que fazer essa renda. Aí tinha o dente de rato, tinha o pavão. Esses eram os nomes das rendas antigamente.

Victor: E o que a senhora acha que pode ser feito para preservar e valorizar ainda mais essa prática? A senhora falou um pouco antes, mas queria que complementasse. Se pudesse fazer tudo pela renda, o que faria para manter essa tradição viva em Raposa e ter a certeza de que não morreria?

Marilene: Tem um ditado que diz que uma andorinha só não faz verão. Se não tivermos parcerias, nada anda. Preciso estar em união com as rendeiras, e nós, junto com nossos representantes, precisamos criar um projeto voltado para a renda de bilro. Por exemplo, que toda renda feita pelos jovens, pelos novos aprendizes, gere dinheiro imediato e tenha venda garantida. Talvez esse fosse um dos pontos fortes para nossa cultura não acabar.

Victor: Você já teve alguma tentativa de se reunir para fazer um projeto de lei, ou nunca saiu do papel?

Marilene: Nunca saiu. Estou pensando nisso agora.

Victor: Nunca tinha pensado nisso?

Marilene: Nunca tinha pensado nisso.

Victor: De se reunir, fazer um projeto de lei de fomento à renda de bilro? Porque temos a questão de transformar algo em um bem imaterial no Estado do Maranhão. Por exemplo, recentemente tivemos a Tiquira, que se tornou patrimônio imaterial do Estado do Maranhão. Vocês já pensaram, já imaginaram fazer um projeto desses, levar até o Legislativo, para tornar a renda de bilro um patrimônio imaterial da cidade de Raposa e do Estado do Maranhão?

Marilene: Não, ela já é. Este ano ela foi reconhecida. Tem uma lei, um projeto de lei que a reconhece. Tem um projeto de lei...

Victor: Aqui do Estado do Maranhão?

Marilene: É, do Estado do Maranhão. Tem sim. Foi agora em janeiro que a renda de bilro de Raposa foi reconhecida. Tem sim. Vou até mandar a lei para você.

Victor: Então, professora, muito obrigado pela sua atenção. Foi um enorme prazer conversar com a senhora.

ANEXOS

ANEXO A – Termo de consentimento livre e esclarecido para a realização das entrevistas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, Maria Edna Ferreira Duarte Neves residente no endereço Avenida Principal, [redacted] Inhuíma, CPF [redacted], declaro que fui devidamente informado (a) sobre a finalidade da presente pesquisa acadêmica, realizada por Victor Eduardo Chaves e Silva, CPF 608.221.623-77, estudante do mestrado profissional em ensino de história da Universidade Federal do Maranhão (PROFHISTÓRIA), sob a orientação da Profª. Dr. Julia Constança Pereira Câmelo.

Título da Pesquisa: "O Ensino de História e Memória no Município de Raposa-MA: Uma Formação da Consciência Histórica com os Alunos da Escola Jarbas Passarinho.

Objetivo da pesquisa: Esta pesquisa tem como objetivo explorar o ensino de história e a preservação da memória no município de Raposa, no estado do Maranhão, buscando entender como esses elementos contribuem para a formação da consciência histórica da comunidade local.

Descrição da entrevista: Eu fui convidado(a) a participar de uma entrevista, cujas respostas poderão ser utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, no âmbito da produção de uma dissertação de mestrado. Estou ciente de que as informações coletadas serão tratadas de forma confidencial e os dados serão apresentados no trabalho acadêmico de forma a preservar minha identidade, exceto se eu expressar minha autorização para ser identificado(a).

Autorização para o uso de dados: Eu, Maria Edna Ferreira Duarte Neves autorizo o(a) pesquisador(a) a utilizar o conteúdo de minha entrevista para fins acadêmicos, podendo ser transcrita e analisada no referido trabalho. Tenho a opção de solicitar que minha identidade seja preservada ou permitir que seja divulgada no contexto da pesquisa.

- (x) Autorizo a divulgação de minha identidade.
- ( ) Não autorizo a divulgação de minha identidade (meu nome e demais informações pessoais serão preservados).

Estou ciente de que tenho o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem necessidade de justificar a minha decisão, e sem que isso traga prejuízos de qualquer natureza.

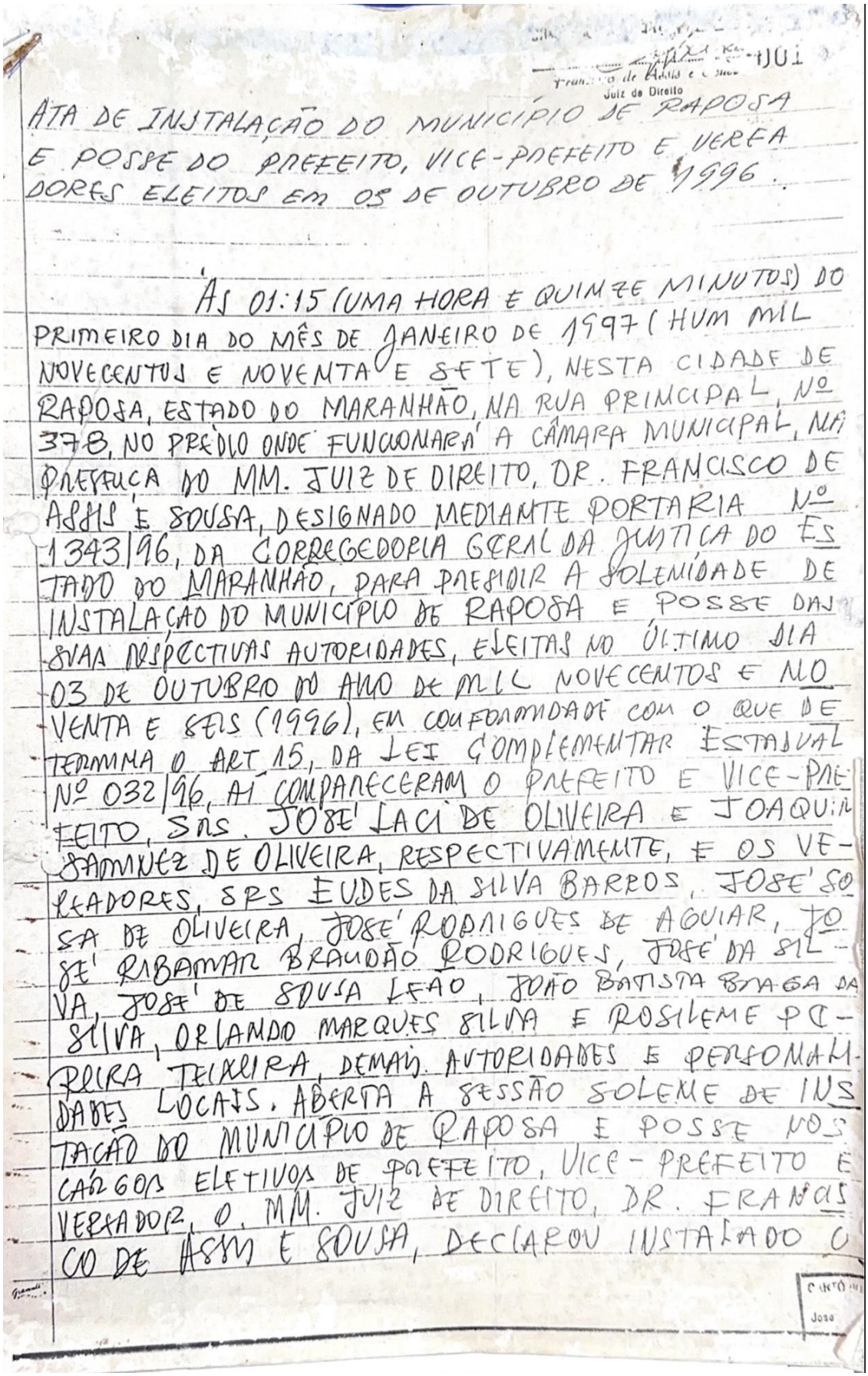
Contato do pesquisador:

Nome: Victor Eduardo Chaves e Silva; Telefone: (98)[redacted]; E-mail: [redacted]

Declaro que compreendi todas as informações acima e, ao assinar este termo, confirmo que participo da entrevista de forma voluntária e consciente dos meus direitos.

Assinatura do Entrevistado: Maria Edna Ferreira Duarte Neves.
Data: 25/10/2024.

ANEXO B – Ata de criação do município de Raposa



Juiz de Direito

ATA DE INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RAPOSA E POSSE DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES ELEITOS EM 03 DE OUTUBRO DE 1996.

ÀS 01:15 (UMA HORA E QUINZE MINUTOS) DO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO DE 1997 (HUM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE), NESTA CIDADE DE RAPOSA, ESTADO DO MARANHÃO, NA RUA PRINCIPAL, Nº 378, NO PRÉDIO ONDE FUNCIONARÁ A CÂMARA MUNICIPAL, NA PREFEITURA DO MM. JUIZ DE DIREITO, DR. FRANCISCO DE ASSIS E SOUSA, DESIGNADO MEDIANTE PORTARIA Nº 1343/96, DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, PARA PRESIDIR A SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RAPOSA E POSSE DAS SUAS RESPECTIVAS AUTORIDADES, ELEITAS NO ÚLTIMO DIA 03 DE OUTUBRO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS (1996), EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA O ART. 15, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 032/96, AÍ COMPARECERAM O PREFEITO E VICE-PREFEITO, SRS. JOSÉ LACI DE OLIVEIRA E JOAQUIM RAMIREZ DE OLIVEIRA, RESPECTIVAMENTE, E OS VEREADORES, SRS EUDES DA SILVA BARROS, JOSÉ SOUSA DE OLIVEIRA, JOSÉ RODRIGUES DE AGUIAR, JOSÉ RIBAMAR BRANDÃO RODRIGUES, JOSÉ DA SILVA, JOSÉ DE SOUSA LEÃO, JOÃO BATISTA BRAGA DA SILVA, ORLANDO MARQUES SILVA E ROSILEME PEREIRA TEIXEIRA, DEMAIS AUTORIDADES E PERSONALIDADES LOCAIS. ABERTA A SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RAPOSA E POSSE NOS CARGOS ELETIVOS DE PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADOR, O MM. JUIZ DE DIREITO, DR. FRANCISCO DE ASSIS E SOUSA, DECLAROU INSTALADO O

MUNICÍPIO, DANDO POSSE AS AUTORIDADES ELEITAS E JÁ DIPLOMADAS, NOS TERMOS DO QUE DISPÕEM OS ARTS. 29, INC. II, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO, E, DIGO, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O ART. 144, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO, E O ART. 14, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 032/96. PARA O ATO DE POSSE AS AUTORIDADES INVESTIDAS NOS JÁ CITADOS CARGOS ELETIVOS APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA, INCLUSIVE A DECLARAÇÃO DE BENS. NÃO HAVENDO MAIS NENHUM ASSUNTO A SER TRATADO, O M.M. JUIZ DE DIREITO, USANDO DA PALAVRA, HOUVE POR BEM ENCERRAR A SESSÃO SOLEME, ÀS 2:30 (DUAS HORAS E TRINTA MINUTOS) HORAS, ENCARREGANDO-ME, JOSÉ RIBAMAR BRANDÃO RODRIGUES, DE PROCEDER À LAVRATURA DESTA ATA, QUE SEGUE DEVIDAMENTE ASSINADA PELA AUTORIDADE JUDICIÁRIA E DE MAIS AUTORIDADES EMPOSSADAS.

RAPOSA (MA), PRÉDIO ONDE FUNCIONARA A CÂMARA MUNICIPAL, 01 DE JANEIRO DE 1997.

Francisco de Assis Vaz

Joaquim Gamines de Oliveira

José Rodrigues de Aguiar

José Sousa de Oliveira

José de Sousa Lima

Rosilam Pereira Oliveira

José da Silva

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
José Wilson Pires Sampaio
Tabelião
Mª Mariana dos Reis Borges
Escrevente Juramentada
Praç. N. S. da Luz S/N
Paço do Lumiar - MA

Certifico e dou fé que a Presente fotocopia é reprodução fiel do Original que me foi exibido.
Paço do Lumiar - MA 02/01/97
Maria Mariana dos Reis Borges
Escrevente Juramentada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
José Wilson Pires Sampaio
Tabelião
Mª Mariana dos Reis Borges
Escrevente Juramentada
Praç. N. S. da Luz S/N
Paço do Lumiar - MA

Certifico e dou fé que a Presente fotocopia é reprodução fiel do Original que me foi exibido.
Paço do Lumiar - MA 25/03/97
O Oficial

SAUDE
O NACIONAL DE SAUDE

27/08/1997 Pag.: 0001

IOC_140 - RELACAO DE LOCALIDADES - ORD. ALFABETICA

1 - MARANHAO
3 - SAO JOSE DE RIBAMAR
109452 - RAPOSA

NOME	Cat.	Status	Predio	Habit.	Data RG	COD.CROQUI
ALTO DO FAROL	SIT.	ATIVA	316	1283	26/08/1997	
ARACAGI	POVO	ATIVA	296	1460	26/08/1997	
BOM VIVER	VILA	ATIVA	873	4307	26/08/1997	
CACARAPE	POVO	ATIVA	898	4430	26/08/1997	
CANTO	POVO	ATIVA	17	84	26/08/1997	
CARIMA	SIT.	ATIVA	3	15	26/08/1997	
CAURA	POVO	ATIVA	94	464	26/08/1997	
CUMBIQUE	POVO	ATIVA	510	2516	26/08/1997	
CURURUPU	FAZ.	ATIVA	4	18	26/08/1997	
ILHA DO BELIZARIO	SIT.	ATIVA	2	10	26/08/1997	
INHAUMA	POVO	ATIVA	178	878	26/08/1997	
JAGUAREMA	POVO	ATIVA	267	1317	26/08/1997	
JUCARA	POVO	ATIVA	111	548	26/08/1997	
OLHO DE PORCO	POVO	ATIVA	119	587	26/08/1997	
PEDRAS	SIT.	ATIVA	7	35	26/08/1997	
PONTA GROSSA	POVO	ATIVA	383	1889	26/08/1997	
PUCAL	SIT.	ATIVA	18	89	26/08/1997	
RAPOSA	CID	ATIVA	366	1806	26/08/1997	
TAPEUA	POVO	ATIVA	84	414	26/08/1997	
VILA BOA ESPERANCA	POVO	ATIVA	221	1090	26/08/1997	
VILA NOVA	POVO	ATIVA	527	2600	26/08/1997	

dades : 21 Total Populacao.....: [illegible] Total Predios.....: 5294
ativas: 21 Localidades extintas: 0 Cadastramento invalido: 0 Sem Status: 0

14 841 IBGE

LEI Nº 6.132 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1994

Cria o Município de Raposa e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - Fica criado o Município de Raposa, com sede no Povoado Raposa, a ser desmembrado do Município de Paço do Lumiar, subordinado à Comarca de Paço do Lumiar.

Art. 2º - O Município de Raposa limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico; a Leste com o Município de Paço do Lumiar; a Oeste com o Município de Paço do Lumiar e ao Sul com o Município de Paço do Lumiar.

LIMITES TERRITORIAIS

a) Com o Oceano Atlântico:

Começa no entreno oeste da Praia do Olho de Porco; daí segue na direção Nordeste, margeando a orla marítima, passando pelas Praias do Cocal, Raposa, Curinã e Praia do Canto, até a Ponta das Antas.

b) Com o Município de Paço do Lumiar:

Começa na Ponta das Antas; daí segue pela Baía do Rio Paciências; daí segue pelo referido rio à montante, até a foz do Igarapé Coqueiros; daí segue pelo referido Igarapé, até sua cabeceira; dessa ponto, segue por um alinhamento reto, até o ponto de interceptação da MA-265 com a MA-204; daí segue pela MA-204 até a Praia Olho de Porco.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 3º - Nos quatro primeiros anos da instalação do Município de Raposa serão observadas as seguintes normas constitucionais:

I - A Câmara Municipal será composta de nove Vereadores;

II - A Prefeitura Municipal terá no máximo cinco Secretarias;

III - As despesas orçamentárias com pessoal não poderão ultrapassar a cinqüenta por cento da receita do Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Chefe da Casa Civil do Governador a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 10 DE NOVEMBRO DE 1994, 173º DA INDEPENDÊNCIA E 106º DA REPÚBLICA.

JOSÉ DE RIBAMAR FIQUENE
Governador do Estado do Maranhão
CÉLIO LOBÃO FERREIRA
Secretário de Estado da Casa Civil do Governador
RAIMUNDO NONATO CORRÊA DE ARAÚJO NETO
Secretário de Estado da Justiça

Prot. 02073

Nº 6.133 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1994

Cria o Município de Presidente Médici e dá outras providências.

VERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia ativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - Fica criado o Município de Presidente Médici, ede no Povoado Presidente Médici, a ser desmembrado do pio de Santa Luzia do Paruá, subordinado à Comarca de Santa ia do Paruá.

Art. 2º - O Município de Presidente Médici limita-se ao COM o Município de Governador Nunes Freire; a Leste com o lio de Turiaçu; a Oeste com o Município de Governador Nunes e ao Sul com o Município de Santa Luz e do Paruá.

LIMITES TERRITORIAIS

a) Com o Município de Turiaçu:

Conserva os atuais limites municipais entre os de Santa Luzia do Paruá e Turilândia.

b) Com o Município de Santa Luzia do Paruá:

Começa no ponto de interceptação da linha do antigo Telégrafo Nacional com o talvegue do Rio Urubuçu; daí segue por um alinhamento na direção Sudoeste até seu ponto de interceptação com a Rodovia BR-316, no povoado São Francisco, inclusive; desse ponto segue por um alinhamento Leste-Oeste até seu ponto de interceptação com o divisor de águas da Serra da Piranhinha.

c) Com o Município de Governador Nunes Freire:

Começa na Serra da Piranhinha no ponto de interceptação com o alinhamento Leste-Oeste que parte da Rodovia BR 316 no Povoado São Francisco; desse ponto segue pela referida Serra até seu ponto de interceptação com o alinhamento reto que vem do ponto de cruzamento do talvegue do Rio Urubuçu com a linha do Telégrafo Nacional.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 3º - Nos quatro primeiros anos da instalação do Município de Presidente Médici serão observadas as seguintes normas constitucionais:

I - A Câmara Municipal será composta de nove Vereadores;

II - A Prefeitura Municipal terá no máximo cinco Secretarias;

III - As despesas orçamentárias com pessoal não poderão ultrapassar a cinqüenta por cento da receita do Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Chefe da Casa Civil do Governador a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 10 DE NOVEMBRO DE 1994, 173º DA INDEPENDÊNCIA E 106º DA REPÚBLICA.

JOSÉ DE RIBAMAR FIQUENE
Governador do Estado do Maranhão
CÉLIO LOBÃO FERREIRA
Secretário de Estado da Casa Civil do Governador
RAIMUNDO NONATO CORRÊA DE ARAÚJO NETO
Secretário de Estado da Justiça

Prot. 02073

LEI Nº 6.134 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1994

Cria o Município de Porto Rico do Maranhão e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - Fica criado o Município de Porto Rico do Maranhão, com sede no Povoado Porto Rico, a ser desmembrado do Município de Cedral, subordinado à Comarca de Guimarães.

Art. 2º - O Município de Porto Rico do Maranhão limita-se ao Norte com os Municípios de Cururupu e o Oceano Atlântico; a Leste com o Município de Cedral; a Oeste com o Município de Governador Nunes Freire e Maranhãozinho; a Oeste com o Município de Cururupu e ao Sul com o Município de Mirinzal.

LIMITES TERRITORIAIS

Começa no cruzamento da Estrada que liga Raboca a Cururupu, no cruzamento do Rio Urú, segue pelo talvegue do referido Rio Urú à jusante até a sua foz no Oceano Atlântico.

a) Com o Oceano Atlântico:

Começa na foz do Rio Urú, segue pelo meio da Baía do Oceano Atlântico até à foz do Rio Caleta.

b) Com o Município de Cedral:

Começa na foz do Rio Caleta, segue pelo talvegue do referido Rio à montante até o cruzamento da Estrada que liga o Povoado de Raboca a Bate Grosso, segue pela referida estrada até o Povoado Bate Grosso, desse Povoado Bate Grosso, segue por outra estrada que liga o Povoado Bate Grosso ao Município de Mirinzal, passando pelos Igarapés Japão e Santaninha aos limites dos Municípios de Cedral, Mirinzal e Porto Rico.

c) Com os Municípios de Mirinzal e Cururupu:

Começa nos limites dos Municípios de Cedral, Mirinzal e Porto Rico, nos limites com a estrada que liga Cedral a Mirinzal, segue obedecendo os ultimos limites dos Municípios de Mirinzal e Cedral até o Rio Urú nos cruzamentos do Rio Urú com os limites, segue pelo talvegue do referido Rio à jusante até a estrada que liga o Povoado de Raboca ao Município de Cururupu no ponto de ficando fechado o perímetro do Município de Porto Rico do Maranhão.

Cont.na pág.seg.

005

A Localização: O município de Raposa loca-
lizado na região Norte do Estado é banhado pelo
Oceano Atlântico e integra a micro região Metropoli-
tana da Ilha de São Luis capital do Estado, com sua Se-
de nos Bairros Carcarape, Inhaúma e Bem Viver. a
cidade oficialmente "Raposa" é o Município de nº 156 na
ordem cronológico do Estado.

A Altitude: é de apenas 05 metros nas
partes baixos e de 15 metros de Altitude, nas du-
nas e próximo aos Corregos e vales. parte de sua
área está submersa por águas salgada, temos tam-
bem os relêvos do morro da ponta do farol que
mede 45 metros de autitude, Onde fica localizado o
Farol do Araçagi, com 40 metros de altura, tem a
finalidade de orientar as embarcações que navegam
pelo Baia de São Marcos. tambem Orienta os pescadores
e guia os grandes navios que transportam o produto
de Carajás o minério de ferro produto de exportação.

O Clima é quente. e úmido, saldável e
arejado com sol no verão registrando temperaturas
minima de (18). e maxima de (32) graus, com a mé-
dia de 29 graus centigrados. nossas praias com
águas limpas e baixo graus de solinidade, a polu-
ição é (0) zero por isso oferece um saldavel
banho de mar.

ÁREA de Extensão: É de 75, Km², li-
mita-se ao norte e ao leste com Oceano Atlântico
ao sul e ao oeste com paço do Lumiar.

Acidentes Geográfico: ponta do Farol,
Vale do cumbique, ponta de inhaúma. e as dunas
do carimã, tambem contamos com os Rios.

OL

003

CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO

→ O Município de Raposa Criado em 10 de Novembro de 1.994 sob a Lei Estadual nº 6.132, decretada pelo o Poder Legislativo Estadual e sancionada pelo Exmº Sr. Governador do Estado do Maranhão Dr. JOSÉ DE RIBAMAR FIQUENE.

→ O projeto de lei foi apresentado pelo Dep. Estadual ~~Pedro~~ Vasconcelos Sousa e teve a colaboração do Dep. Estadual Ricardo Murad.

→ Foi Instalado no dia 1º de Janeiro de 1.997 no Governo da Dra. "ROSEANA SARNEY" com a colaboração Especial do Dep. Estadual Manoel Ribeiro Filho presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão.

→ Seu Primeiro prefeito o Sr. JOSÉ LACI DE OLIVEIRA e Vice-prefeito Joaquim Saminez de Oliveira

→ A Câmara Municipal representado por (09) Vereadores, Ambos eleitos para o mandato de (04) anos; são eles: JOSÉ SOUSA DE OLIVEIRA, José da Silva, José Rodrigues de Aguiar, ROSILENE PEREIRA TEIXEIRA (PTB) e Eudes da Silva Barros, João Batista Braga da Silva, José Ribamar Brandão Rodrigues, Orlando Marques Silva e JOSÉ DE SOUSA LEÃO (PSC). A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Raposa foi constituida por (04) Membros, Presidente, VICE-presidente, 1º Secretário e 2º secretário, com o mandato de (02) anos e apoia o grupo do Laci.